

## **Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal**

### **Algumas considerações e recomendações**

**Agradecimentos**

**Prefácio**

**Introdução**

**Parte I: Relatório Preliminar**

**Sumário**

**1 – Introdução**

**2 – Metodologia**

Quadro A: Composição da Amostra

**3 – Análise dos Resultados**

**3.1 – Percepções da situação de Pobreza**

a) O Grau de Pobreza na Actualidade

Gráfico 1: Percepção sobre a existência de Pobreza em Portugal

Gráfico 2: Percepção da situação do próprio Inquirido

b) Evolução da Pobreza

Quadro 1: Percepção dos Grupos vulneráveis, hoje e há 20 anos

Gráfico 3: Percepção da evolução do País nos próximos 5 anos

**3.2 – Identificação da Pobreza**

a) Causas da Pobreza

Gráfico 4: Percepções das possibilidades individuais dos indivíduos saírem da Pobreza

Quadro 2: Percepção das principais causas da Pobreza

Quadro 3: Percepção dos responsáveis pela Pobreza

Quadro 4: Sinais da Pobreza

**3.3 – Questões Normativas**

Quadro 5: Os 3 objectivos políticos mais importantes

Quadro 6: Investimentos a fazer

Gráfico 5: Percepção normativa sobre o sistema social

**4 – Notas finais**

**Parte II: Percepções da Pobreza em Portugal – resultados de um inquérito nacional**

**Apresentação**

**1 – O contexto**

**1.1 – O conceito de Pobreza monetária prevalecente e a importância da qualidade do emprego no risco da Pobreza**

Quadro 1: Risco de Pobreza em Portugal por contrato e duração do trabalho

Quadro 2: Taxa de desemprego

**1.2 – A escassez de dados sobre as percepções da Pobreza e a complexidade do fenómeno**

Quadro 3: Confiança nos políticos e satisfação geral - média

**2 – Percepções da Pobreza em Portugal**

**2.1 – Percepções da situação de Pobreza**

**2.1.1 – O grau da Pobreza**

Gráfico 1: A existência de Pobreza em Portugal

Gráfico 2: A maioria das situações de pobreza em Portugal

Gráfico 3: A situação do próprio Inquirido

**2.1.2 – A evolução da Pobreza**

Gráfico 4: Grupos vulneráveis à Pobreza hoje

Gráfico 5: Grupos vulneráveis à pobreza há 20 anos

Gráfico 6: A evolução do País nos próximos 5 anos

## **2.2 – Identificação da Pobreza**

### **2.2.1 – Causas da Pobreza**

Gráfico 7: Possibilidades dos Pobres saírem da Pobreza

Gráfico 8: As principais causas da Pobreza

Gráfico 9: Os maiores responsáveis pela existência da pobreza e exclusão social

### **2.2.2 – Indicadores de Pobreza**

Gráfico 10: Os indicadores de Pobreza

## **2.3 Questões Normativas**

### **2.3.1 – O combate à pobreza**

Gráfico 11: O comportamento promovido pela pobreza

Gráfico 12: Os objectivos políticos importantes e muito importantes

Gráfico 13: Em que é que os Governos deveriam gastar mais dinheiro

Gráfico 14: As medidas mais importantes a adoptar

Gráfico 15: Atitude face ao sistema organizacional

## **Notas finais**

## **Parte III: Algumas Considerações e Recomendações**

Algumas considerações e propostas de acção

Recomendações globais para um novo ímpeto no combate à pobreza e exclusão social

## **Anexos**

Anexo 1: Questionário aplicado

Anexo 2: Referências bibliográficas

Anexo 3: Indicadores das fontes secundárias

1 - Alguns indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social na Europa

2 - Alguns indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal

**Especial reconhecimento e agradecimento a todos quantos estiveram envolvidos nas várias fases deste estudo:**

**Da REAPN**

Agostinho Jardim Moreira  
Sérgio Aires  
Sandra Araújo

**Do SOCIUS/ISEG/UTL**

José Maria Carvalho Ferreira  
Raquel Rego

**Da Amnistia Internacional - Portugal**

Lucília-José Justino  
Pedro Krupenski  
Ana Monteiro  
Joana Brandão  
Daniela Jerónimo  
Nuno Machado

**Da Equipa de Inquiridores de Rua**

Sofia Gomes  
Naraiana Lima  
Mauro Jerónimo  
Bárbara Sá  
Pedro Pereira  
Ana Luísa  
Filipa Mourão  
Raquel Biscaia  
Maria Agostinho  
Ana Luro  
Luísa Martins  
Filipa Mourão  
Pedro Patada  
Omarildo Silva  
Marta Silva  
Tiago Mourão  
Paula Fernandez  
Mafalda Ramos  
Rosário Rego  
Sandra Batalha  
Cármén Nunes

**Da Equipa de Introdução de dados no SPSS**

Lurdes Pereira  
Luísa Pires  
Omarildo Silva

A pobreza, nas suas várias expressões, atenta contra a Dignidade Humana. Muitos têm sido os esforços, ao longo da História, de erradicar este flagelo do globo terrestre. Contudo, apesar de tais esforços, há cada vez mais pobreza, cada vez são mais diversas as suas formas de expressão e cada vez é maior o fosso que separa os ricos dos pobres.

Foram definidos, a nível global e de forma consensual, índices de limiar da pobreza que se revelam artificiais e ineficazes como referência para a definição de estratégias e de acções para a erradicação da pobreza, na medida em que quem viva com US\$ 2 por dia vive acima do limiar mas é profundamente pobre.

Foram definidos, a nível global e de forma consensual, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as primeiras metas tangíveis para que todos devem concorrer com vista a eliminar este flagelo. Apesar de serem, à partida, discriminatórias – na medida em que deixam de fora algumas, muitas, das vítimas da pobreza –, estas metas constituem a primeira vez na longa História de combate à pobreza em que se definiu um programa calendarizado e estruturado.

Por ocasião da Declaração do Milénio (no ano de 2000) que plasmou aquelas metas, foi estabelecido que seriam necessários vários milhares de milhões de dólares para cumprir os objectivos até 2015. Os cépticos disseram então tratar-se de uma impossibilidade. Vozes credíveis e autorizadas confirmaram tratar-se a Declaração do Milénio de uma declaração consciente, desejada e exequível, mesmo a nível financeiro. Com o passar dos anos, várias têm sido as avaliações da sua implementação e os diagnósticos apontam, invariavelmente, ou para o incumprimento, ou para um cumprimento parcial muito tímido. O “álibi” apontado como justificação tem sido em dois sentidos: falta de meios e falta de vontade política.

Quanto à falta de meios verificou-se que, a propósito da crise global económica e financeira que eclodiu recentemente, em cerca de dois meses (no início de 2010) foi possível angariar, apenas para injectar no mercado financeiro, trinta vezes mais dinheiro do que aquele que era impossível angariar em quinze anos para erradicar a pobreza, segundo as metas do Milénio. A falta de vontade política reside precisamente aqui. Não faltam meios. Falta sim é a vontade de os repartir. Não faltam recursos. Falta é a vontade de os distribuir equitativamente à luz do único critério que deve assistir a esta empreitada: a Dignidade Humana.

Portugal não está alheio a esta realidade. Portugal também assumiu compromissos para com o mundo mais pobre e deve cumpri-los. Portugal assiste a um crescimento exponencial de pobres e de novas formas de pobreza no seu território. A Portugal também falta uma equitativa distribuição dos meios e vontade política de a fazer.

As decisões políticas (e legislativas) que têm sido tomadas em Portugal com vista a combater a pobreza e a exclusão social são, em grande medida, baseadas em dados estatísticos e, por vezes, desactualizados. Assim, mesmo com boas intenções, as medidas tomadas nunca serão adequadas à resolução do problema, se este está mal diagnosticado. Não basta saber estatisticamente quantos pobres existem em Portugal, em que zonas se encontram, qual o seu perfil, quais as causas. É preciso também atender à percepção que todos têm sobre a pobreza.

É curioso verificar através deste estudo que, designadamente, a percepção que as pessoas inquiridas têm sobre os grupos mais vulneráveis à pobreza mudou em cinco anos, espaço de tempo que intermediou o presente estudo com um semelhante levado a cabo em 2004. Nessa altura, para os inquiridos os grupos mais vulneráveis à pobreza eram as Pessoas com deficiência, os Doentes crónicos, as famílias numerosas e os Grupos de risco (toxicodependentes e alcoólicos). Em cinco

anos, passaram a ser Jovens à procura do primeiro emprego, os Empregados com salários baixos e os Trabalhadores em situação de precariedade.

A Amnistia Internacional lançou em Maio de 2009 a campanha “Exija Dignidade”. Esta campanha assenta na concepção da pobreza como uma violação de Direitos Humanos. A pobreza não é uma fatalidade mas fruto de decisões. Como tal, podem e devem ser tomadas as decisões contrárias àquelas que estiveram na sua génese. Para instruir tais decisões importa conhecer a realidade, não apenas do ponto de vista científico, mas também do ponto de vista de quem a vive e com ela convive. Esta é a perspectiva que a Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) há muito defende.

É, pois, com a intenção de instruir e provocar decisões que contrariem aquelas que estiveram (estão!) na génese da pobreza que a Amnistia Internacional – Portugal e a REAPN, com o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (SOCIUS), realizaram o presente estudo.

Sirva este para munir os decisores políticos e legislativos de mais instrumentos e informação idónea como base para as suas decisões. Só um correcto diagnóstico da doença permitirá curá-la.

Lucília-José Justino – Presidente da Amnistia Internacional – Portugal

Agostinho Jardim Moreira – Presidente da REAPN

O principal objectivo deste estudo foi o de auscultar a percepção dos portugueses sobre a pobreza e a exclusão social em Portugal. Este objectivo reveste-se de uma função instrumental altamente importante para as organizações que promovem este estudo porque:

- Permite perceber como percebem os portugueses o que significa a pobreza, qual a sua intensidade, quais as suas causas e consequências, quais os seus responsáveis e quais as principais medidas que deveriam ser tomadas para o seu combate;
- Ao fornecer-nos esta leitura permite-nos compreender melhor qual o estado do conhecimento sobre estes fenómenos, como são percebidos e interpretados e quais as principais áreas de intervenção (em termos de sensibilização e informação) que teremos que privilegiar;
- Oferece-nos uma oportunidade para melhorar a nossa forma de actuação e melhor atingir os nossos objectivos.

### **Algumas constatações**

A percepção sobre a intensidade e extensão da pobreza é forte e vai para além da realidade estatística (59% afirmam que a percentagem de pobres se situa entre os 10% e os 40%). Os portugueses sentem a pobreza e sentem-na numa proporção preocupante.

Em relação à própria situação dos inquiridos (e embora com naturalidade afirmem que a situação é pior noutras regiões) a percepção é igualmente preocupante. 20% afirmam viver uma situação de risco de pobreza, 7% de pobreza explícita e 1% de miséria. Se considerarmos que 52% afirmam que vivem com algum conforto (o que pode significar alguma aceitação de níveis menores de conforto ou uma dificuldade em admitir frontalmente uma situação de menor conforto ou mesmo de pobreza) ainda mais preocupante se torna esta percepção (neste caso muito concreta por se tratar da sua própria situação).

Em relação aos grupos, como seria de esperar surge uma percepção de que hoje a pobreza afecta novos grupos, essencialmente relacionados com o emprego / desemprego / precariedade laboral. Não deixa de ser curioso – e preocupante – como os “novos pobres” de há 10 anos (Imigrantes, Minorias Étnicas, Famílias Monoparentais, Deficientes...) sejam hoje já “património” da “velha pobreza”. Isto é particularmente preocupante por poder significar algo de que já desconfiávamos: a “velha

pobreza” torna-se menos visível, menos prioritária e, a breve prazo, e por interrupção de uma atenção específica, poderá intensificar-se. É importante sublinhar que se é verdade que a crise económica e social criou “novos pobres” não será menos verdade que essa mesma crise veio em primeira instância piorar a situação de quem, precisamente, já vivia em situação de pobreza.

O Estudo revela um altíssimo nível de pessimismo e de baixas expectativas. 75% dos inquiridos considera que a situação piorou nos últimos 5 anos e 50% afirma que irá continuar a piorar. Tal percepção reflecte-se directamente e de forma intensa na percepção sobre as possibilidades dos pobres conseguirem sair da situação de pobreza (77% afirma que têm poucas ou nenhuma e os seus filhos 61%). Este tipo de percepção convoca e reforça um sentimento de fatalismo e resignação face à pobreza que dificulta o surgimento e sustentabilidade de uma mobilização e participação activa da sociedade.

Em relação às causas da pobreza, a percepção encontra-se actualmente muito concentrada nas questões relacionadas com o emprego. Ou seja, existe um enfiamento ou desconhecimento face às verdadeiras causas que presidem às consequências confundidas como causas (que são o desemprego, a precariedade laboral, etc.). Esta percepção releva uma enorme necessidade de continuar a fazer uma “pedagogia” sobre as verdadeiras causas da pobreza. Esta confusão entre causas e consequências é de resto muito vulgar e veiculada com frequência por diversos actores (muitos dos quais detêm relevantes papéis no combate à pobreza).

De resto, o mesmo se passa em relação à percepção sobre os indicadores de pobreza. Neste Estudo (como noutros) para caracterizar quem é verdadeiramente pobre continuam a ser apresentados indicadores relacionados com a pobreza absoluta e com a total ausência de mínimas condições de sobrevivência. Ou seja, os portugueses continuam a identificar como verdadeiramente pobres aqueles que, na realidade, se encontram numa situação de pobreza extrema e de miséria. Este tipo de percepção – preocupante – é de resto veiculada e reforçada pelos *Media*: sempre que se fala de pobreza, a imagem que se mostra é a de um sem-abrigo; sempre que se procura um pobre para entrevistar, é alguém que vive numa barraca. Assim, se não são de estranhar estas percepções, é muito importante combater esta “associação de exclusividade” entre pobreza e pobreza absoluta (e exclusivamente monetária).

Em relação à responsabilidade para resolver o problema confrontamo-nos igualmente com uma percepção “complicada”. Uma boa parte dos inquiridos afirma que a responsabilidade é do Governo, ou seja, “externaliza” a responsabilidade e, no limite, poderá não se considerar parte da solução.



Isto pode sugerir que existe uma demissão colectiva dos cidadãos face às suas directas responsabilidades pela criação e manutenção dos fenómenos de pobreza e de exclusão social e uma fraca vontade de participar mais directamente na sua resolução. Esta percepção (que importa explorar e aprofundar) é altamente perigosa por poder incorporar a ideia de que “eu não tenho nada a ver com isso”, “eu não sou responsável”, “eu pago os meus impostos, o Governo que resolva”... A ausência de uma vontade de participação cidadã poderá, precisamente, constituir um dos principais e mais fortes impedimentos ao combate eficaz contra a pobreza e a exclusão social...

No que concerne ao tipo de atitude que a pobreza gera, os inquiridos afirmam que esta gera mais “desenrascanço” do que solidariedade. Estamos perante uma percepção que pode ser bastante penalizadora para as pessoas em situação de pobreza ao associá-las a uma resolução individual (e provavelmente pouco “socialmente correcta”) dos problemas. Este tipo de percepção nega o capital social potencial das pessoas em situação de pobreza e, por outro lado, revela que existe uma desresponsabilização por parte da sociedade como um todo. Uma vez mais é uma percepção que deverá merecer uma particular atenção e aprofundamento.

Sobre os principais objectivos políticos, a percepção centra-se nas questões do emprego (o que, nas actuais circunstâncias é compreensível). Mas, e importa sublinhar, revela uma quase total desvalorização de outros objectivos directamente concorrentes para a solução dos problemas de pobreza. É de salientar como uma das principais preocupações a quase irrelevância da prioridade “ausência aos países pobres” que denota uma dificuldade de compreensão da dimensão global da pobreza e do impacto que a pobreza e exclusão de outros territórios (países e continentes) poderá ter no território nacional (deslocalização de empresas, Imigração, Emigração...).

Apesar de tudo, e se calhar de forma contraditória, surge uma percepção forte de que para que uma sociedade funcione bem é “preciso que as pessoas participem e sejam ouvidas” (79%), ou seja, existe uma compreensão de que será preciso aprofundar a Democracia e as formas de governação mais colectivas em detrimento de formas mais centralizadas e autocentradas de poder.

Em suma, este estudo indica-nos claramente que é fundamental intervir no domínio da opinião pública, e sobre as suas percepções. Não podemos esquecer que os conceitos de pobreza e de exclusão social são construídos e delimitados pelo mundo dos que se julgam incluídos. É aqui que é preciso, prioritariamente, actuar, não esquecendo, os “velhos pobres”.

É preciso criar uma cultura social que assuma a sua co-responsabilidade, que entenda que a exclusão é uma consequência dos modelos, das práticas, dos consumos que escolhemos, que tal situação não é inevitável, e, já agora, que ninguém está hoje livre de se ver em semelhante situação.

Lutar contra a pobreza é lutar pelos mais básicos direitos humanos e é fundamental entender e ter como premissa – de uma vez por todas! – que a pobreza, para além de não ser uma fatalidade, não é, primariamente, uma responsabilidade dos próprios pobres. Lutar contra a pobreza não deve ser um favor, uma benesse, uma boa vontade ou um alívio de consciências.

Lutar contra a pobreza é lutar por sermos humanos. Lutar pela concretização da integralidade do ser humano. Este é o papel que nós, enquanto interventores sociais, aos mais variados níveis e desde as mais diversas estruturas e formas de resposta, devemos assumir.

Contrariar o actual cenário significa caminharmos para o (re)estabelecimento de uma cultura da reciprocidade. Devemos (re)aprender a ver, (re)aprender a reconhecermo-nos uns aos outros como semelhantes de facto. Se conseguirmos transformar a luta contra a pobreza numa espécie de “arte pública” – com todos, de todos e para todos – em que o bem e o belo, de uma forma comum, sejam a razão dos nossos modelos e escolhas, poderá, então, ser possível falar de inclusão social ou erradicação da pobreza.

A nossa proposta é que a luta contra a pobreza seja assim transformada numa “arte pública”, ou seja, um novo projecto de cidadania, reencontrando diálogos perdidos, com novos espaços de relação, uma tarefa colectiva contando com a participação de todos, entendendo a erradicação da pobreza como um objectivo prioritário e quotidiano para todos os cidadãos: concretizar o sentimento profundo de permitir que o impossível aconteça: realizar o bem-comum, dignificando a pessoa humana.

**Inquérito “Percepções da pobreza em Portugal”  
(2009)**

**Sumário**

Na sequência de um primeiro inquérito nacional levado a cabo pela Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (REAPN), em 2004, sobre as percepções da pobreza em Portugal, a Amnistia Internacional - Portugal, em parceria com o SOCIUS-ISEG, associou-se à realização de um segundo inquérito, em 2009, cujos resultados preliminares são agora apresentados.

Os dados evidenciam uma percepção generalizada de aumento da pobreza em Portugal e baixas expectativas em relação a uma melhoria dessa situação nos próximos anos.

A pobreza é entendida como atingindo hoje novos grupos, designadamente jovens à procura de primeiro emprego, trabalhadores com baixos salários e trabalhadores precários.

Também as causas de pobreza são imputadas à esfera laboral e, neste sentido, a criação de emprego é a prioridade política mais referida pela amostra.

Finalmente é de destacar que uma grande maioria dos inquiridos considera que é o Governo quem tem a responsabilidade de resolver os problemas de pobreza e exclusão social.

No futuro, a análise dos resultados do inquérito de 2009 será aprofundada e confrontada, de forma sistemática, com os dados obtidos há 5 anos e discutida mediante dados de fontes secundárias.

**1. Introdução**

Na sequência de um primeiro inquérito por questionário de âmbito nacional da iniciativa da Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal (REAPN), levado a cabo em 2004, foi estabelecido um protocolo de parceria entre a Amnistia Internacional – Portugal (AI) e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, em Julho de 2009, com o objectivo de se associarem à realização e análise, respectivamente, de um segundo inquérito sobre as percepções da pobreza em Portugal. Neste relatório apresentam-se os resultados preliminares da análise das frequências<sup>1</sup> deste segundo inquérito que tinha como objectivo principal conhecer as percepções da população residente em Portugal Continental sobre a pobreza. O Anexo I apresenta os quadros estatísticos respectivos.

---

<sup>1</sup> Foi feito um exercício de cruzamento das respostas com as variáveis sócio-demográficas (sexo, idade, escolaridade, condição no trabalho, rendimentos, posição religiosa e ainda tipo de habitação e localização geográfica - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos - NUTS II, versão 2002), mas as diferenças encontradas não são relevantes.

No desenvolvimento de um relatório mais aprofundado e que deverá estar concluído no primeiro semestre de 2010 ser explorados os dados agora obtidos e comparados os resultados do inquérito de 2009 com os de 2004, assim como com fontes secundárias relativas à pobreza em Portugal.

## 2. Metodologia

O inquérito por questionário é da autoria da REAPN/AI e a sua aplicação foi da responsabilidade da AI. Ao SOCIUS coube proceder à análise dos dados, tendo usado para o efeito o programa informático SPSS (versão 17). Deste modo, passamos a apresentar a metodologia usada.

O universo do inquérito é a população residente em Portugal Continental com 18 anos ou mais. A amostra é representativa e não estratificada e é composta por 1350 indivíduos<sup>2</sup> seleccionados aleatoriamente em 19 freguesias-tipo de cada região de Portugal. A discriminação da amostra pelas principais variáveis sócio-demográficas é feita no Quadro A.

**Quadro A: Composição da amostra**

Variáveis	Categorias	N.º	%
Sexo	Homens	596	45,1
	Mulheres	726	54,9
Idade	18-24 anos	141	10,5
	25-34 anos	241	17,9
	35-44 anos	270	20,0
	45-54 anos	257	19,1
	55-64 anos	195	14,5
	65 anos ou mais	244	18,1
Escolaridade	Menos do que a 4ª classe	126	9,4
	4ª classe antiga, 6º ano ou ciclo preparatório recentes	436	32,6
	5º ano antigos ou 9º ano unificado, 10º, 11º anos	234	17,5
	7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio	268	20,0
	Frequência da universidade ou bacharelato	90	6,7
	Licenciatura, mestrado ou doutoramento	185	13,8
Condição perante o	Activo	725	55,4

<sup>2</sup> Este número só ficou garantido na selecção da freguesia (veja-se o total da amostra na distribuição pela NUTS II).

trabalho			
	Inactivo	583	44,6
NUTS II	Norte	444	32,9
	Centro	335	24,8
	Lisboa	416	30,8
	Alentejo	65	4,8
	Algarve	90	6,7

A base de sondagem é o recenseamento geral da população, de onde se seleccionaram freguesias-tipo já utilizadas no inquérito de 2004. O desenho da amostra foi feito a partir da escolha das casas por um caminho aleatório sistemático. A selecção foi feita em função da dimensão da freguesia e do número de inquéritos que nela deviam ser realizados de modo a que toda ela fosse percorrida. Para garantir a aleatoriedade, a selecção do inquirido foi feita escolhendo, entre as pessoas do alojamento que pertencem ao universo, a última a ter feito anos. O inquérito foi feito presencialmente e preenchido pelo inquiridor tendo recorrido ao auxílio de cartões. O erro máximo da amostra é de 2,7% com um grau de confiança de 95%.

O trabalho de campo decorreu entre 15 de Julho e 4 de Setembro de 2009, ao longo das várias fases do dia. O inquérito contou com 33 voluntários da AI na fase de inquirição e de 12 na da construção da base de dados e inserção dos dados. A formação destes colaboradores foi da responsabilidade da AI. A taxa de sucesso é desconhecida. As não respostas não foram analisadas.

### **3. Análise de resultados**

Nesta primeira leitura dos dados recolhidos, as questões do inquérito por questionário foram agrupadas em três grandes grupos, a saber: percepções da situação de pobreza (quer hoje quer no passado); identificação da pobreza (causas e indicadores); questões normativas (quem tem poder para reduzir a pobreza, quais devem ser as suas prioridades e como agir).

#### **3.1. Percepções da situação de pobreza**

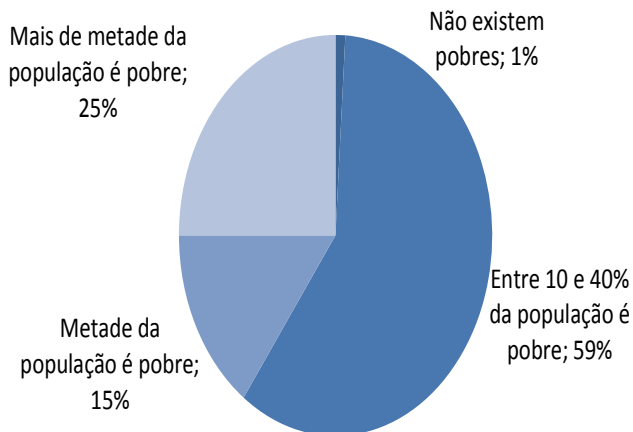
##### **a) O grau de pobreza na actualidade**

(Perguntas analisadas: P3; P4; P10; P11; P14)

Uma das primeiras questões colocadas no inquérito diz respeito à percepção da existência de pobreza em Portugal. Uma grande parte da amostra (40%) considera que metade da população ou

mais vive em situação de pobreza<sup>3</sup>. No entanto, apenas uma pequena parte da amostra (6%) classifica a pobreza existente como miséria (P10). O Gráfico 1 dá-nos conta da distribuição das respostas relativamente à percepção de existência de pobreza no nosso país.

**Gráfico 1: Percepção sobre a existência de pobreza em Portugal (P3)**



n = 1283

A percepção da pobreza é maior relativamente aos «outros» e não aos próprios, como de resto seria de esperar dada a delicadeza da questão. Com efeito, 48% dos inquiridos consideram que a pobreza na sua zona de residência é menor do que a considerada para o país (P4) e 17% dizem que a pobreza na sua zona de residência é maior do que na generalidade do país<sup>4</sup>. O número de inquiridos que se considera a si próprio pobre é mais baixo, 7% (P11). A grande parte dos inquiridos (72%) declara viver numa situação de conforto ou de algum conforto<sup>5</sup>. O Gráfico 2 apresenta justamente a auto-percepção dos inquiridos relativamente à sua situação<sup>6</sup>.

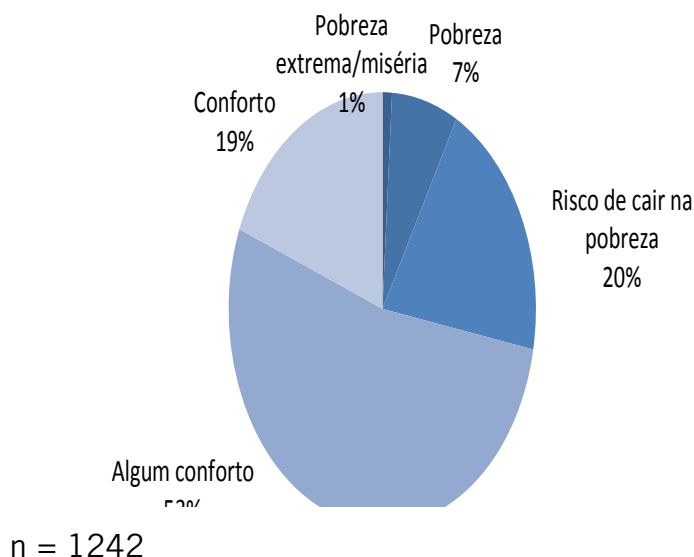
**Gráfico 2: Percepção da situação do próprio inquirido (P11)**

<sup>3</sup> “Metade da população é pobre” (15%) e “Mais de metade da população é pobre” (25%).

<sup>4</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que “Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal” (P3).

<sup>5</sup> “Algum conforto” (53%) e “Conforto” (19%).

<sup>6</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que “Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal” (P3).



#### b) A evolução da pobreza

(Perguntas analisadas: P5; P6; P9; P12; P14; P22; P23)

Uma grande maioria da amostra (84%) considera que, nos últimos 5 anos, a situação de pobreza do país aumentou (P5.2)<sup>7</sup>. No mesmo sentido, 74% dos inquiridos pensam que os pobres são pessoas que já estiveram em melhor situação (P9)<sup>8</sup>. Também uma parte significativa da amostra, mais de metade (57%), afirma que a pobreza aumentou na sua zona de residência (P5.1)<sup>9</sup>.

No que diz respeito à evolução da composição social dos pobres, 83% dos inquiridos sustentam que há hoje novos grupos vulneráveis (P12)<sup>10</sup>. Mais de três quartos da amostra referem como grupos vulneráveis à pobreza (P14\_2): os jovens à procura de primeiro emprego (89%), os trabalhadores com baixos salários (86%) e os trabalhadores precários (86%).

De notar que a percepção dos grupos vulneráveis à pobreza hoje revela um grande consenso, evidenciado pelas taxas de resposta elevadas nestes grupos, e, por outro lado, apresenta uma convergência ao nível da natureza dos grupos, distinta dos de há 20 anos (P14\_1).

Com efeito, hoje há uma percepção generalizada de que a situação laboral torna os indivíduos vulneráveis à pobreza, enquanto os grupos vulneráveis à pobreza há 20 anos mais referidos são grupos com uma condição minoritária, como os deficientes (56%).

O Quadro 1 dá-nos conta justamente da percepção dos grupos vulneráveis hoje e há 20 anos mais mencionados pela amostra. Importa sublinhar que não se trata necessariamente dos grupos com

<sup>7</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que “Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal” (P3).

<sup>8</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que “Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal” (P3).

<sup>9</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que “Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal” (P3).

<sup>10</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos com 34 anos ou menos por não apresentarem as mesmas condições que o resto da amostra para a comparação de hoje com há 20 anos.

maior grau de vulnerabilidade à pobreza, mas dos grupos vulneráveis mais assinalados pela amostra, ou seja, aqueles que reúnem maior consenso quanto à sua condição.

**Quadro 1: Percepção dos grupos vulneráveis, hoje e há 20 anos (P14)**

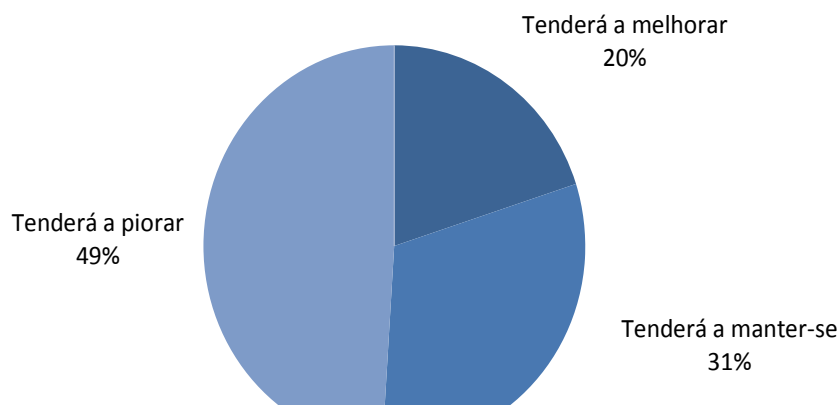
Grupos	Hoje (P14_2)	Há 20 anos (P14_1)
Jovens à procura do primeiro emprego	89%	15%
Empregados com salários baixos	86%	26%
Trabalhadores em situação de precariedade	86%	23%
Deficientes	61%	56%
Minorias étnicas	59%	47%
Doentes crónicos	72%	46%

n = variável

Os dados sobre a percepção actual e da evolução da pobreza vão ao encontro de um balanço geral negativo do país. Com efeito, 75% dos inquiridos pensam que o país piorou nos últimos 5 anos (P22) e quase metade da amostra (49%) defende que a situação continuará a piorar (P23). O Gráfico 3 mostra-nos a distribuição da amostra pelas três hipóteses de resposta apresentadas para esta pergunta.

**Gráfico 3: Percepção da evolução do país nos próximos 5 anos (P23)**





n = 1248

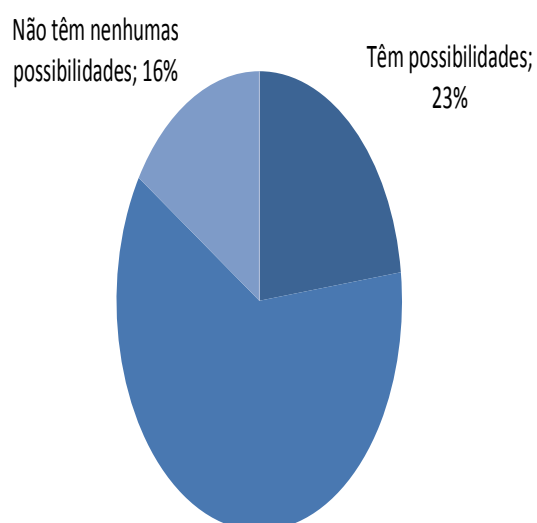
### 3.2. Identificação da pobreza

#### a) Causas de pobreza

(Perguntas analisadas: P7; P8; P15; P16; P24; P25)

Indo ao encontro das baixas expectativas referidas atrás, a percepção de 77% dos inquiridos é de que os pobres têm poucas ou nenhuma possibilidade de sair da situação em que se encontram (P7)<sup>11</sup>. Isto quer dizer que menos de um quarto dos inquiridos considera que os que estão em situação de pobreza podem sair dela (23%). O Gráfico 4 dá-nos conta dos resultados desta pergunta.

**Gráfico 4: Percepção das possibilidades dos indivíduos saírem da pobreza (P7)**



n = 1241

<sup>11</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que “Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal” (P3).

As oportunidades dos filhos dos pobres serão, contudo, maiores. Com efeito, neste caso, 39% da amostra entende que há possibilidades deles saírem da pobreza (P8), contra 61% que pensam que têm poucas ou nenhuma possibilidade<sup>12</sup>.

As causas da pobreza (P15; P16) são sobretudo percebidas como externas, ou seja, não são imputadas aos próprios indivíduos. As razões mais apontadas como contribuindo para a existência de pobreza são: o desemprego de longa duração, os baixos salários e a precariedade do emprego. O Quadro 2 apresenta os três factores mais referidos e o respectivo peso na totalidade da amostra. Mais uma vez, importa sublinhar que se trata dos factores mais vezes referidos como causas de pobreza e não necessariamente os mais importantes.

**Quadro 2: Percepção das três principais causas da pobreza (P15; P16)**

Factores	%
Desemprego de longa duração	56
Salários baixos	53
Trabalho precário	41

n = variável

O Governo é considerado, por uma grande maioria dos inquiridos (77%), responsável pela pobreza, seguindo-se depois, com menor expressão, o Estado (38%) e a União Europeia (33%). Estes são os actores sociais mais referidos como tendo capacidade para resolver este problema, sendo os menos mencionados: associações e ONG e sindicatos (P24; P25). Mais uma vez sublinhamos que não se trata de considerar o Governo como a entidade mais responsável mas o que um maior número de inquiridos disse ter responsabilidade.

**Quadro 3: Percepção dos responsáveis pela pobreza (P24; P25)**

Factores	%
Governo	77
Estado	38
União Europeia	33

n = variável

Ainda assim importa sublinhar que os dados apontam para uma percepção de fraca capacidade de superação da situação de pobreza pelos próprios indivíduos.

<sup>12</sup> “Têm poucas possibilidades” (49%) e “Não têm nenhuma possibilidade” (12%).

b) Indicadores de pobreza

(Perguntas analisadas: P17)

Os sinais de pobreza (P17) mais mencionados pelos inquiridos são: “*não ter água, luz nem casa de banho*” (69%); “*não beneficiar de apoio social quando precisa*” (39%); “*não ter uma alimentação equilibrada*” (36%).

**Quadro 4: Sinais de pobreza (P17)**

Factores	%
Não ter água, luz nem casa de banho	69
Não beneficiar de apoio social quando precisa	39
Não ter uma alimentação equilibrada	36

n = variável

Por conseguinte, podemos dizer que a inexistência de condições mínimas de salubridade continua a ser o indicador de pobreza mais consensual, não havendo ainda menção alargada a formas de pobreza mais modernas.

**3.3. Questões normativas**

Combate à pobreza

(Perguntas analisadas: P13; P18; P19; P21;P26)

Do ponto de vista atitudinal, a maior parte dos inquiridos (63%) considera que a pobreza desenvolve um comportamento individualista e de «desenrascanço», em detrimento de formas de solidariedade e cooperação (P13).

Este resultado parece ir ao encontro das prioridades políticas. Segundo a amostra, os objectivos políticos dos decisores políticos devem ser, antes de mais, a luta contra a pobreza e o desemprego (P18). Estes dois itens foram referidos como “*Muito importante*” por mais de três quartos da amostra, conforme se pode conferir no Quadro 3. Note-se que o objectivo menos valorizado foi a “*Ajuda aos países pobres*”, pois segundo 9% dos inquiridos esta é uma medida “*Nada importante*”.

**Quadro 5: Os três objectivos políticos mais importantes (P18)**

Muito importante	%
------------------	---

Luta contra a pobreza	79
Luta contra o desemprego	78
Poupança de reservas energéticas	44

n = variável

Para além da criação de emprego, que reúne um amplo consenso nesta amostra, os investimentos políticos deveriam ser feitos também na saúde, educação, formação profissional, entre outros. O Quadro 6 dá conta dos três investimentos mais referidos depois da criação de emprego. Relembra-se que a ordem apresentada não é dos fins onde se deveria gastar primeiro o dinheiro, mas dos fins com mais menções.

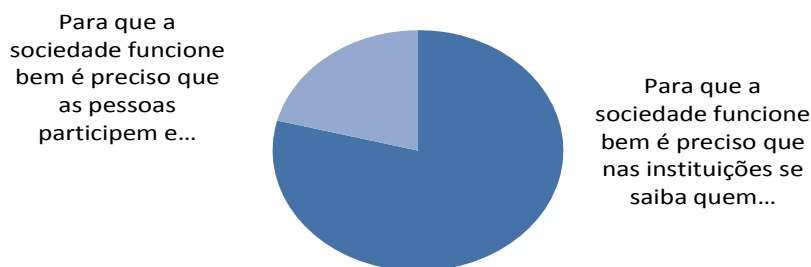
#### Quadro 6: Investimentos a fazer (P19;P21)

Prioridades de investimento	%
Investimento na saúde	59
Investimento na educação	47
Formação profissional	43

n = variável

Uma vez que 79% da amostra considera que “*Para que a sociedade funcione bem é preciso que as pessoas participem e sejam ouvidas na organização das várias instituições que a constituem*”, contra 21% que se aproxima mais da frase que sustenta que “*Para que a sociedade funcione bem é preciso que nas suas instituições se saiba quem manda e que haja ordem e respeito pelas hierarquias*” (P26), diríamos que uma medida política adicional será promover a participação dos cidadãos.

### Gráfico 5: Percepção normativa sobre o sistema social



n = 1168

#### 4. Notas finais

O segundo inquérito sobre percepções da pobreza em Portugal, realizado em 2009, dá conta da percepção generalizada de existência de mais pobreza em Portugal e de pouca confiança em ver a situação mudar nos próximos anos.

A pobreza é entendida como atingindo hoje novos alvos, aos quais é transversal a natureza laboral difícil. Com efeito, uma grande maioria da amostra assinala os jovens à procura de primeiro emprego, os trabalhadores com baixos salários e os trabalhadores precários como grupos vulneráveis, não sendo tão referidos quando se questiona sobre 20 anos atrás.

No mesmo sentido, as causas de pobreza mais citadas são o desemprego de longa duração, os baixos salários e ainda o trabalho precário. Trata-se, por conseguinte, de factores essencialmente relacionados com o mundo laboral.

As instituições públicas políticas são as entidades mais referidas como tendo um papel na resolução dos problemas de pobreza e exclusão social. Reunindo um amplo consenso, o Governo é o actor mais visto como o tendo capacidade para intervir, seguindo-se depois o Estado e a União Europeia.

Deste modo, uma grande maioria dos inquiridos aponta como prioridades políticas a luta contra a pobreza e o desemprego.

Finalmente, o indicador de pobreza mencionado mais citado pela amostra é a inexistência de água, luz e casa de banho. Persiste, em suma, uma percepção de pobreza relacionada com más condições de salubridade, um problema mais frequente em sociedades em desenvolvimento.

Raquel Rego - Doutorada em sociologia. Investigadora auxiliar no SOCIUS-ISEG.

## **Apresentação**

O inquérito por questionário sobre percepções da pobreza em Portugal, levado a cabo em 2004 e em 2009 pela Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) e pela Amnistia Internacional - Portugal, projecto ao qual o SOCIUS-ISEG se associou, tinha como objectivo principal conhecer as percepções subjectivas da população residente em Portugal Continental sobre a pobreza e colmatar, assim, uma lacuna existente sobre os dados empíricos relativos à pobreza no nosso país, geralmente centrados em indicadores objectivos.

Esperamos, portanto, contribuir para um maior conhecimento da pobreza no nosso país e para o debate sobre a sua superação, o qual deverá ser particularmente promovido em 2010 no âmbito do Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Os principais resultados do inquérito foram divulgados em sessões públicas nos respectivos anos, mas só agora surge a oportunidade de comparar os dados das duas edições. É pois este o objectivo deste estudo e desta publicação.

Deste modo, o presente capítulo é composto, num primeiro momento, por notas de contextualização e, depois, pela análise descritiva dos resultados. Sempre que oportuno são feitas comparações com fontes secundárias, designadamente com os dados do Eurobarómetro de 2009, que se encontram compilados em anexo.

## **1. O contexto**

### ***1.1 O conceito de pobreza monetária prevalecente e a importância da qualidade do emprego no risco de pobreza***

A pobreza em Portugal é objecto de produção estatística em particular por parte de instituições oficiais. Estas fontes são usadas nomeadamente para informar as políticas sociais, quer a nível nacional quer europeu, e baseiam-se numa noção de *pobreza monetária* circunscrita aos rendimentos dos indivíduos.

Os indicadores estatísticos mais utilizados são o *risco de pobreza* e a *linha de pobreza*. A *taxa de risco de pobreza* é a proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da *linha de pobreza* definida (pela Comissão Europeia) como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente (INE, 2009). Estes indicadores baseiam-se portanto no potencial consumo de bens básicos como comida, vestuário e alojamento, no país respectivo.

---

\* Doutorada em sociologia. Investigadora auxiliar no SOCIUS-ISEG. Email: [raquelrego@iseg.utl.pt](mailto:raquelrego@iseg.utl.pt)

Os dados mais recentes, relativos a 2007, mostram que o risco de pobreza é maior para as mulheres do que para os homens,<sup>13</sup> para os indivíduos com um grau de escolaridade inferior ao terceiro ciclo e para os desempregados, depois para os reformados e em último lugar para os empregados.<sup>14</sup> Os países da União Europeia onde o risco de pobreza é maior são a Roménia e a Bulgária. A Finlândia é o que apresenta o menor risco de pobreza (Eurostat, 2010).

Relativamente a Portugal em particular, o risco de pobreza é de 40% da população, mas, considerando as *transferências sociais*,<sup>15</sup> ele desce para mais de metade, 18% (INE, 2009).<sup>16</sup> O Quadro 1 apresenta o risco de pobreza no nosso país para trabalhadores em função do tipo e duração de contrato, tornando claro que não basta ter emprego para ver reduzido o risco de pobreza.

**Quadro 1: Risco de pobreza em Portugal por contrato e duração do trabalho (2007)**

Risco de pobreza	(%)
Contrato permanente	5
Contrato temporário	10
Trabalho a tempo inteiro	8
Trabalho a tempo parcial	28
Trabalho o ano inteiro	9
Trabalho em menos de um ano	15
Fonte: Eurostat, 2010.	

O emprego está há muito associado ao debate sobre a pobreza<sup>17</sup> sendo entendido como uma forma de reduzir o risco de pobreza e até *o melhor caminho para se sair da pobreza* (ILO, 2003). Há evidência empírica que mostra inclusivamente que o trabalho pode até ser mais importante do que as circunstâncias pessoais para determinar o risco de recair na pobreza, contudo, importa ter em conta que tipo de trabalho está em causa (Tomlinson e Parker, 2010). Apostar na criação de emprego é uma forma activa de promover a sustentabilidade económica dos indivíduos, opondo-se

<sup>13</sup> Só na Hungria e na Suécia os indicadores mostram uma taxa idêntica para os dois sexos no conjunto dos 27 Estados-membros.

<sup>14</sup> Só no Luxemburgo e na Polónia, os reformados surgem com o menor risco, mantendo-se depois a mesma ordem. De notar que, em vários países, mais de metade dos desempregados estão em risco de pobreza, designadamente nos Estados-membros do Báltico e no Reino Unido.

<sup>15</sup> As *transferências sociais* incluem os apoios à família, à educação, à habitação, à doença/invalidez, ao desemprego e ao combate à exclusão social (INE, 2009).

<sup>16</sup> Tal como sucede em outros países do Sul da Europa, esta redução deve-se antes de mais ao peso das pensões (Ferreira, 2008). Este valor poderia ser menor se algumas medidas implementadas para reduzir a pobreza fossem usufruídas de facto por todos a quem se destinam. Este problema da falta de efectividade e eficiência das medidas continua por estudar (Farinha, 2009).

<sup>17</sup> Em Portugal, alguns estudos têm sido desenvolvidos justamente articulando a questão da pobreza com a do trabalho como sucede com: Diogo, Fernando (2008), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta; Caleiras, Jorge (2008), "Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos", *E-Cadernos CES*, n.º2.

a formas passivas como a atribuição de apoios sociais, mas nem todo o emprego o consegue, nomeadamente o trabalho pouco qualificado e precário.<sup>18</sup>

Ora, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o crescimento do emprego em Portugal foi de -0,7% em 2009 (ILO, 2009). Por outro lado, o desemprego tem vindo a crescer desde 2000, ultrapassando os 9% da população activa em 2009. Como demonstra o Quadro 2, isto significa que ultrapassámos já a taxa de desemprego média da União Europeia.

**Quadro 2: Taxa de desemprego (2004 e 2008)**

	2004	2008
Taxa de desemprego - Portugal	6,7	7,7
Taxa de desemprego – UE27	9	7

Fonte: European Commission (2009a)

Temos, portanto, nos últimos anos um cenário propício ao aumento da pobreza.

Estes dados permitem fazer uma avaliação do impacto das medidas de apoio, como parece ficar demonstrado com os valores antes e depois das transferências sociais. No entanto, os indicadores têm limitações que nos fazem desviar da complexidade do fenómeno da pobreza.

Através destes indicadores é difícil saber por exemplo como vivem os indivíduos em risco de pobreza, ou que laços mantêm com a família e a comunidade.<sup>19</sup> Não conhecendo o grau de vulnerabilidade em que se encontram os pobres, pouco se sabe das possibilidades efectivas dos pobres saírem da pobreza e quebrarem o ciclo de privação.

Se a pobreza se tornou um fenómeno mensurável através de indicadores *seguros* como ter um determinado rendimento (Misturelli e Heffernan, 2008), ao analisarmos as percepções sociais, construídas subjectivamente a partir da complexidade do real, estaremos a complementar a informação sobre a pobreza. No entanto, o uso desta informação parece mais discutível, daí a sua escassez.

## **1.2 A escassez de dados sobre as percepções da pobreza e a complexidade do fenómeno**

Ainda que os primeiros estudos sobre percepções da pobreza, e sobre atribuição de causas de pobreza em particular, remontem aos anos 1970 nos Estados Unidos e que se considere que as percepções influenciam a legitimidade das políticas anti-pobreza (Lepianka *et al.*, 2009), existem

<sup>18</sup> O conceito de precariedade a que nos reportamos é amplo, remetendo essencialmente para a involuntariedade da instabilidade derivada do vínculo contratual e consequente falta de protecção social.

<sup>19</sup> O papel da família nos países do Sul da Europa é particularmente importante, não só porque contribui para o apoio social, mas também porque constitui um sistema de reprodução de desigualdades (Ferreira, 2008).



poucos estudos empíricos sobre as percepções sociais (Paugam e Selz, 2005) do que é hoje um problema social e de direitos sociais (Capucha, 2005).

O Eurobarómetro, que desde 1973 procura monitorizar a opinião pública europeia, incluiu algumas questões sobre a pobreza em algumas edições, mas em 2009 foi dada uma atenção particular às percepções da pobreza. Esta atenção surge numa altura em que o termo *pobreza* volta a ser usado ao nível do discurso político europeu, agora a par do conceito de exclusão social (Lepianka *et al.*, 2009).

No ano passado, foi assim publicado um relatório especial Eurobarómetro (2009e) sobre pobreza e exclusão social, praticamente ao mesmo tempo que eram divulgados os resultados do inquérito REAPN/Amnistia Internacional para o mesmo ano. Entretanto foi ainda publicado um relatório pelo Eurobarómetro baseado, não em entrevistas pessoais directas mas em entrevistas telefónicas, para obtenção de um conhecimento mais imediato dos efeitos da crise (2009c; 2010) e preparação do ano europeu consagrado à pobreza.

Analisar as percepções é considerar o sentido que os indivíduos dão à pobreza em função das suas experiências pessoais, do seu conhecimento e sentir. Podemos assim supor que esta perspectiva nos dê conta inclusivamente de uma realidade que escapa aos indicadores estatísticos, como sucede com a chamada *pobreza encoberta ou envergonhada*.

Para a formação das percepções concorrem factores diversos, entre os quais o *clima económico* (Paugam e Slez, 2005) mas também o *clima político* por exemplo. Deste modo recordarmos que o inquérito foi aplicado em anos fortemente marcados por acontecimentos políticos quer de âmbito nacional quer internacional.

Com efeito, no início do Verão de 2004, o Primeiro-Ministro português de então, Durão Barroso, pede demissão para poder aceitar o convite para Presidente da Comissão Europeia, tendo o Presidente da República decidido não convocar eleições antecipadas mas nomear Santana Lopes para chefe do governo numa decisão inédita no nosso regime democrático. Por outro lado, 2009 foi um ano marcado pelo final de uma legislatura de maioria socialista e sobretudo pela crise financeira internacional. Estes dados configuram por conseguinte períodos politicamente marcados por alguma instabilidade.

Deste modo, não nos surpreende que os resultados do *European Social Survey* (Vala *et al.*, 2008) nos dêem conta de uma satisfação geral mediana e de uma falta de confiança nos políticos (sobretudo os nacionais), dados que parecem confirmados recentemente num inquérito sobre *Necessidades em Portugal* (TESE, 2009). O Quadro 3 apresenta os valores médios destes indicadores.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Os valores da escala oscilavam entre 0, *nenhuma confiança*, e 10, *total confiança*.

### Quadro 3: Confiança nos políticos e satisfação geral – média (2006)

	2006
Confiança nos políticos	2,51
Confiança no Parlamento Europeu	4,55
Satisfação com a vida em geral	5,52

Fonte: Vala *et al.* (2008)

Outros factores contribuem seguramente para a formação das percepções, entre os quais a influência que recebemos da comunicação social. Para além do reforço de estereótipos sobre os sem abrigo, os beneficiários de apoios sociais, as mães solteiras, etc., estudos em outros países, designadamente nos Estados Unidos, dão conta da existência de pouca informação na cobertura jornalística sobre a pobreza (Bullock *et al.*, 2001).

Se tivermos presente a onnipresença em particular da televisão e por conseguinte o seu potencial impacto na opinião pública, não podemos deixar de considerar como provável que a população reflecta em alguma medida aqueles conteúdos. Não dispomos de dados sobre o tratamento que é dado ao fenómeno da pobreza pela comunicação social portuguesa, mas fazemos notar que parece haver uma visibilidade crescente do fenómeno nos últimos anos.

## 2. Percepções da pobreza em Portugal

Passamos então à análise das respostas do inquérito de 2004 e de 2009. As perguntas<sup>21</sup> foram agrupadas em três grandes grupos, a saber: percepções da situação de pobreza (quer hoje quer no passado); identificação da pobreza (causas e indicadores); questões normativas (quem tem poder para reduzir a pobreza, quais devem ser as suas prioridades e como agir).

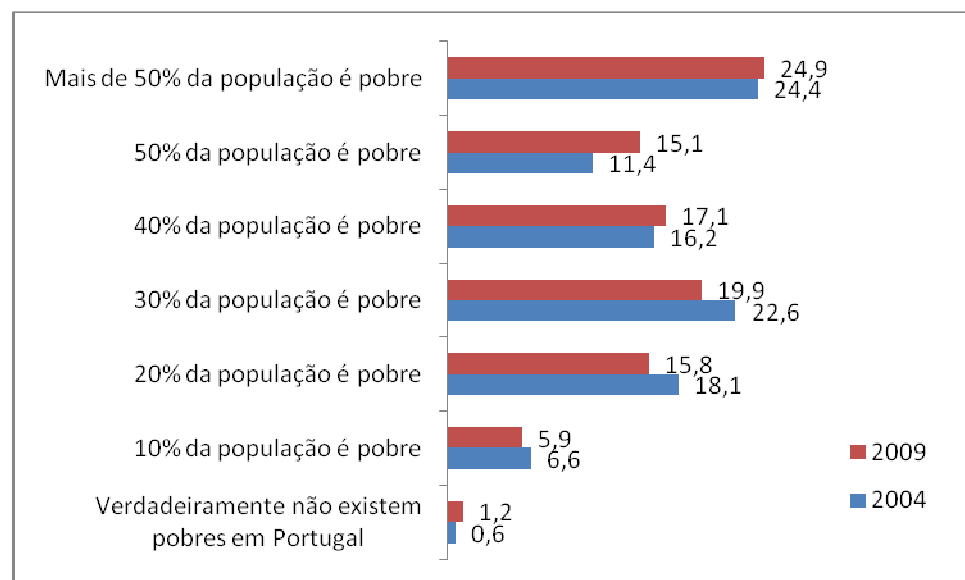
### 2.1 Percepções da situação de pobreza

#### 2.1.1 O grau de pobreza

Uma das primeiras questões colocadas no inquérito diz respeito à percepção da existência de pobreza em Portugal. Os dados do inquérito revelam valores próximos em 2004 e 2009 embora em 2009 haja mais indivíduos a considerar que a pobreza atinge uma grande parte dos portugueses (os indicadores acima de *40% da população é pobre* têm um peso ligeiramente superior em 2009). O Gráfico 1 apresenta a distribuição da percepção de existência de pobreza no nosso país nos dois anos.

<sup>21</sup> As perguntas são identificadas no texto e no título dos gráficos e podem ser reconstituídas pela leitura do inquérito em anexo.

**Gráfico 1: A existência de pobreza em Portugal (P3)**



n =1250 (2004); n =1283 (2009)

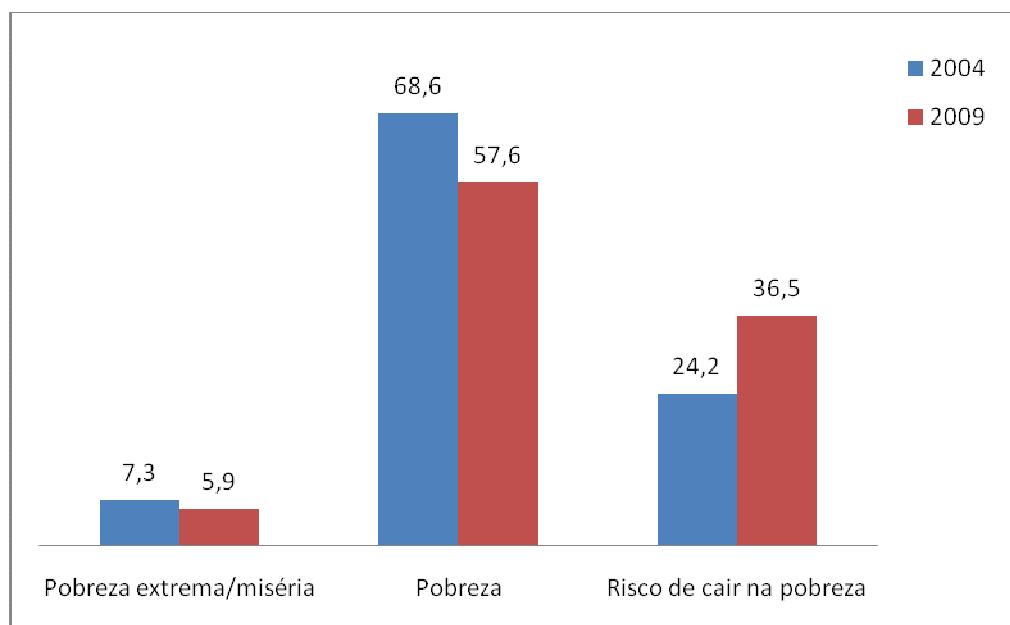
Se tivermos em conta que mais de metade da amostra considera que 40% da população ou mais é pobre, os dados do inquérito revelam-se discrepantes dos indicadores atrás apresentados, designadamente relativos ao risco de pobreza.<sup>22</sup> Recordamos que segundo o INE os valores são mais baixos, pois a taxa de pobreza *antes das transferências sociais* era de 40% em 2007 e após as transferências de 18%. As percepções sociais poderão estar a indiciar uma pobreza para além da que é captada pelos rendimentos.

Apenas uma pequena parte da amostra classifica a pobreza existente como *miséria*, sendo de notar que a percepção do *risco de pobreza*<sup>23</sup> aumentou de 2004 para 2009 (mais 12,3%), conforme demonstra o Gráfico 2.

<sup>22</sup> A comparação com os dados do Eurobarómetro não se revela tão fácil, até porque se perguntava no máximo se 1 pessoa em 3 era pobre, ao que 40% da amostra respondeu afirmativamente.

<sup>23</sup> A noção de risco de pobreza utilizada no inquérito REAPN/Amnistia Internacional, como parece evidente, não coincide com a oficial nem é numérica.

**Gráfico 2: A maioria das situações de pobreza em Portugal (P10)**



n = 1180 (2004); n = 1227 (2009)

A percepção da pobreza é sempre maior relativamente aos *outros* do que aos próprios, como de resto era de esperar dada a delicadeza da questão, que inibe o eventual atingido de o reconhecer em público. Isto verifica-se quando se pergunta pela zona de residência e pela situação do próprio inquirido.

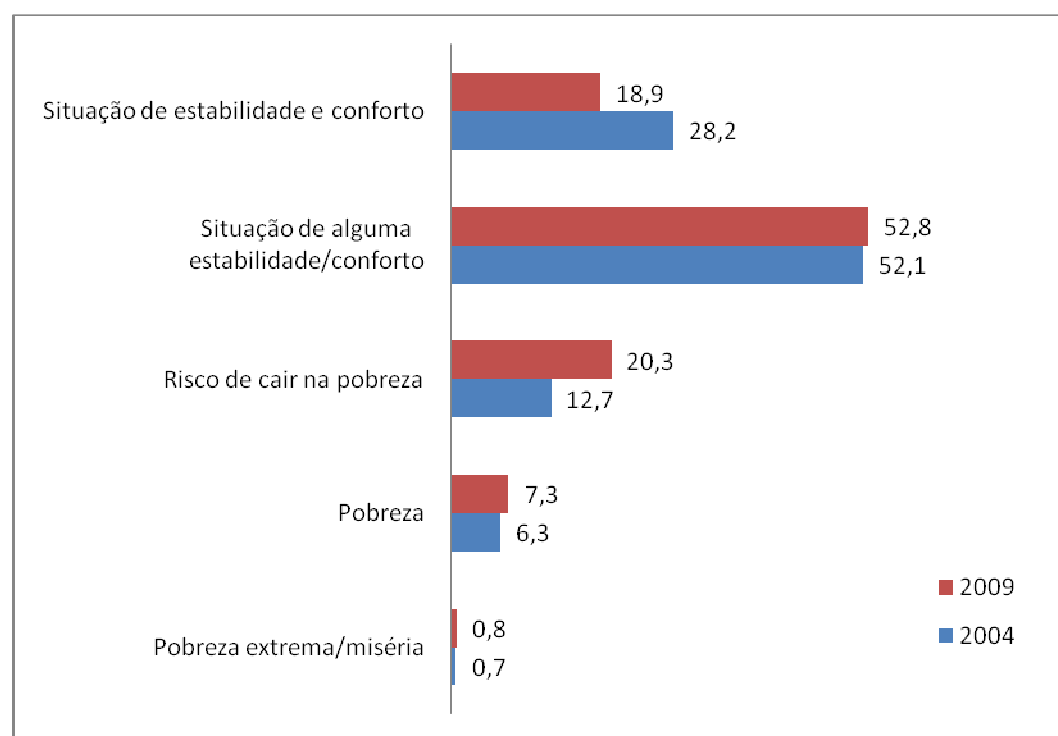
Com efeito, se em 2004 mais de metade da amostra (52,8%) considerava que a pobreza na sua zona de residência era menor do que a do país (P4); em 2009, quase metade da amostra tem essa percepção (48,3%). Os valores das respostas dos indivíduos que consideram que a pobreza na sua zona é maior do que no resto do país são ainda mais próximos nos dois anos (17,4% em 2004 e 16,7% em 2009).<sup>24</sup>

O número de inquiridos que se considera a si próprio pobre é mais baixo do que o número de inquiridos que considera a sua zona de residência pobre (7% em 2004 e 8% em 2009). A grande parte dos inquiridos (80,3% em 2004 e 71,7% em 2009) declara viver numa situação de conforto ou de algum conforto (P11). O Gráfico seguinte apresenta a auto-percepção dos inquiridos relativamente à sua situação.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que *verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal* (P3).

<sup>25</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que *verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal* (P3).

**Gráfico 3: A situação do próprio inquirido (P11)**



n = 1309 (2004); n = 1322 (2009)

### **2.1.2 A evolução da pobreza**

Em ambos os anos, uma grande maioria da amostra considera que a situação de pobreza do país aumentou nos últimos 5 anos (P5.2), sendo a percepção menos grave para a zona de residência do inquirido.<sup>26</sup> A percepção de aumento da pobreza no país é maior em 2009 do que em 2004 (74,4% em 2004 e 84,8% em 2009), o mesmo se verificando no que diz respeito ao aumento de pobreza na zona de residência do inquirido (44,2% em 2004 e 57% em 2009).<sup>27</sup>

Estes dados vão ao encontro dos dados da sondagem de 2009 do Eurobarómetro (2009c) onde 89% dos inquiridos em Portugal sustentam que a pobreza a nível nacional *aumentou* ou *aumentou imenso* e 69% dos inquiridos dizem que a pobreza na área onde vive *aumentou* ou *aumentou imenso*.

Além disso, o futuro próximo é olhado com algum pessimismo, pois, em 2004, 60,8% dos inquiridos consideravam que a pobreza ia aumentar no país (P.6.2), valor que é ligeiramente superior em 2009 (66,2%). O aumento da pobreza na zona de residência surge de novo com menos gravidade (P6.1), sendo próximo de metade da amostra nos dois anos (46,7% em 2004 e 51,7% em 2009).

<sup>26</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que *verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal* (P3).

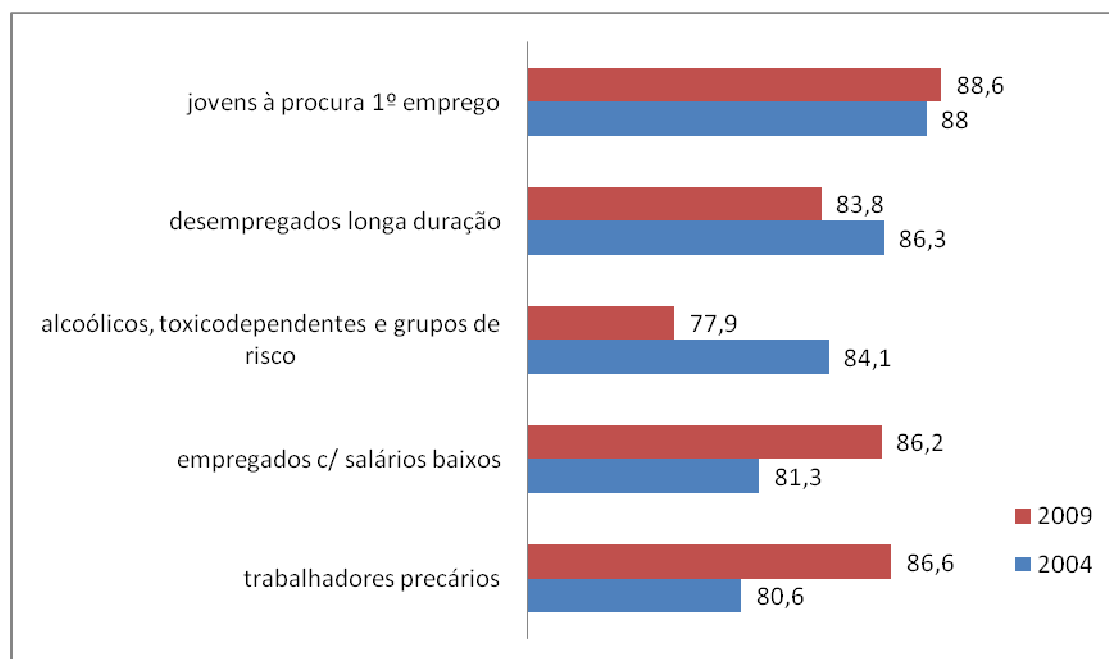
<sup>27</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que *verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal* (P3).

No mesmo sentido, se em 2004 menos de metade dos inquiridos (46,1%) considera que os pobres são pessoas que já estiveram em melhor situação (P9), em 2009 há já uma grande parte dos inquiridos que o diz (74,2%).<sup>28</sup>

No que diz respeito à evolução da composição social dos pobres, uma grande parte dos inquiridos sustenta que, quer no inquérito de 2004 quer no de 2009, há hoje novos grupos vulneráveis (72,3% em 2004 e 83% em 2009) (P12).<sup>29</sup> Mais de três quartos da amostra referem os *jovens à procura de primeiro emprego* (88% em 2004 e 88,6% em 2009) como grupo vulnerável à pobreza (P14.2).

Já no que respeita ao segundo grupo mais referido, há diferenças entre o inquérito de 2004 e o de 2009. Com efeito, em 2004, 84,1% dos inquiridos referiu os *alcoólicos, toxicodependentes e outros grupos de risco*, enquanto em 2009 o segundo grupo mais referido são os *trabalhadores precários* (86,6%). O Gráfico 4 dá-nos conta da distribuição das respostas a esta pergunta.

**Gráfico 4: Grupos vulneráveis à pobreza hoje (P14.2)**



n = 1179 (2004); n = 966 (2009)

Também os dados do Eurobarómetro (2009d) apontam para o mundo laboral, isto é, os *desempregados* são o grupo vulnerável mais mencionado pela amostra, com 67% de respostas, embora os *trabalhadores precários* só reúnam 31% de respostas.<sup>30</sup>

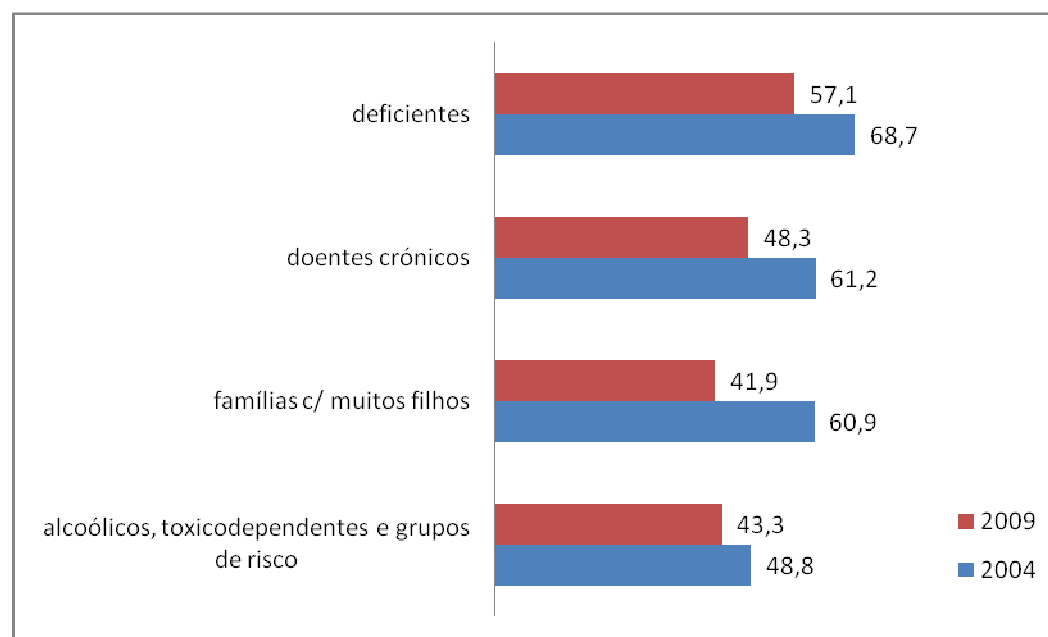
<sup>28</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que *verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal* (P3).

<sup>29</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos com 34 anos ou menos por não apresentarem as mesmas condições que o resto da amostra para a comparação de hoje com há 20 anos.

<sup>30</sup> Os itens de resposta não são coincidentes entre o inquérito de 2009 e o do Eurobarómetro de 2009 pelo que sublinhamos apenas a aproximação da natureza do grupo mais mencionado.

A percepção dos grupos vulneráveis à pobreza hoje revela um maior consenso do que a percepção sobre aqueles que eram pobres há 20 anos, o que fica evidenciado pelas taxas de resposta elevadas no primeiro caso. Além disso, constata-se que há uma percepção generalizada de que a situação laboral torna os indivíduos vulneráveis à pobreza no presente, enquanto os grupos vulneráveis à pobreza há 20 anos mais referidos são grupos com uma condição minoritária, como os *deficientes* (98,7% em 2004 e 57,1% em 2009) ou os *doentes crónicos* (61,2% em 2004 e 48,3% em 2009). O Gráfico seguinte apresenta as respostas com maior frequência para os grupos vulneráveis há 20 anos.

**Gráfico 5: Grupos vulneráveis à pobreza há 20 anos (P14.1)**



n = 1179 (2004); n = 966 (2009)

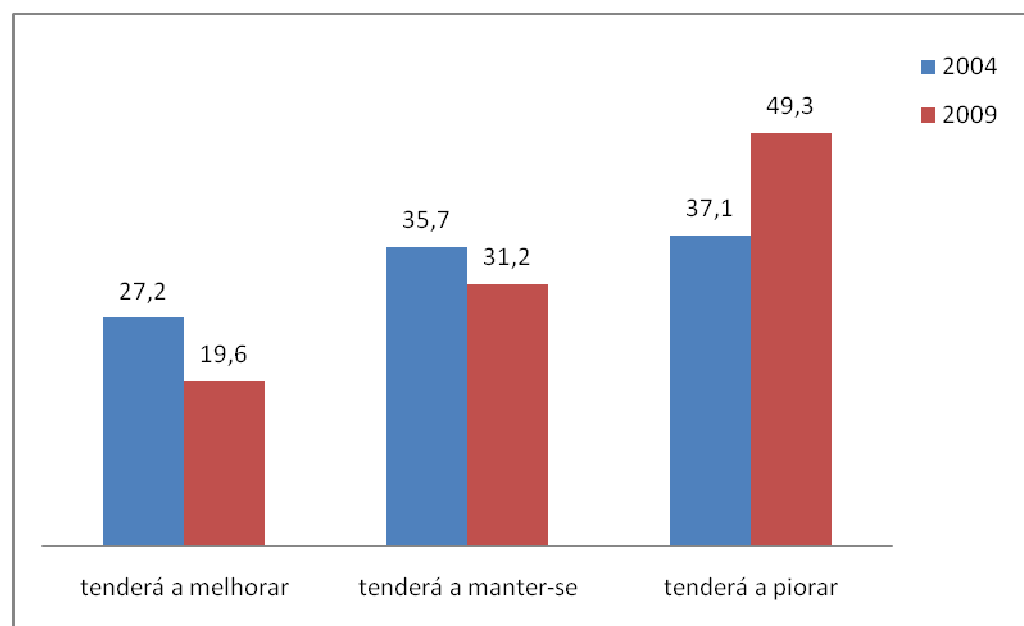
Percebemos assim claramente que, em 2004, havia mais indivíduos do que em 2009 a considerarem diversos grupos como sendo vulneráveis. Os grupos mais vezes assinalados em 2004 são os *deficientes*, os *doentes crónicos* e as *famílias numerosas*; já em 2009 os deficientes surgem também como o grupo considerado vulnerável por um maior número de indivíduos, os outros grupos não reúnem metade das respostas.

Importa sublinhar que não se trata necessariamente dos grupos com maior grau de vulnerabilidade à pobreza, mas dos grupos vulneráveis identificados por um maior número de inquiridos, ou seja, os grupos que reúnem maior consenso quanto à sua condição.

Os dados sobre a percepção actual e a evolução da pobreza vão ao encontro de um balanço geral negativo do país. Se em ambos os anos há uma percepção algo pessimista, 2009 evidencia-o com mais força.

Com efeito, em 2004, 59,2% dos inquiridos declaravam que o país piorou nos últimos 5 anos mas, em 2009, estas respostas ascendem a 75,3% dos inquiridos (P22). As expectativas para o futuro próximo vão no mesmo sentido: em 2004, 37,1% dos inquiridos sustentavam que a situação tenderá a piorar (P23) enquanto em 2009 quase metade da amostra (49,3%) o afirma. O Gráfico seguinte mostra-nos a distribuição da amostra pelas três hipóteses de resposta apresentadas para esta pergunta.

**Gráfico 6: A evolução do país nos próximos 5 anos (P23)**



n = 1181 (2004); n = 1248 (2009)

## 2.2 Identificação da pobreza

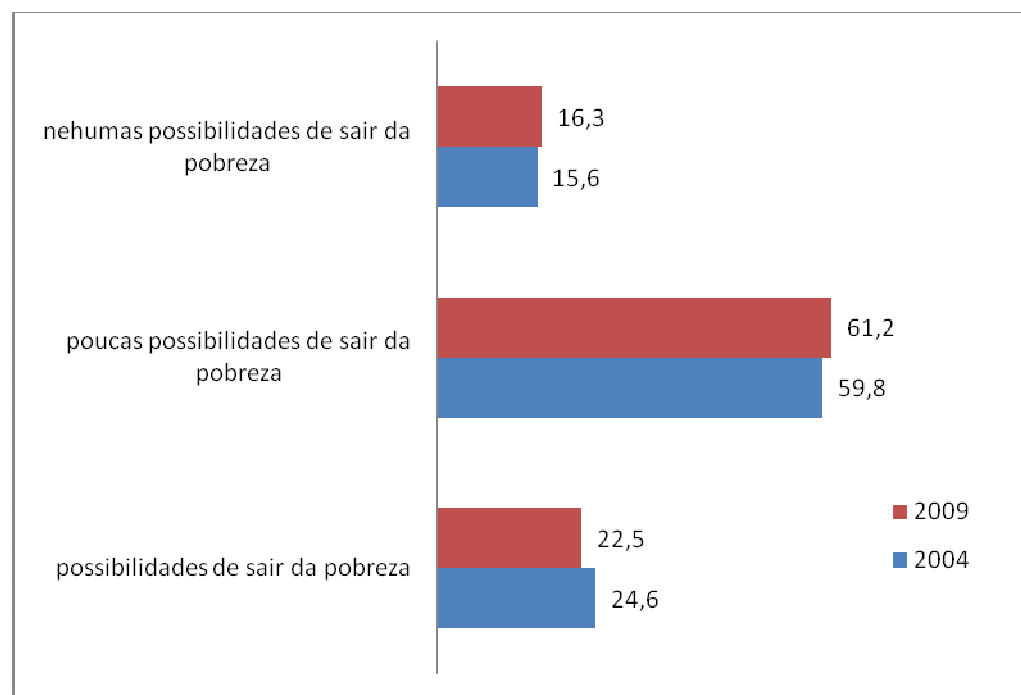
### 2.2.1 Causas de pobreza

Indo ao encontro das baixas expectativas referidas atrás, a percepção de cerca de três quartos da amostra (75,4% em 2004 e 77,5% em 2009) é de que os pobres têm *poucas ou nenhuma*s possibilidades de sair da situação em que se encontram (P7)<sup>31</sup>. Isto quer dizer que menos de um quarto dos inquiridos considera que os que estão em situação de pobreza podem sair dela (24,6% em 2004 e 22,5% em 2009). O Gráfico 7 dá-nos conta dos resultados desta pergunta.

<sup>31</sup> Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que *verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal* (P3).



**Gráfico 7: Possibilidades dos pobres saírem da pobreza (P7)**



n = 1209 (2004); n = 1241 (2009)

Entende-se, contudo, que as oportunidades dos filhos dos pobres são maiores. Com efeito, 37,8% em 2004 e 39,3% em 2009 da amostra entendem que há possibilidades dos filhos dos pobres saírem da pobreza (P8).

Relativamente às causas da pobreza (P15), não há nenhuma resposta que seja dada por pelo menos metade da amostra, o que quer dizer que, não só se confirma a multicausalidade da pobreza, como não há um consenso alargado sobre as causas.

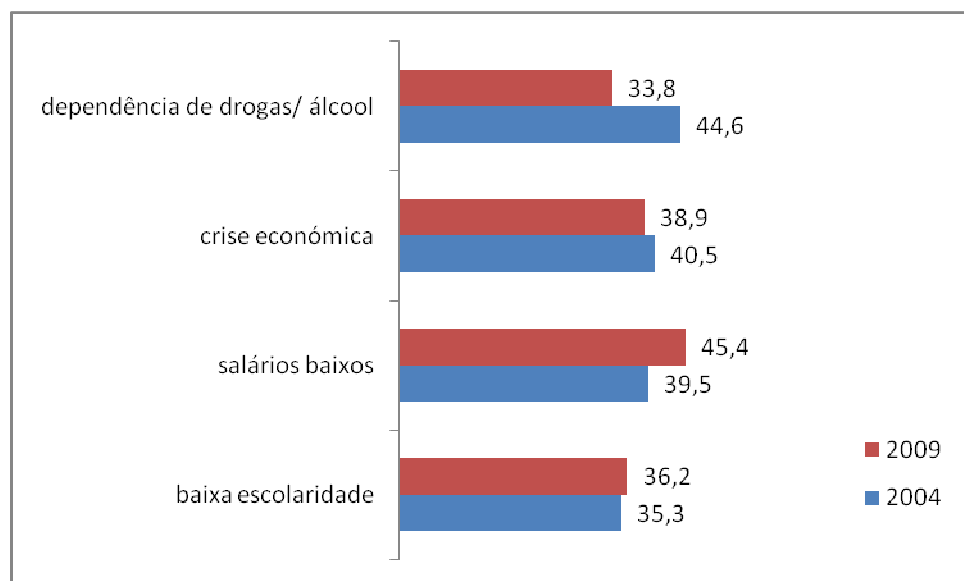
Verificamos depois que há variações significativas na importância dada a cada factor, designadamente em 2004 a causa mais referida era a *dependência do álcool e de drogas* o que em 2009 é reduzido em 10,8 pontos percentuais. Por outro lado, em 2009, a causa mais referida são os *baixos salários*, factor que evidencia um crescimento face a 2004 de 5,9 pontos percentuais. Esta variação da causa mais citada corresponde também a mudança da natureza dessa causa, isto é, em 2004 o factor tinha uma natureza individual, já em 2009 ela é externa ao indivíduo.

De notar por fim que, ainda que a diferença seja quase insignificante, é curioso que em 2004 se assinalou mais do que em 2009 a crise económica como causa de pobreza (40,5% em 2004 e 38,9% em 2009) quando a crise, pelo menos financeira, teve o seu auge depois.

Indo de algum modo ao encontro dos resultados do inquérito de 2009, os dados do Eurobarómetro (2009d) indicam os aspectos na sociedade que poderão explicar melhor a razão pela qual as pessoas são pobres, a saber o *desemprego elevado* e os *salários baixos* (61% e 49% respectivamente), aspectos que de resto são também os mais citados pela média dos países europeus.

O Gráfico seguinte apresenta os factores mais referidos em cada ano do inquérito e o respectivo peso na totalidade da amostra.

**Gráfico 8: As principais causas de pobreza (P15)**

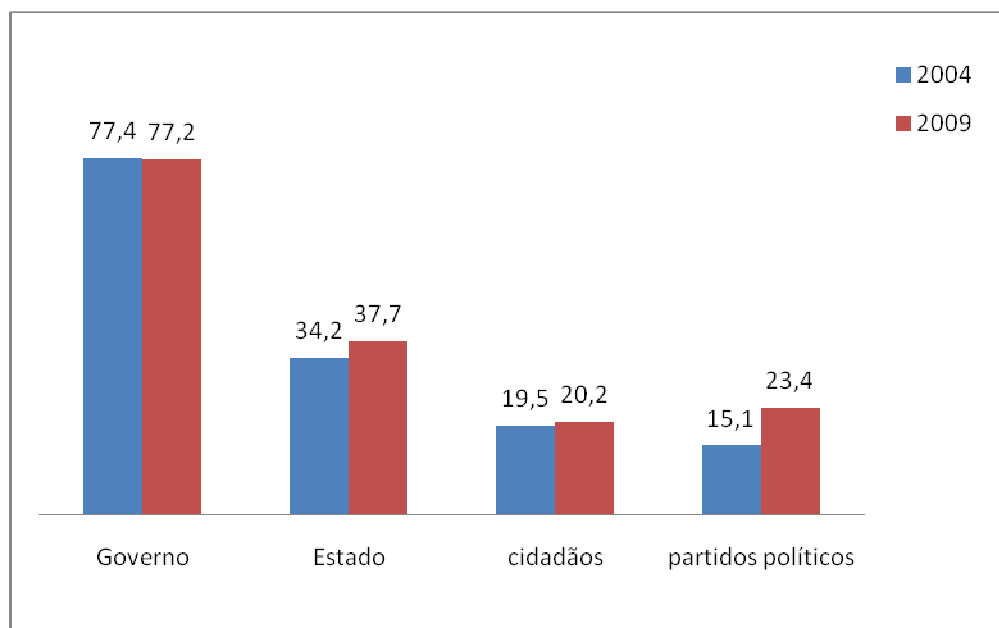


n = 1299 (2004); n = 1333 (2009)

O *Governo* é considerado responsável pela existência de pobreza por uma grande maioria dos inquiridos em ambos os anos do inquérito, assim como na sondagem do Eurobarómetro (2009d) onde é indicado por 63% da amostra. Segue-se depois, no inquérito, com muito menor expressão, o Estado.<sup>32</sup> Em 2009, não perfazendo um quarto da amostra mas com mais peso do que em 2004, houve quem indicasse os partidos políticos. Os actores sociais menos mencionados foram, em ambos os anos, as *associações* e as *ONG*, havendo menos de 1% de referências na nossa amostra. O Gráfico seguinte apresenta-nos estes resultados.

<sup>32</sup> No Eurobarómetro, em segundo lugar é apontada a União Europeia por 14% dos inquiridos.

**Gráfico 9: Os maiores responsáveis pela existência de pobreza e exclusão social (P24)**



n= 1243 (2004); n = 1287 (2009)

O responsável pela pobreza que obtém maior consenso é também o actor de quem se espera a resolução dos problemas sociais, nomeadamente a pobreza e a exclusão social (P25), isto é, quer em 2004 quer em 2009, o Governo foi a entidade mais referida (77,9% e 69,5% respectivamente). Surgem depois, abaixo das 35% de respostas, o Estado e a União Europeia.

Em 2009, parece prevalecer, portanto, uma causalidade externa<sup>33</sup> que é de resto considerada por alguns autores como comum na chamada *tradição continental* em que Portugal se encontrará (Lepianka *et al.*, 2009),<sup>34</sup> mas ao que não serão seguramente indiferentes os efeitos da crise vivida neste ano e designadamente o crescimento do desemprego.

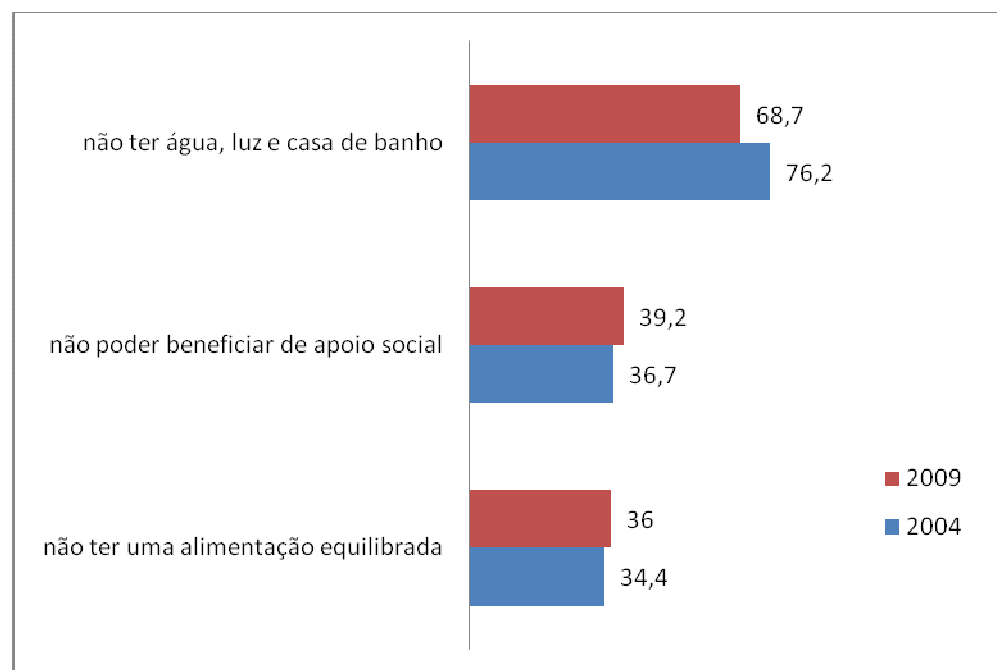
### **2.2.2 Indicadores de pobreza**

Os sinais de pobreza (P17) mais mencionados pelos inquiridos em ambos os anos e que no fundo se baseiam na sua noção de pobreza são: *não ter água, luz nem casa de banho*, seguindo-se, com menor expressão, *não beneficiar de apoio social quando precisa* e *não ter uma alimentação equilibrada*. O Gráfico 10 apresenta os valores respectivos.

<sup>33</sup> Não sendo este o local para discutir tipologias de causalidade, não queremos deixar de fazer notar que o emprego da dicotomia imputação individual *versus* externa, ainda que possa ser entendida como redutora, nos permite fazer uma primeira classificação com claras implicações práticas.

<sup>34</sup> Pelo contrário, nos Estados Unidos, onde prevalece a percepção de que os indivíduos são responsáveis pelo seu *destino económico*, algumas medidas públicas tornam-se inviáveis (Lepianka *et al.*, 2009).

**Gráfico 10: Os indicadores de pobreza (P17)**



n = 1292 (2004); n = 1281 (2009)

Por conseguinte, podemos dizer que a inexistência de condições mínimas de salubridade continua a ser o indicador de pobreza mais consensual, não havendo ainda menção alargada a formas de pobreza mais recentes.

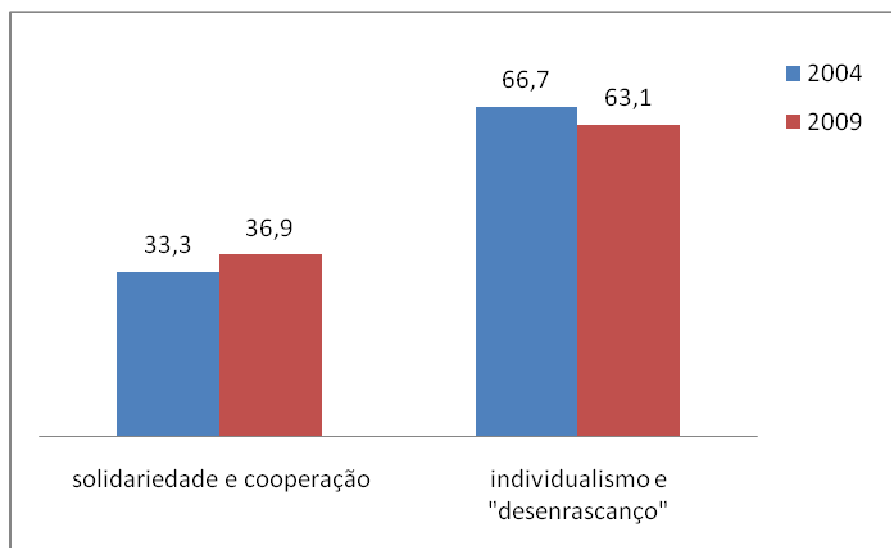
De notar que no Eurobarómetro (2009d) a noção de pobreza mais referida pelos inquiridos no nosso país é próxima, pois 32% dos indivíduos assinalaram que *as pessoas são pobres quando não podem adquirir bens básicos que necessitam para viver (alimentos, abrigo, vestuário, etc.)*, tendo mencionado com menor frequência o viver abaixo do limiar de pobreza (indicador precisado em euros), o depender de acções de caridade ou apoio estatal, a ausência de recursos para uma participação plena e ter um estatuto baixo.

## **2.3 Questões normativas**

### **2.3.1 O combate à pobreza**

Do ponto de vista atitudinal, as respostas apontam na mesma direcção nos dois anos do inquérito, a saber, a maior parte dos inquiridos (66,7% em 2004 e 63,1% em 2009) considera que a pobreza desenvolve um comportamento individualista e de *desenrascanço*, em detrimento de formas de solidariedade e cooperação (P13).

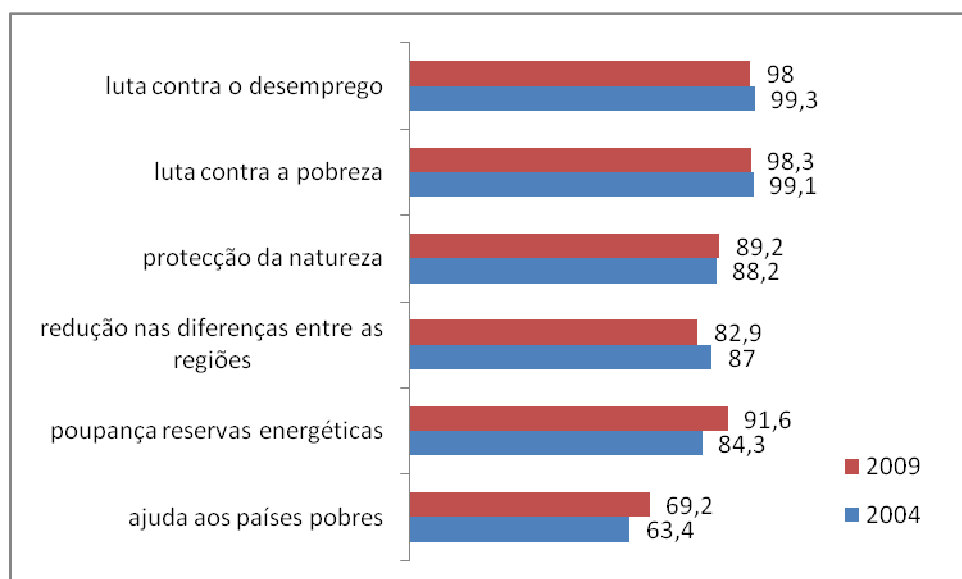
**Gráfico 11: Comportamento promovido pela pobreza (P13)**



n = 1186 (2004); n = 1233 (2009)

Este resultado parece ir ao encontro da percepção do que devem ser as prioridades políticas. Segundo a amostra, os objectivos políticos dos decisores políticos devem ser, antes de mais, a *luta contra a pobreza* e o *desemprego* (P18). Estes dois itens foram referidos como  *muito importante* por mais de três quartos da amostra nos dois anos. Note-se que o objectivo menos valorizado foi a *ajuda aos países pobres*, ainda assim mais de metade da amostra considera-o “*importante*” ou mesmo “*muito importante*”. O Gráfico 12 dá-nos então as classificações “*importante*” e “*muito importante*” relativamente aos objectivos políticos prioritários dos governos.

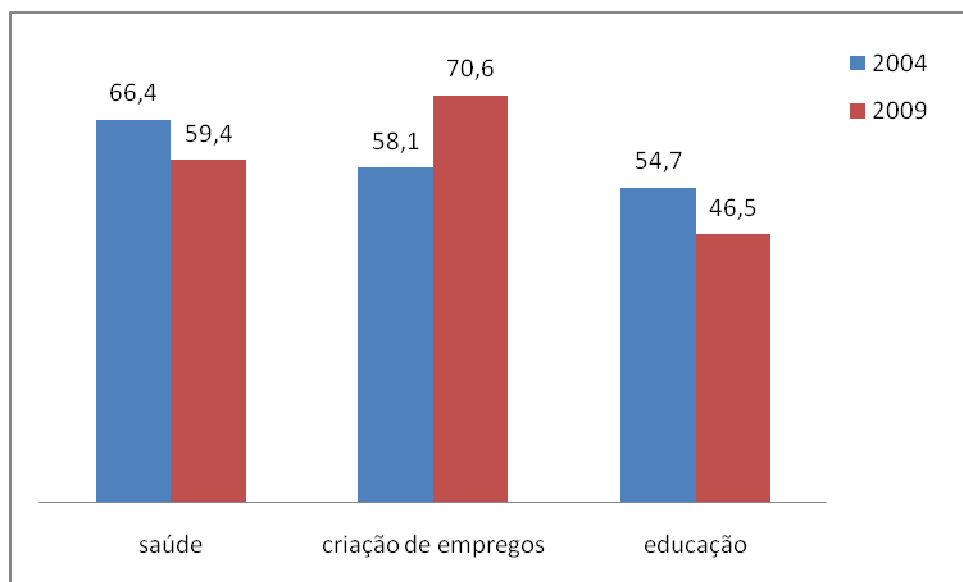
**Gráfico 12: Os objectivos políticos *importantes* e *muito importantes* (P18)**



n = variável (2004); n = variável (2009)

Se em 2009, a criação de emprego é entendida como a área onde o Governo deve gastar mais dinheiro por uma maioria dos inquiridos (70,6%), em 2004 a saúde era o destino privilegiado dos dinheiros públicos (P19). O Gráfico seguinte apresenta os três investimentos mais referidos. Relembra-se que não se trata das áreas onde se deveria investir primeiro o dinheiro, mas das áreas que reúnem maior consenso sobre em que é que se deveria gastar primeiro o dinheiro.

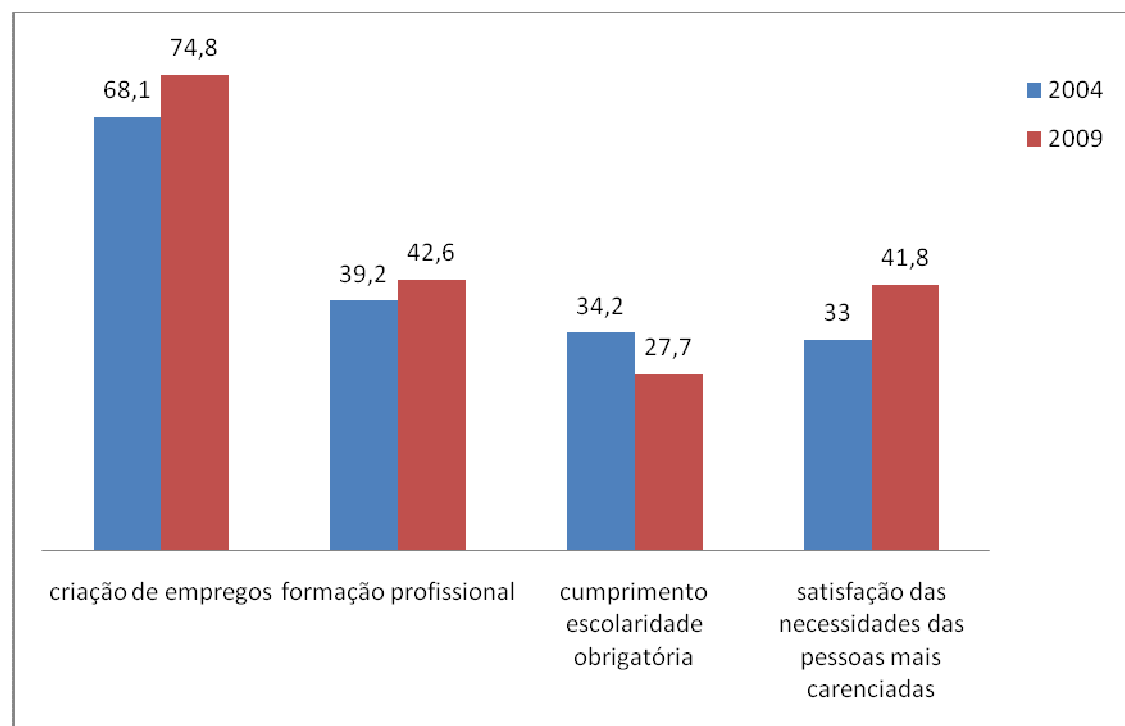
**Gráfico 13: Em que é que os Governos deveriam gastar mais dinheiro (P19)**



n = 1307 (2004); n = 1330 (2009)

Relativamente às medidas a adoptar quer em 2004 quer em 2009 os inquiridos referem *criação de emprego* (68,1% em 2004 e 74,8% em 2009), o que confirma uma maior tendência para em 2009 os inquiridos se mostrarem preocupados com a situação laboral.

**Gráfico 14: As medidas mais importantes a adoptar (P21)**

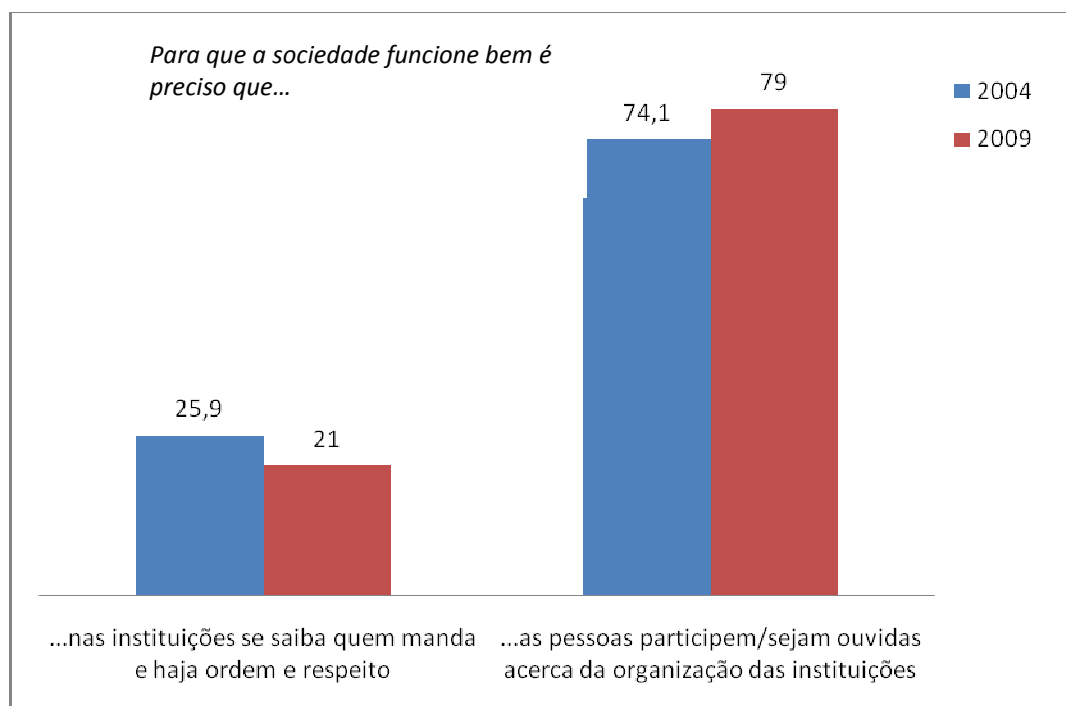


n = 1256 (2004); n = 1300 (2009)

Os dados do Eurobarómetro (2009d) vão de novo ao encontro dos do inquérito de 2009, pois 64% dos inquiridos no nosso país respondem que a *oferta de oportunidades de emprego* deve ser uma prioridade para o Governo ajudar as pessoas a sair da crise, seguindo-se depois, com menor expressão, *assegurar o crescimento económico a fim de melhorar o padrão de vida geral*.

As respostas ao inquérito de 2004 e de 2009 voltam a aproximar-se na pergunta relativa ao que é entendido como bom funcionamento da sociedade, se uma organização participada por todos ou se uma organização onde se identificam claramente os responsáveis e onde prevalece a ordem. O Gráfico 15 dá-nos conta de uma maior taxa de respostas para uma solução participada.

**Gráfico 15: Atitude face ao sistema organizacional (P26)**



n = 1147 (2004); n = 1168 (2009)

### Notas finais

O primeiro estudo sobre a pobreza em Portugal data do início dos anos 1980 (Costa, 2008), mas só em meados da década de 1990 a problemática da pobreza foi analisada do ponto de vista das percepções dos indivíduos com um estudo centrado na cidade do Porto (Baptista *et al.*, 1995). A informação relativa à pobreza começou por se basear e de resto continua a ser dominada por uma definição objectiva de pobreza à qual escapa a complexidade do fenómeno e nomeadamente o sentir da população.

Portugal, em 2004, pela primeira vez foi realizado um inquérito nacional sobre as percepções sobre a pobreza. Este inquérito teve uma segunda edição em 2009 que veio a coincidir com a sondagem especial sobre o mesmo tema levada a cabo pelo Eurobarómetro. Os resultados do inquérito nacional e do europeu são, de um modo geral, convergentes.

Podemos dizer que, quer em 2004 quer em 2009, há uma percepção generalizada de existência de mais pobreza em Portugal e de pouca confiança em ver a situação mudar nos próximos anos.

A pobreza é associada à situação laboral particularmente em 2009, o que não é de estranhar se tivermos presente que Portugal foi dos países europeus que mais sofreu com a crise ao nível do emprego.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> De acordo com os dados do Eurostat, em Dezembro de 2009, a taxa de desemprego em Portugal era de 10,4%, ou seja, a quinta mais alta da UE27 (ficando acima da média que se saldava em 9,6%) e a terceira mais alta da UE12 (cuja média era de 10%). Eurostat (2010), *Harmonised unemployment rate by gender total*, in Internet: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1> (15.02.2010).



Neste sentido, quer em 2004 quer em 2009, uma grande maioria da amostra assinala os jovens à procura de primeiro emprego como grupo vulnerável. Os dados do Eurobarómetro apontam no mesmo sentido, isto é, os desempregados em geral são considerados em risco de pobreza.

Esta percepção vai ao encontro do que estudos e entidades públicas têm sustentado, a saber, o trabalho contribui para a saída da pobreza, embora nem todo o trabalho. Com efeito, para isso importa que o trabalho seja remunerado condignamente, estável e qualificado.

As instituições políticas públicas são as entidades mais referidas como tendo um papel na resolução dos problemas de pobreza e exclusão social. Reunindo um amplo consenso, o Governo é o actor que é mais visto, nos dois anos do inquérito, como tendo capacidade para intervir.

De novo os resultados do inquérito encontram eco na sondagem Eurobarómetro, o que não é surpreendente se tivermos em conta que pertencemos ao padrão *européu continental* que valoriza a intervenção dos poderes públicos na vida dos indivíduos. Ainda que a externalização das causas e dos responsáveis pela pobreza possa contribuir para alguma passividade dos indivíduos, a adopção e implementação de políticas sociais parece ficar assim facilitada.

Finalmente salientamos que o indicador de pobreza mais citado pela amostra é a inexistência de água, luz e casa de banho, conceito que se aproxima do resultado da sondagem Eurobarómetro e que nos remete para uma privação material.

Tendo presente dados recentes que apontam para uma percepção distinta designadamente entre pobres e não pobres (Misturelli e Heffernan, 2008), ou entre proprietários de casa e não proprietários (Watson e Webb, 2009), sustentamos que uma análise detalhada ao nível do perfil dos inquiridos deverá ser desenvolvida em estudos futuros no nosso país.

Esperamos, em todo o caso, que este inquérito possa continuar a ser aplicado, pelo menos todos os 5 anos, para que possamos fazer um acompanhamento próximo do evoluir da percepção geral da pobreza no nosso país. As percepções mudam não ao nível do perfil dos indivíduos e do espaço, designadamente de país para país, mas também com o tempo (Paugam e Selz, 2005) e só deste modo poderemos compreender até que ponto os factores conjunturais interferem nas percepções sociais.

### Parte III: Conclusões e Recomendações

**NB** Esta parte é da estrita e exclusiva responsabilidade da Amnistia Internacional - Portugal e da REAPN. Assim, as conclusões tiradas e as recomendações/propostas de acção veiculadas, vinculam apenas estas Organizações.

#### Algumas conclusões e propostas de acção como consequência directa deste estudo:

1. A percepção sobre a intensidade e extensão da pobreza é forte e vai para além da realidade estatística (59% afirmam que a percentagem de pobres se situa entre os 10% e os 40%). Os portugueses sentem a pobreza e sentem-na numa proporção preocupante.

#### **Acção:**

O indicador exclusivamente monetário que mede o limiar de pobreza deixa claramente de fora um significativo número de cidadãos que, embora esteja acima deste limiar, se encontra em grande situação de vulnerabilidade ou mesmo precariedade. É fundamental continuar a produzir estudos desta natureza e que possam dar conta das dimensões mais subjectivas da pobreza e que consigam aprofundar dimensões mais qualitativas deste fenómeno. A repetição anual de estudos desta natureza e o seu aprofundamento qualitativo poderão constituir uma boa base de trabalho para esta imprescindível qualificação da informação.

2. Em relação à própria situação dos inquiridos (e embora com naturalidade afirmem que a situação é pior noutras regiões) a percepção é igualmente preocupante. 20% afirmam viver uma situação de risco de pobreza, 7% de pobreza explícita e 1% de miséria. Se considerarmos que 52% afirmam que vivem com algum conforto (o que pode significar alguma aceitação de níveis menores de conforto ou uma dificuldade em admitir frontalmente uma situação de menor conforto ou mesmo de pobreza) ainda mais preocupante se torna esta percepção (neste caso muito concreta por se tratar da sua própria situação).

#### **Acção:**

A produção, tratamento e análise de indicadores mais regionalizados / localizados é uma necessidade premente não só para um conhecimento mais detalhado dos fenómenos mas, sobretudo, para obter uma mais aproximada e adaptada capacidade de resposta aos problemas. Assim, consideramos que poderá ser importante a promoção e desenvolvimento de observatórios locais e regionais de luta contra a pobreza.

3. Em relação aos grupos, como seria de esperar surge uma percepção de que hoje a pobreza afecta novos grupos, essencialmente relacionados com o emprego / desemprego / precariedade laboral. Não deixa de ser curioso – e preocupante – como os “novos pobres” de há 10 anos (Imigrantes, Minorias Étnicas, Famílias Monoparentais, Deficientes...) sejam hoje já “património” da “velha pobreza”. Isto é particularmente preocupante por poder significar algo de algo que era de prever: a “velha pobreza” torna-se menos visível, menos prioritária e, a breve prazo, e por interrupção de uma atenção específica, poderá intensificar-se.

#### **Acção:**

**É importante sublinhar que se é verdade que a crise económica e social criou “novos pobres” não será menos verdade que essa mesma crise veio em primeira instância piorar a situação de quem, precisamente, já vivia em situação de pobreza. Assim, e entendendo as actuais preocupações e prioridades com os “novos pobres”, torna-se fundamental um esforço de manutenção de medidas de política social especificamente dedicadas aos públicos socialmente mais desfavorecidos e que, apesar de tudo, continuam a constituir uma parte substancial das pessoas em situação de pobreza em Portugal. A este nível importará sublinhar que medidas como o Rendimento Social de Inserção, o apoio à criação do próprio emprego e ao microcrédito, ao invés de serem alvo de um desinvestimento necessitam, precisamente, de um maior investimento tendo em vista dotá-las de capacidade técnica para concretizar o seu principal objectivo: a inclusão social das pessoas que mais afastadas se encontram do nosso modelo de bem-estar e desenvolvimento.**

4. O Estudo revela um preocupante nível de pessimismo e de baixas expectativas. 75% dos inquiridos considera que a situação piorou nos últimos 5 anos e 50% afirma que irá continuar a piorar. Tal percepção reflecte-se directamente, e de forma intensa, na percepção sobre as possibilidades dos pobres conseguirem sair da situação de pobreza (77% afirma que têm poucas ou nenhuma e os seus filhos 61%).

#### **Acção:**

**Este tipo de percepção convoca e reforça um sentimento de fatalismo e resignação face à pobreza que dificulta o surgimento e sustentabilidade de uma mobilização e participação activa da sociedade. Assim, torna-se imperioso continuar a desenvolver esforços no sentido de mobilizar as populações, particularmente ao nível local, para um melhor entendimento sobre a pobreza e possíveis formas de a prevenir, combater e erradicar. A demonstração de que o investimento na educação constitui uma alavanca fundamental para a erradicação destes fenómenos é algo em que se deve apostar fortemente. E este tipo de pedagogia deve precisamente começar nas escolas.**

5. Em relação às causas da pobreza, a percepção encontra-se actualmente muito concentrada nas questões relacionadas com o emprego. Ou seja, existe um enfiamento ou desconhecimento face às verdadeiras causas que presidem às consequências confundidas como causas (que são o desemprego, a precariedade laboral, etc.). De resto, o mesmo se passa em relação à percepção sobre os indicadores de pobreza. Neste Estudo (como noutros) para caracterizar quem é verdadeiramente pobre continuam a ser apresentados indicadores relacionados com a pobreza absoluta e com a total ausência de mínimas condições de sobrevivência. Ou seja, os portugueses continuam a identificar como verdadeiramente pobres aqueles que, na realidade, se encontram numa situação de pobreza extrema e de miséria. Este tipo de percepção – preocupante – é de resto veiculada e reforçada pelos *Media*: sempre que se fala de pobreza, a imagem que se mostra é a de um sem-abrigo; sempre que se procura um pobre para entrevistar, é alguém que vive numa barraca.

#### **Acção:**

**Se não são de estranhar estas percepções, é muito importante combater esta “associação de exclusividade” entre pobreza e pobreza absoluta (e exclusivamente monetária). Esta percepção releva uma enorme necessidade de continuar a fazer uma “pedagogia” sobre as verdadeiras causas da pobreza. Esta confusão entre causas e consequências é de resto muito vulgar e veiculada com frequência por diversos actores (muitos dos quais detêm relevantes papéis no combate à pobreza). Uma vez mais torna-se necessário prosseguir os esforços de informação e sensibilização o que poderá implicar uma necessidade de continuidade e ampliação das formas de actuação levadas a cabo por diferentes organizações ao longo deste Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social. Atendendo à sua responsabilidade na informação e sensibilização das massas, os *Media* devem também ser objecto de informação e sensibilização para esta realidade.**

6. “Em relação à responsabilidade e capacidade para resolver o problema da pobreza em Portugal, a percepção é a de que o governo detém não só esta capacidade como também a responsabilidade. Surge no entanto a percepção de que, para que uma sociedade funcione bem, é “preciso que as pessoas participem e sejam ouvidas” (79%), o que significa que as pessoas acham que a sua participação é necessária para viverem numa sociedade que corresponda às suas expectativas de um bom funcionamento. Existem assim razões pelas quais, apesar de serem a favor da participação na resolução dos problemas sociais, as pessoas atribuem ao governo esta capacidade e responsabilidade. A nossa experiência de terreno ao longo dos anos faz-nos crer que uma dessas razões poderá estar associada à ausência de vontade ou de capacidade de participação numa cidadania activa.”

**Acção:**

A ausência de uma vontade de participação cidadã poderá, precisamente, constituir um dos principais e mais fortes impedimentos ao combate eficaz contra a pobreza e a exclusão social. Assim, torna-se fundamental fomentar e apoiar acções que visem uma mais forte consciencialização e mobilização activa dos cidadãos. O apoio a novas iniciativas e a movimentos associativos que contenham este gene de mudança constituirão, sem dúvida, acções a que valeria a pena dar prioridade. A este nível torna-se particularmente importante apoiar as diferentes formas de Economia Social que, mais facilmente, poderão cumprir esta missão, particularmente ao nível local.

7. No que concerne ao tipo de atitude que a pobreza gera, os inquiridos afirmam que esta gera mais “desenrascanço” do que solidariedade. Estamos perante uma percepção que pode ser bastante penalizadora para as pessoas em situação de pobreza ao associá-las a uma resolução individual (e provavelmente pouco “socialmente correcta”) dos problemas. Este tipo de percepção nega o capital social potencial das pessoas em situação de pobreza e, por outro lado, revela que existe uma desresponsabilização por parte da sociedade como um todo. Uma vez mais é uma percepção que deverá merecer uma particular atenção e aprofundamento.

**Acção:**

Uma das formas de ultrapassar este tipo de “mundovisão” seria conseguir uma maior, mais activa e consequente implicação dos próprios cidadãos que, quotidianamente, enfrentam situações de pobreza e exclusão social. Uma vez mais, é o aprofundamento da democracia que está em causa e um alargamento e maior horizontalidade das formas de governação. Evidenciar e utilizar o capital social das próprias pessoas em situação de pobreza no sentido de ultrapassar as suas dificuldades a partir do seu próprio envolvimento e participação activa é algo a que todos devemos dar prioridade máxima em todas as acções que desenvolvemos.

Em síntese:

Este estudo indica-nos com alguma evidência que é fundamental continuar a intervir no domínio da opinião pública, e sobre as suas percepções. Não podemos esquecer que os conceitos de pobreza e de exclusão social são construídos e delimitados pelo “mundo” dos que se julgam incluídos. É aqui que é preciso, prioritariamente, actuar, não esquecendo, os “velhos pobres”.

É preciso criar uma cultura social que assuma a sua co-responsabilidade, que entenda que a exclusão é uma consequência dos modelos, das práticas, dos consumos que escolhemos, que tal situação não é inevitável, e, já agora, que ninguém está hoje livre de se ver em semelhante situação.

Lutar contra a pobreza é lutar pelos mais básicos direitos humanos e é fundamental entender e ter como premissa – de uma vez por todas! – que a pobreza, para além de não ser uma fatalidade, não é, primariamente, uma responsabilidade dos próprios pobres. Lutar contra a pobreza não deve ser um favor, uma benesse, uma boa vontade ou um alívio de consciências. Trata-se de, no fundo, assumir e respeitar os mais básicos e fundamentais direitos humanos.

Lutar contra a pobreza é lutar por sermos humanos. Lutar pela concretização da integralidade do ser humano. Este é o papel que nós, enquanto interventores sociais, aos mais variados níveis e desde as mais diversas estruturas e formas de resposta, devemos assumir.

Contrariar o actual cenário significa caminharmos para o (re)estabelecimento de uma cultura da reciprocidade. Devemos (re)aprender a ver, (re)aprender a reconhecermo-nos uns aos outros como semelhantes de facto. Se conseguirmos transformar a luta contra a pobreza numa espécie de “arte pública” – com todos, de todos e para todos – em que o bem e o belo, de uma forma comum, sejam a razão dos nossos modelos e escolhas, poderá, então, ser possível falar de inclusão social ou erradicação da pobreza.

A nossa proposta é que a luta contra a pobreza seja assim transformada numa “arte pública”, ou seja, um novo projecto de cidadania, reencontrando diálogos perdidos, com novos espaços de relação, uma tarefa colectiva contando com a participação de todos, entendendo a erradicação da pobreza como um objectivo prioritário e quotidiano para todos os cidadãos: concretizar o sentimento profundo de permitir que o impossível aconteça: realizar o bem-comum, dignificando a pessoa humana.

## **Introdução**

Como já afirmámos, este estudo tinha também como pano de fundo a preparação de algumas das acções a desenvolver no âmbito do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social e cujo grande objectivo era “reafirmar, dando sequência às decisões da agenda de Lisboa (2000), que o combate à pobreza e à exclusão social continua a ser um dos compromissos políticos chave da União Europeia (EU) e dos respectivos Estados-Membros”.

Assim, o principal objectivo estruturante, ou que pelo menos se pretendia estruturante, era a sensibilização massiva e transversal da opinião pública para o fenómeno da pobreza, suas causas e consequências. Esta sensibilização era um princípio de acção para uma tomada de consciência colectiva sobre a responsabilidade que todos temos de prevenir e combater a pobreza e a exclusão social. Outro objectivo estruturante era conseguir uma mais consistente e consequente cooperação entre todos os actores (políticos, empresários, sociedade civil) para um consenso alargado sobre a prioridade estrutural deste combate como premissa para o desenvolvimento económico e social.

Importa ainda sublinhar que a escolha deste ano 2010 não era uma escolha inócua. 2010 significava o fecho de um ciclo político de importantes decisões no que ao combate à pobreza na Europa diz respeito. 2010 era o momento em que se iria rever a Estratégia de Lisboa e preparar um novo ciclo (a que se chama agora “Europa 2020”), e em que era absolutamente crucial que o objectivo da erradicação da pobreza voltasse a ser posto em cima da mesa. 84 milhões de pessoas em situação de pobreza em toda a União Europeia (quase dois milhões em Portugal) não podiam nem podem aceitar um novo fracasso dos decisores políticos sob pena de condenarmos o futuro histórico deste Continente.

Se quisermos fazer um primeiro balanço deste Ano Europeu e dos seus resultados, é possível afirmar que, apesar de tudo, e embora ironicamente 2010 possa vir a ficar conhecido como o pior ano para o combate à pobreza (tendo em consideração as consequências da crise financeira e económica), esta iniciativa não foi apenas um “cumprir de calendário”. Precisamente, em semelhante contexto de crise, a celebração deste Ano Europeu serviu para, apesar de tudo, pressionar as instâncias nacionais e comunitárias para a necessidade de se prosseguir num esforço colectivo de ataque a estes fenómenos. Principalmente a nível europeu, este Ano Europeu poderá ter jogado um papel crucial na manutenção de uma atenção específica para este assunto.

Obviamente que, num momento em que a pobreza se agrava e alastra (atingindo novos públicos), seria de esperar assistir a um maior empenhamento, melhores e mais ambiciosas lideranças (nacionais e europeias) e que a manifesta ausência deste tipo de forma de estar e de compreensão

do que se está a passar e das prováveis consequências possa por em causa a coesão social e a paz na Europa.

Como já afirmámos, o Ano Europeu tinha principalmente como objectivo alcançar uma forte e abrangente sensibilização da opinião pública, ou seja, a preparação de um “caldo cultural” favorável ao combate à pobreza. Era esperado que tais acções favorecessem no médio e longo prazo a adopção de medidas mais favoráveis a um eficaz combate e prevenção dos fenómenos de pobreza e exclusão social. No entanto, parece-nos inegável e muito preocupante que o que se conseguiu com este Ano Europeu – uma forte mobilização da sociedade civil, uma alargada consciencialização sobre o fenómeno – corra o risco de sofrer rápidos retrocessos... Procurámos convencer os cidadãos que é fundamental a participação de todos neste combate – e acima de tudo das próprias pessoas em situação de pobreza – e agora todos estes actores não vislumbram o assumir de políticas e práticas consentâneas com esta atitude. Ou seja, por outras palavras, convencemos as pessoas de que o esforço colectivo valeria a pena e ao que elas assistem é a enormes retrocessos em termos de bem-estar, de protecção social, e, conseqüentemente, de combate à pobreza... Ainda por cima num momento em que a população total da União Europeia em situação de pobreza poderá ter passado de 84 milhões (números oficiais de 2008) para aproximadamente 120 milhões (números não oficiais de 2010).

Por outro lado, as recentes evoluções e agravamentos das situações de pobreza, podem influenciar um lamentável retrocesso em termos de intervenção social nestes domínios. Nos últimos 10 anos estava em curso uma mudança de paradigma. Durante muito tempo imperaram os princípios do assistencialismo mais básico onde o que era importante era precisamente, como a própria palavra indica, “assistir” – ironicamente assistíamos ao que se passava e pouco mais fazíamos. Os últimos 20 anos, muito por influência da nossa adesão à União Europeia, introduziram mudanças substantivas. Uma parte importante das políticas públicas, pelo menos teoricamente, procuram influenciar uma nova forma de estar e de intervir socialmente. No entanto, importa estarmos conscientes de que se trata de uma mudança cultural profunda. Muitas vezes as políticas públicas têm um “código genético” que contraria o assistencialismo mas as práticas e as instituições instaladas encontram grandes dificuldades para as por em prática originando até por vezes grandes perversões (medidas que pretendiam promover a autonomia dos cidadãos criam ainda mais dependências. O que neste Ano Europeu acabámos por descobrir de forma mais ou menos colectiva foi que esta “batalha” – da mudança cultural – não estava de todo vencida. As representações sociais dos portugueses sobre a pobreza e sobre as suas causas continuam a ser bastante conservadoras, continuam a imputar fortes responsabilidades aos próprios pobres pela situação em que se encontram... De resto, a isto mesmo foi possível assistir durante diferentes iniciativas públicas e campanhas levadas a cabo durante este Ano Europeu por diferentes organizações. Foi



possível perceber que ainda estamos muito no início desta mudança cultural e que mais do que um Ano Europeu de Combate à Pobreza precisaríamos de uma década de combate à pobreza! Por outro lado, a emergência da chamada “nova pobreza”, consequência directa da crise financeira e económica, transporta consigo um outro perigo: o regresso a uma visão de que “o que é preciso é dar de comer a quem tem fome”. Ou seja, ainda não tínhamos garantido a tal mudança cultural e poderemos estar perante um cenário que facilmente influenciará o regresso às formas mais tradicionais de puro e duro assistencialismo.

Por todas estas razões e,

- \* sabendo que enfrentamos uma crise económica com um impacto social sem precedentes (nos últimos 70 anos) e que o risco de pobreza aumenta e afecta novos grupos de cidadãos;

- \* sabendo que para ultrapassar um fenómeno desta natureza, que viola quotidianamente os Direitos Humanos de mais de 84 milhões de pessoas na União Europeia (entre os quais se encontram aproximadamente 2 milhões de portugueses), é necessária uma mobilização e participação de todos os actores e, em particular das pessoas que enfrentam esses fenómenos;

- \* sabendo que a pobreza não é uma fatalidade mas fruto de decisões (de todos) que podem ser contrariadas por outras decisões opostas àquelas que estiveram/estão na génese das várias situações de pobreza;

- \* sabendo que a pobreza não pode ser combatida sem envolver os pobres na identificação dos seus problemas e das soluções para os mesmos, sem os escutar, sem os capacitar e sem os permitir participar nos processos de decisão que dizem respeito às suas vidas;

### **Recomendamos:**

#### **➔ Criação de um Programa Nacional de Combate à Pobreza**

Para que seja possível progredir no sentido da erradicação da pobreza tal objectivo tem que ser absolutamente prioritário e presidir estrategicamente na orientação das nossas decisões governativas. Para que tal aconteça julgamos absolutamente crucial que seja criado um Programa Nacional de Combate à Pobreza. Tal **Programa deve ser o resultado de uma forte e empenhada negociação colectiva de estratégias, metas e resultados. Mas também de recursos e de qual a participação e contributo de cada sector da nossa sociedade e de cada indivíduo para esse efeito.**

Um Programa desta natureza deverá ser fortemente enquadrado do ponto de vista legislativo, ou seja, deverá **ser enquadrado por uma lei nacional de combate à pobreza** que garanta as condições necessárias à implementação e suporte de tais decisões.

### ➔ **Um novo paradigma cultural: sensibilização e participação**

Para criar o “clima” necessário a uma estruturada mudança cultural, capaz de incorporar os princípios aqui enunciados, **é fundamental que, de forma estruturada e permanente sejam promovidas acções de sensibilização que facilitem uma participação informada e activa que combata a pobreza e que ao mesmo tempo crie as condições para a sua permanente prevenção.** Para este efeito, julgamos absolutamente crucial que seja promovida uma permanente formação ao nível mais capilar da educação nacional. Ou seja, que esta nova forma de estar, de ser e de agir, capaz de efectivamente alterar comportamentos, seja promovida por uma educação que lhe dê suporte teórico e prático. Por outras palavras, **o combate à pobreza e sua prevenção começa nos “bancos da escola” e uma parte substancial dos nossos esforços colectivos terá que ser para aí orientada.**

### ➔ **Apoiar uma Economia Social mais forte, empreendedora e qualificada**

**O combate à pobreza e sua prevenção tem de ser uma tarefa colectiva.** Mas, ao mesmo tempo, por tradição e por acção, são aqueles que mais próximos se encontram dos cidadãos que mais facilmente tem conseguido combatê-la e preveni-la. **A Economia Social não é só solidariedade; é Economia.** Responde a necessidades sociais favorecendo a Economia formal e o seu funcionamento e a sua capacidade competitiva mas pode também produzir produtos e serviços economicamente úteis e capazes de criar mais e melhores empregos, sobretudo empregos para franjas da população que se encontram mais afastadas do mercado de emprego tradicional e que, de alguma forma, poderá até estar em extinção. A Economia Social está em posição de liderar uma nova Economia. Uma Economia mais humana. Uma economia de proximidade e solidária. Uma economia que seja capaz de integrar – de forma participada – os cidadãos que se encontram em situação de maior desfavorecimento criando condições para uma verdadeira coesão social. No fundo, uma mais forte participação da Economia Social favorece novas e melhores formas de governação em que se produza um maior equilíbrio entre Estado, Mercado e Terceiro Sector, fomentando a forte cooperação entre os 3 sectores desde a concepção até à implementação e avaliação das políticas. No entanto, se estas organizações desempenham um papel importante e insubstituível na satisfação de necessidades humanas e sociais, é igualmente verdade que existem fragilidades dentro destas organizações que diminuem a eficácia das suas respostas. É por isso que se torna

**absolutamente fundamental reforçar os mecanismos de suporte e financiamento de tais iniciativas para que seja possível exponenciar a sua capacidade de intervenção.**

Devemos abandonar a ideia de que existe um Estado Social e um Estado Económico... No fundo, **o aprofundamento da Economia Social poderá estar na origem de um novo modelo social onde se encontre um melhor equilíbrio entre as diferentes formas de organização** das nossas sociedades e uma mais sã e profunda governação democrática onde a participação cidadã seja um dos elementos estruturadores de tal mudança.

#### **➔ Coordenação, articulação e eficácia das políticas: legislação “à prova de pobreza”**

Reconhecer que sem integração e articulação das diferentes políticas e sectores da nossa sociedade será muito difícil combater e erradicar um fenómeno que é multidimensional parece ser relativamente fácil e pacífico. No entanto, tal integração e articulação, ainda que com pontuais excepções, continuam por fazer. Assim, e para que tais esforços possam ocorrer e conseguir resultados efectivos **propomos que o Parlamento Nacional adopte formalmente uma orientação de promoção de políticas “à prova de pobreza”**. Para tal, seria necessário que o Parlamento propusesse e aprovasse um mecanismo legal que **obrigaria que parte substancial da legislação proposta fosse submetida a uma análise sobre qual o impacto que tais decisões sectoriais (de todas as áreas de governação) terão sobre a pobreza**. Tal mecanismo deveria contar com uma ampla participação da sociedade civil aprofundando assim a Democracia e a imprescindível implicação cidadã para o sucesso de tais orientações.

#### **➔ Década europeia de combate à pobreza**

A resposta política à actual crise económica mundial fez despoletar um conjunto de medidas cujo impacto aumenta e continuará a aumentar os índices de pobreza. Assim, uma parte fundamental do impacto previsto para a celebração do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social encontra-se em risco. Desta forma, e para que o impulso no combate à Pobreza não se perca e se reforce, **propomos que a União Europeia declare a próxima década como a *Década de Combate à Pobreza***, declaração que para ser coerente e consequente deverá dar corpo a uma muito maior ambição por parte de todos os Estados-Membros no combate à pobreza. A meta não pode ser a redução da pobreza; **a única meta aceitável é a sua erradicação**. Para esse efeito é imprescindível a **futura Estratégia Europeia 2020** (que virá substituir a Estratégia de Lisboa) **tenha como objectivo central e determinante a coesão social e que inclua: metas, objectivos e métodos comuns e articulados; indicadores comuns; e formas de avaliação conjuntas**.

**Anexo 1: Questionário aplicado:**

Telefone do respondente: \_\_\_\_\_ Entrevistador: \_\_\_\_\_

TRB

AMNISTIA INTERNACIONAL / REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA / SOCIUS (ISEG)  
JULHO DE 2009

Rua \_\_\_\_\_  
Boa tarde [Boa noite]. Chamo-me \_\_\_\_\_ e estou a colaborar com a Amnistia Internacional e com o Centro de Investigação do ISEG num inquérito sobre questões sociais e políticas da actualidade. Peço-lhe o favor de me responder a algumas perguntas sobre este assunto. AS SUAS RESPOSTAS SÃO ABSOLUTAMENTE CONFIDENCIAIS E SERÃO UTILIZADAS APENAS PARA FINS ESTATÍSTICOS.

PERGUNTE QUEM FOI A ÚLTIMA PESSOA DA FAMÍLIA RECENSEADA NA FREGUESIA (18 OU MAIS ANOS) QUE FEZ ANOS, E REALIZE O INQUÉRITO A ESSA PESSOA

**P1. Freguesia (SEM PERGUNTAR):**

- ☐ Monchique
- ☐ Luz
- ☐ E. Sta Maria
- ☐ Fronteira
- ☐ Charneca da Caparica
- ☐ Sta. Maria dos Olivais
- ☐ Sta. Isabel
- ☐ Loures
- ☐ Marvila
- ☐ Miragaia
- ☐ Mealhada
- ☐ Campo de Besteiros
- ☐ Sanguinheira
- ☐ Feira
- ☐ VR N. Sra. Da Conceição
- ☐ Areosa
- ☐ Recezinhos (S. Martinho)
- ☐ Guilhofrei
- ☐ Outeiro

- ☐ Verdadeiramente, não existem pobres em Portugal
- ☐ 10% da população é pobre
- ☐ 20% da população é pobre
- ☐ 30% da população é pobre
- ☐ 40% da população é pobre
- ☐ 50% da população é pobre
- ☐ Mais de 50% da população é pobre
- ☐ Ns / Nr

**P2. Sexo do inquirido (SEM PERGUNTAR):**

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

**P3. É difícil quantificar os pobres em Portugal. De qualquer forma, gostaríamos de ter a sua opinião acerca deste assunto. Qual será, quanto a si, aproximadamente, a percentagem da população portuguesa que vive em situação de pobreza:**

P4. **E na zona onde mora/trabalha (passa maior tempo) julga que esta percentagem é:**

- ☐ Maior
- ☐ Menor
- ☐ Igual
- ☐ Ns / Nr

P5. **Na sua opinião, nos últimos 5 anos, as situações de pobreza na zona onde vive diminuíram, ficaram mais ou menos na mesma ou aumentaram? E no país?**

	Na Zona onde vive	No País
Diminuíram	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ficaram mais ou menos na mesma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentaram	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ns / Nr	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P6. **E de que maneira pensa que as situações de pobreza evoluirão nos próximos 5 anos na sua zona? E no país?**

	Na Zona onde vive	No País
Tenderão a diminuir	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenderão a manter-se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenderão a aumentar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ns / Nr	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P7. **Em geral pensa que os pobres em Portugal têm:**

- ☐ Possibilidades de sair da pobreza
- ☐ Poucas possibilidades de sair da pobreza
- ☐ Nenhunas possibilidades de sair da pobreza
- ☐ Ns / Nr

+

P8. **Em relação aos filhos dessas pessoas, será que eles têm:**

- ☐ Possibilidades de sair da pobreza +  
☐ Poucas possibilidades de sair da pobreza  
☐ Nenhuma possibilidade de sair da pobreza  
☐ Ns / Nr

P9. **Na sua opinião, hoje em dia, os pobres são, na sua maioria, pessoas que: (1 resposta)**

- ☐ Sempre foram pobres  
☐ Já estiveram em melhor situação  
☐ Já estiveram em pior situação  
☐ Ns / Nr

P10. **E acha que a maioria das situações de pobreza traduzem-se, actualmente, em qual das seguintes condições? (1 resposta)**

- ☐ Pobreza extrema/miséria  
☐ Pobreza  
☐ Risco de cair na pobreza +  
☐ Ns / Nr

P11. **Na sua opinião, qual a situação que melhor caracteriza a sua situação pessoal (do seu agregado):**

- ☐ Pobreza extrema/miséria  
☐ Pobreza  
☐ Risco de cair na pobreza  
☐ Situação de alguma estabilidade e conforto  
☐ Situação de estabilidade e conforto  
☐ Ns / Nr

P12. **Com qual das seguintes frases mais concorda?**

- ☐ Hoje, na sua maioria, os grupos mais vulneráveis a situações de pobreza são, no essencial, os mesmos que há 20 anos  
☐ Hoje, na sua maioria, os grupos mais vulneráveis a situações de pobreza não são os mesmos que há 20 anos  
☐ Ns / Nr

P13. **Em sua opinião, qual das seguintes frases se aproxima mais da realidade?**

- ☐ De uma forma geral, as situações de pobreza tendem a desenvolver formas de solidariedade e cooperação entre os pobres

como meio de minorar o sofrimento causado por essas situações

- ☐ De uma forma geral, as situações de pobreza tendem a desenvolver o individualismo e o “desenrascanço” como meio de minorar o sofrimento causado por essas situações  
☐ Ns / Nr

P14. **Vou falar-lhe de alguns grupos sociais. Acerca de cada um deles diga se os considerava vulneráveis à pobreza, há 20 anos, e se os considera vulneráveis à pobreza hoje em dia:**

	Há 20 anos	Hoje	Ns / Nr
Desempregados de longa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deficientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Imigrantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensionistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pescadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores em situação de precariedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Famílias monoparentais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Minorias Étnicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alcoólicos e toxicod dependentes e outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jovens à procura de primeiro emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empregados com salários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoas sem participação social e política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os pensionistas idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os doentes crónicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoas pertencentes a famílias com muitos filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P15. **Sabemos que as situações de pobreza se devem a uma conjugação de factores. Mas existem alguns factores mais determinantes que outros. Diga-nos quais são, na sua opinião, os 3 principais factores produtores de pobreza (máximo 3 respostas).**

**CARTÃO A**

- ☐ Baixa escolaridade  
☐ Baixa preparação profissional  
☐ Desagregação familiar  
☐ Dependência de drogas ou álcool

- ☐ Falta de iniciativa dos próprios
- ☐ Má sorte
- ☐ Indisciplina pessoal
- ☐ Inadaptação pessoal
- ☐ Despesas mensais incomportáveis (crédito à habitação, creches, etc)
- ☐ Meio social de origem
- ☐ Crise económica
- ☐ Crise das formas de solidariedade
- ☐ Processos injustos de desenvolvimento
- ☐ Salários baixos
- ☐ Insuficiência das políticas sociais
- ☐ Ns / Nr

P16. **Indique agora, entre as 3 razões que considera poderem explicar porque é que as pessoas são pobres:**

+

**CARTÃO B**

- ☐ Desemprego de longa duração
- ☐ Alcoolismo/Toxicod dependência
- ☐ Doença crónica
- ☐ Ruptura familiar
- ☐ Nascer e crescer num ambiente de pobreza e privação
- ☐ Redução no orçamento da segurança social
- ☐ Falta de iniciativa dos próprios
- ☐ Perda de um espírito de solidariedade entre as pessoas
- ☐ Baixos salários
- ☐ Número de filhos demasiado elevado
- ☐ Nascer e viver numa área pobre / degradada
- ☐ Desigualdade de oportunidades no sistema educativo
- ☐ Precaridade de emprego
- ☐ Outra
- ☐ Ns / Nr

P17. **Há diversas opiniões sobre quais são os indicadores de pobreza real. Em sua opinião, quais os 3 indicadores que permitem aferir quem é realmente pobre?**

**CARTÃO C**

+

- ☐ Não ter televisão e rádio em casa
- ☐ Não ter vestuário e calçado adequados
- ☐ Não ter água, luz e casa de banho
- ☐ Não poder beneficiar, quando precisa, de apoio social (no desemprego, na doença, na velhice, etc.)
- ☐ Não ter uma casa com o número de divisões necessário
- ☐ Não ter um bom nível de instrução
- ☐ Não ter tempo de lazer e meios para o gozar
- ☐ Não ter uma alimentação equilibrada
- ☐ Não ter um bom acompanhamento médico
- ☐ Não ter acesso à informação e à cultura
- ☐ Não ter um emprego com um salário suficiente
- ☐ Não conviver com amigos / vizinhos / familiares
- ☐ Não ter bens de equipamento básico, tais como frigorífico e esquentador

☐ Ter, em geral, um nível de vida inferior à média do País

☐ Ns / Nr

+



P18. **Os governos têm de definir objectivos políticos prioritários. Dos seguintes objectivos políticos, qual a importância que atribui a cada um.**

	Muito	Importante	Pouco	Nada	Ns / Nr
Reduções nas diferenças entre as regiões do País	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Luta contra o desemprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Protecção da natureza e do ambiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajuda aos países pobres (de África, por ex.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Poupança de reservas energéticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Luta contra a pobreza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P19. **Na sua opinião, em que é que os governos deveriam gastar mais dinheiro? (máximo 3)**  
**CARTÃO D.**

- ☐ Defesa e segurança
- ☐ Criação de empregos
- ☐ Defesa do ambiente
- ☐ Apoio a países pobres (de África, por exp.)
- ☐ Educação
- ☐ Reformas e pensões
- ☐ Cultura e património
- ☐ Saúde
- ☐ Estradas e comunicações
- ☐ Habitação
- ☐ Apoio a empresas / empresários
- ☐ Apoio a agricultores e pescadores
- ☐ Apoio a pessoas pobres
- ☐ Outros
- ☐ Ns / Nr

P20. **De quanto acha que precisa por mês uma família de 2 adultos e 2 crianças para que não viva em situação de pobreza?**

- ☐ Mais de 1250 Euros
- ☐ De 1000 a 1250 Euros
- ☐ De 600 a 1000 Euros
- ☐ De 450 a 600 Euros
- ☐ Até 450 Euros
- ☐ Ns / Nr

+

P21. **Em relação às situações de pobreza quais julga serem as 3 medidas mais importantes a tomar? CARTÃO E**

- ☐ Erradicação das barracas
- ☐ Cumprimento da escolaridade obrigatória+
- ☐ Formação profissional
- ☐ Controlo da natalidade
- ☐ Satisfação das necessidades básicas das pessoas mais carenciadas
- ☐ Projectos de desenvolvimento local
- ☐ Rendimento mínimo para todas as pessoas carenciadas
- ☐ Redução dos fluxos imigratórios dos países pobres
- ☐ Defesa da família
- ☐ Criação de empregos
- ☐ Desenvolvimento do ensino politécnico
- ☐ Ns / Nr

P22. **A evolução do País depende de diversos factores e, muitas das vezes, alguns desses factores conhecem evoluções positivas enquanto outros conhecem evoluções negativas . É possível, no entanto, fazer um “balanço geral” da situação do País. Na sua opinião, nos últimos 5 anos a situação do país**

- ☐ Melhorou
- ☐ Ficou mais ou menos na mesma
- ☐ Piorou
- ☐ Ns / Nr

P23. **E de que maneira pensa que evoluirá nos próximos 5 anos?**

- ☐ Tenderá a melhorar
- ☐ Tenderá a manter-se
- ☐ Tenderá a piorar
- ☐ Ns / Nr

P24. **Em sua opinião, quem, na nossa sociedade, são os maiores responsáveis pela existência de pobreza e exclusão social? (máximo 3 respostas) CARTÃO F**

- ☐ União Europeia
- ☐ Assembleia da República
- ☐ O Governo
- ☐ As Autarquias
- ☐ Instituições Públicas
- ☐ Partidos
- ☐ Os Ricos
- ☐ As empresas
- ☐ As associações e ONG's

- ☐ Os cidadãos em geral
- ☐ O Estado
- ☐ O patronato
- ☐ Os sindicatos
- ☐ As próprias pessoas que vivem em situação de pobreza
- ☐ Ns / Nr

P25. **Em sua opinião, na nossa sociedade quem tem maior importância, capacidade e responsabilidade para resolver os problemas sociais, nomeadamente a pobreza e a exclusão social e para impulsionar uma evolução positiva futura no país? (máximo 3)**

**CARTÃO F**

- ☐ União Europeia
- ☐ Assembleia da República
- ☐ O Governo
- ☐ As Autarquias
- ☐ Instituições Públicas
- ☐ Partidos
- ☐ Os Ricos
- ☐ As empresas
- ☐ As associações e ONG's
- ☐ Os cidadãos em geral
- ☐ O Estado
- ☐ O patronato
- ☐ Os sindicatos
- ☐ As próprias pessoas que vivem em situação de pobreza
- ☐ Ns / Nr

P26. **Das seguintes frases, com qual concorda mais:**

- ☐ Para que a sociedade funcione bem é preciso que nas suas instituições se saiba quem manda e que haja ordem e respeito pelas hierarquias
- ☐ Para que a sociedade funcione bem é preciso que as pessoas participem e sejam ouvidas na organização das várias instituições que a constituem
- ☐ Ns / Nr

P27. **Qual é a sua idade?**

- ☐ 18-24 anos
- ☐ 25-34 anos
- ☐ 35-44 anos
- ☐ 45-54 anos
- ☐ 55-64 anos
- ☐ 65 ou mais anos
- ☐ Ns / Nr

P28. **Qual o seu grau de instrução?**

- ☐ Menos do que a 4ª classe
- ☐ 4ª classe antiga, 6ª classe ou ciclo preparatório recentes

- ☐ 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano
- ☐ 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio
- ☐ Frequência da universidade ou bacharelato
- ☐ Licenciatura, mestrado ou doutoramento
- ☐ Ns / Nr

+

+

P29. **Qual a sua ocupação ou profissão actual? (ESPECIFICAR)**

**Codificação: (CARTÃO G)**

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 10 (Ns/Nr)

1 2 3 4 5 6 7 8 9

P30. **No Cartão seguinte (CARTÃO H), a seguir a umas letras, estão indicados alguns escalões de rendimento. Podia-me dizer que letra corresponde melhor ao rendimento mensal de toda a sua família (depois de feitos os descontos):**

- ☐ C (menos de 300 €)
- ☐ F (de 305 € a 600 €)
- ☐ H (de 605 € a 997 €)
- ☐ N (de 1000 € a 1745 €)
- ☐ O (de 1750 € a 2990 €)
- ☐ P (de 2995 € a 4990 €)
- ☐ V (mais de 4990 €)
- ☐ Ns / Nr

P31. **Qual é a sua posição religiosa?**

- ☐ Católico
- ☐ Protestante
- ☐ Outra religião cristã
- ☐ Outra religião não cristã
- ☐ Agnóstico ou ateu → FIM
- ☐ Ns/Nr → FIM

+

P32. **Com que frequência participa habitualmente nos actos de culto da sua religião?**

- ☐ Uma ou mais vezes por semana
- ☐ Uma ou duas vezes por mês
- ☐ Apenas nas festas principais
- ☐ Quase nunca ou nunca
- ☐ Ns/Nr

+

**FINAL:**

1 VERIFICAR SE TODAS AS PERGUNTAS FORAM FEITAS E REPOUNDIDAS.

2 PEDIR O NÚMERO DO TELEFONE PARA EVENTUAL CONTACTO DE CONTROLE DA QUALIDADE DO TRABALHO E ESCRREVÊ-LO NO INÍCIO.

3 **AGRADECER E DESPEDIR-SE.**

OBSERVAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA:

**ACEITAÇÃO:** ☐ Muito ☐ Boa ☐ Boa ☐ Razoável ☐ Difícil

**PRONTIDÃO NA MAIORIA DAS RESPOSTAS:**

☐ Prontas ☐ Muito ☐ Pensadas ☐ Pedindo opinião a familiares

**HABITAÇÃO** (CLASSIFICAÇÃO A FAZER DEPOIS DA ENTREVISTA)

- ☐ Barraca ou casa degradada
- ☐ Casa modesta
- ☐ Casa média
- ☐ Casa muito boa
- ☐ Apartamento de luxo ou moradia apalaçada

**Para o inquiridor:**

“Declaro por minha honra que esta entrevista foi realizada estritamente de acordo com as orientações que me foram prestadas pela Amnistia Internacional e que todas e cada uma das respostas são autênticas, salvo lapso de preenchimento da minha parte ou erro de interpretação ou má fé por parte do entrevistado”

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura legível

+

+

## **Anexo 2: Referências Bibliográficas**

Bullock, Heather E. *et al.* (2001), “Media images of the poor”, *Journal of Social Issues*, 57 (2), 229-246.

Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta.

Costa, Alfredo Bruto da (coord.) (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.

European Commission (2009a), *Employment in Europe 2009*, in Internet: <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=4196&langId=en> (06.02.2010)

European Commission (2009b), *Eurobarometer Survey on Poverty and Social Exclusion 2009 - Summary*, Publications Office of the European Union – in Internet: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_321\\_sum\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_321_sum_en.pdf) (29.12.2009).

European Commission (2009c), *Monitoring the Social Impact of the Crisis: Public Perceptions in the European Union – Analytical Report*, Flash Eurobarometer Report, Publications Office of the European Union, in Internet: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/flash/fl\\_276\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_276_en.pdf) (06.02.2010).

European Commission (2009d), *Pobreza e Exclusão Social*, Factsheets, – in Internet: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_321\\_fact\\_pt\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_321_fact_pt_en.pdf) (29.12.2009).

European Commission (2009e), *Report - Poverty and Social Exclusion*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union – in Internet: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_321\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_321_en.pdf) (29.12.2009).

Eurostat (2010), *Combating Poverty and Social Exclusion – A Statistical Portrait of the European Union 2010*, in Internet:

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-EP-09-001/EN/KS-EP-09-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-09-001/EN/KS-EP-09-001-EN.PDF) (06.02.2010).

EYAP2010 (2010), *Key Data on Poverty and Social Exclusion in the EU*, in Internet: <http://www.2010againstpoverty.eu/about/factsandfigures.html?langid=en> (06.02.2010).

Ferreira, Leonor Vasconcelos (2008), “Persistent poverty: Portugal and the Southern European Welfare regime”, *European Societies*, 10 (1), 49-71.

ILO (2009), *World of Work Report 2009 – The Global job Crisis and Beyond*, Geneva, International Labour Office-International Labour Institute for Labour Studies.

ILO (2003), *Working Out of Poverty*, Geneva, International Labour Office.

INE (2009), *Rendimento e Condições de Vida 2008 – Destaque*.

Lepianka, D.A. *et al.* (2009), “Popular explanations of poverty: A critical discussion of empirical research”, *Journal of Social Policy*, 38(3), 421-438.

Misturelli, Federica e Claire Heffernan (2008), “What is poverty? A diachronic exploration of the discourse on poverty from the 1970s to the 2000s”, *The European Journal of Development Research*, 20 (4).

Paugam, Serge e Marion Selz (2005), “The perception of poverty in Europe since the mid 1970s – analysis of structural and conjunctural variations”, *Économie Statistique*, INSEE, n.º 383-384-385.

Rodrigues, Carlos Farinha (2009), “Efficacy of anti-poverty and welfare programs in Portugal: the joint impact of the CSI and RSI”, ISEG, Working Papers 42/2009/DE.

TSE (2009), *Necessidades em Portugal – Tradição e Tendências Emergentes – resultados do Inquérito por Questionário*, in Internet:

<http://www.tese.org.pt/pt/tese/projectos/investigao-desenvolvimento1/necessidades-em-portugal-tradio-e-tendncias-emergentes-saiba-mais> (06.02.2010).

Tomlinson, Mark e Robert Walker (2010), *Recurrent Poverty: The Impact of Family and Labour Market Changes*, Joseph Rowntree Foundation, in Internet:

<http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/recurrent-poverty-impacts-full.pdf> (11.02.2010).

Vala, Jorge *et al.* (2008), *Inquérito Social Europeu 2006 – Resultados Globais*, in Internet:

[http://www.atitudessociais.org/divulga/comunica/ResultadosGlobais\\_Ess3.pdf](http://www.atitudessociais.org/divulga/comunica/ResultadosGlobais_Ess3.pdf) (06.02.2010).

Watson, Duncan e Robert Webb (2009), “Do Europeans view their homes as castles?” Homeownership and poverty perception



### **Anexo 3: Indicadores das fontes secundárias**

#### **1- ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA**

A pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Os objectivos de desenvolvimento do Milénio, definidos pela ONU em 2000 reflectem este enorme desafio e definem como meta a redução da pobreza extrema, para metade até 2015. A União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa (2000), assumiu também estas problemáticas como centrais no processo de construção europeia, posicionando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego.

Os dados estatísticos existentes sobre a pobreza e a exclusão social não revelam, por si só, todas as dimensões destes flagelos, mas aproximam-nos da realidade e permitem-nos ir avaliando o caminho que estamos a percorrer, pelo que se torna útil compilar alguns indicadores sobre estes fenómenos.

Sendo 2010 o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social e, por outro lado, assinalando o fim de uma década, considerou-se pertinente fazer uma análise longitudinal dos indicadores de pobreza, apresentando valores dos últimos 10 anos. No entanto, a partir de 2003, houve alterações na metodologia de recolha de dados dos principais indicadores de pobreza. Se até essa altura era utilizado o Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados (PEADP), a partir de 2003 os dados passam a ser obtidos através do Inquérito aos Rendimentos e Condições de Vida (EU-SILC). Devido a esta alteração, a comparação entre os valores de 2001 e os dados obtidos a partir de 2003 torna-se inadequada e as conclusões que poderiam ser retiradas dessa comparação não seriam fidedignas. Assim, optou-se, na secção dos indicadores nacionais, por apresentar uma análise dos dados dos últimos 10 anos apenas ao nível dos indicadores referentes ao Desemprego. Na 1ª parte do presente documento é igualmente feita uma apreciação da evolução, ao longo desta década, dos indicadores referentes ao emprego, sendo que no que diz respeito aos restantes

indicadores essa análise é deficitária em virtude da falta de dados existentes para realizar uma comparação, mais precisa, entre os vários países europeus.

### **Taxa de risco de pobreza: comparações entre países**

---

O risco de pobreza é medido através da percentagem da população com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente.

Segundo os últimos dados da EU – SILC<sup>36</sup>, em 2007 cerca de 17% das pessoas viviam num agregado familiar em risco de pobreza. Os valores mais elevados foram apontados a países como Roménia (25%), Bulgária (22%), Letónia (21%), Grécia, Espanha e Itália (20%). As taxas mais baixas estiveram em países como República Checa e Holanda (10%).

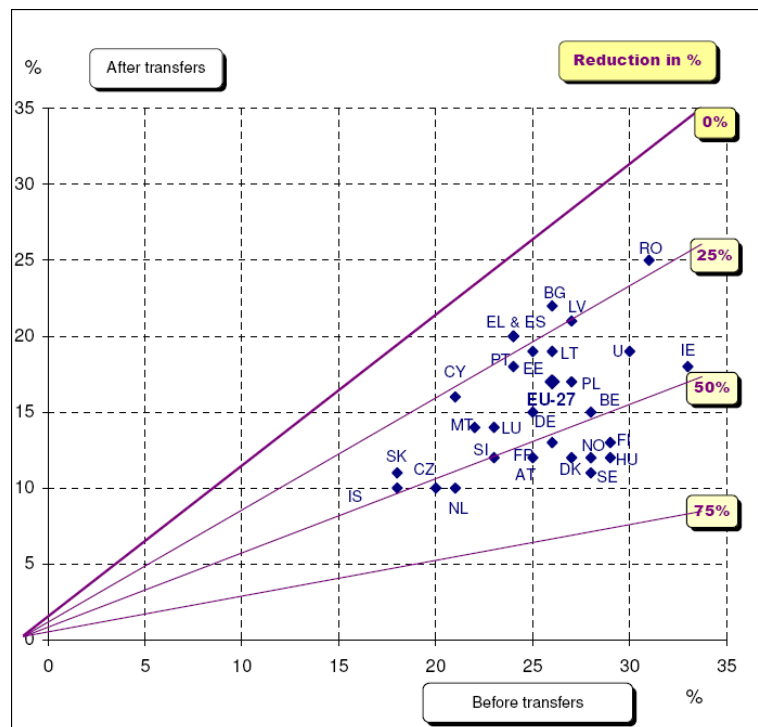
O risco de pobreza mantém-se (EU27) bastante elevado nas famílias monoparentais com crianças a cargo (34%); logo seguido dos agregados compostos por uma pessoa adulta com mais de 65 anos (28%) e os agregados compostos por uma pessoa adulta do sexo feminino (28%).

No que diz respeito ao impacto das transferências sociais (com excepção das pensões) na redução da taxa de risco de pobreza verificou-se que este é significativo para a generalidade dos países, embora com algumas variações (ver gráfico). Para a EU27 a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais era 26% e reduz para 17% após as transferências sociais, o que implica passar 35% das pessoas com baixos rendimentos para lá do limiar da pobreza.

---

<sup>36</sup> *The Social Situation in the European Union 2009*, European Commission, Fevereiro 2010

## Comparação das taxas de risco de pobreza antes e após as transferências sociais na EU (%), 2007



Fonte: EU - SILC

No que diz respeito à evolução da taxa de risco de pobreza ao longo dos últimos anos verifica-se, pelo quadro apresentado em baixo, que ela tem variado ligeiramente no conjunto dos países. Esta comparação é complicada de ser feita uma vez que não existem dados para a maioria dos países.

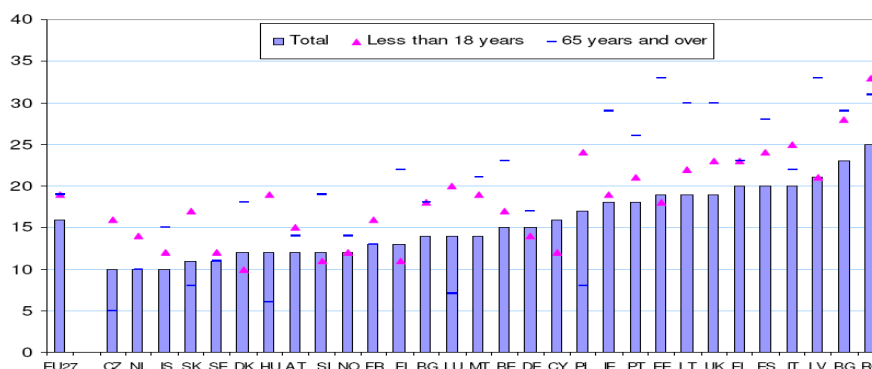
## Taxa de risco de pobreza, total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EU-27	:	:	:	:	:	:	:	16s	16s	17
EU-25	15s	16s	16s	16s	:	15s	16s	16	16	16
EU-15	15s	16s	15s	15s	:	15s	17s	16	16	17
EA-15	:	:	:	:	:	:	:	15	16	16
EA-13	:	:	:	:	:	:	:	15	16	16
EA-12	15s	15s	15s	15s	:	15s	17s	15	16	16
BE	14	13	13	13	:	15b	14	15	15	15
BG	:	:	14	16	14	14	15	14	18	22p
CZ	:	:	:	8	:	:	:	10b	10	10
DK	:	10	:	10	:	12b	11	12	12	12
DE	11	11	10	11	:	:	:	12b	13	15
EE	:	:	18	18	18	18	20b	18	18	19
IE	19	19	20	21	:	20b	21	20	18	18
EL	21	21	20	20	:	21b	20	20	21	20
ES	18	19	18	19	19b	19	20b	20	20	20
FR	15	15	16	13b	12	12	13	13	13	13
IT	18	18	18	19	:	:	19b	19	20	20
CY	:	:	:	:	:	15	:	16	16	16
LV	:	:	16	:	:	:	:	19b	23	21
LT	:	:	17	17	:	:	:	21b	20	19
LU	12	13	12	12	:	12	13	14	14	14
HU	:	:	11	11	10	12	:	13	16	12
MT	:	:	15	:	:	:	:	14	14	14
NL	10	11	11	11	11	12	:	11b	10	10
AT	13	12	12	12	:	13b	13	12	13	12
PL	:	:	16	16	:	:	:	21b	19	17
PT	21	21	21	20	20	19	20b	19	18p	18
RO	:	:	17	17	18	17	18	18	19	25b
SI	:	:	11	11	10	10	:	12b	12	12
SK	:	:	:	:	:	:	:	13b	12	11
FI	9	11	11	11b	11	11	11	12	13	13
SE	:	8	:	9	11b	:	11b	9	12	11
UK	19	19	19b	18	18	18	:	19b	19	19
HR	:	:	:	:	:	18	:	:	:	:
MK	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
TR	:	:	:	:	25	26	:	:	:	:
IS	:	:	:	:	:	:	10	10	10	10
LI	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
NO	:	:	:	11	10	11b	11	11	11	12
CH	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

## Taxa de risco de pobreza infantil

As crianças continuam a ser um dos grupos com um risco de pobreza superior ao resto da população. Segundo o mesmo relatório, em 2007 a proporção de crianças (até aos 18 anos) que viviam num agregado familiar com baixo rendimento era de 20%. Esta taxa era mais elevada em países como a Roménia (33%), Bulgária (28%), Itália (25%), Espanha e Polónia (24%); e mais baixa em países como a Dinamarca (10%) e Finlândia (11%).

## Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais por grupo etário na EU (%), 2007



Fonte: EU - SILC

### Taxa de risco de pobreza das pessoas idosas

Em 2007, ao nível da EU27<sup>37</sup>, o risco de pobreza para as pessoas idosas (65 ou mais anos) era de 20%. Os países que apresentaram taxas mais elevadas foram o Chipre (51%), Estónia e Letónia (33%), Roménia (31%), Lituânia e Reino Unido (30%). As taxas mais baixas estiveram em países como a República Checa (5%), Hungria (6%), Luxemburgo (7%), Polónia e Eslováquia (8%). Para Portugal essa taxa era de 26%. A gravidade da taxa, por comparação com a taxa de pobreza para a totalidade da população (17%) mantém-se elevada mesmo nos grupos com idades superiores a 75 ou mais anos (23%).

Embora seja difícil fazer uma análise da evolução desta taxa ao longo destes últimos anos, em virtude da falta de dados para a maioria dos países, podemos verificar pelo quadro em baixo apresentado, que ao nível da EU25 e EU15 a taxa de pobreza deste grupo populacional tem variado numa forma ascendente. Entre 2000 e 2007 a taxa de pobreza para a EU15 variou em +3 pontos percentuais (17% - 2000 para 21% - 2007).

<sup>37</sup> *The Social Situation in the European Union 2009*, European Commission, Fevereiro 2010

## Taxa de risco de pobreza (65 e mais anos) por ano

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EU-27	:	:	:	:	:	:	:	19	19	20
EU-25	18	17	17	16	:	17	18	19	19	19
EU-15	18	17	17	18	:	19	19	20	20	21
EA-15	:	:	:	:	:	:	:	20	19	19
EA-13	:	:	:	:	:	:	:	19	19	19
EA-12	16	16	16	16	:	18	19	19	19	19
BE	22	22	24	26	:	23	21	21	23	23
BG	:	:	15	15	14	14	16	18	20	23
CZ	:	:	:	6	:	:	:	5	6	5
DK	:	:	:	24	:	21	17	18	17	18
DE	12	11	10	12	:	:	:	14	13	17
EE	:	:	16	18	16	17	20	20	25	33
IE	33	34	42	44	:	41	40	33	27	29
EL	35	33	31	33	:	29	28	28	26	23
ES	15	16	19	22	28	28	30	29	31	28
FR	18	19	19	11	10	11	15	16	16	13
IT	17	14	13	17	:	:	21	23	22	22
CY	:	:	:	:	:	52	:	51	52	51
LV	:	:	6	:	:	:	:	21	30	33
LT	:	:	14	12	:	:	:	17	22	30
LU	9	8	9	7	:	10	8	8	8	7
HU	:	:	8	12	8	10	:	6	9	6
MT	:	:	20	:	:	:	:	21	19	21
NL	4	7	6	8	8	7	:	5	6	10
AT	21	24	23	24	:	16	17	14	16	14
PL	:	:	8	7	:	:	:	7	8	8
PT	35	33	33	30	:	:	29	28	26	26
RO	:	:	17	19	19	20	17	17	19	31
SI	:	:	21	20	19	19	:	20	20	19
SK	:	:	:	:	:	:	:	7	8	8
FI	16	16	19	18	18	17	17	18	22	22
SE	:	:	:	16	15	:	14	11	12	11
UK	25	21	24	27	26	24	:	26	28	30
HR	:	:	:	:	:	31	:	:	:	:
MK	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
TR	:	:	:	:	23	21	:	:	:	:
IS	:	:	:	:	:	:	10	9	12	15
LI	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
NO	:	:	:	:	:	21	19	19	18	14
CH	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: EU - SILC

## **Exclusão Social: Taxa de Privação Material (*Material Deprivation Rate*)**

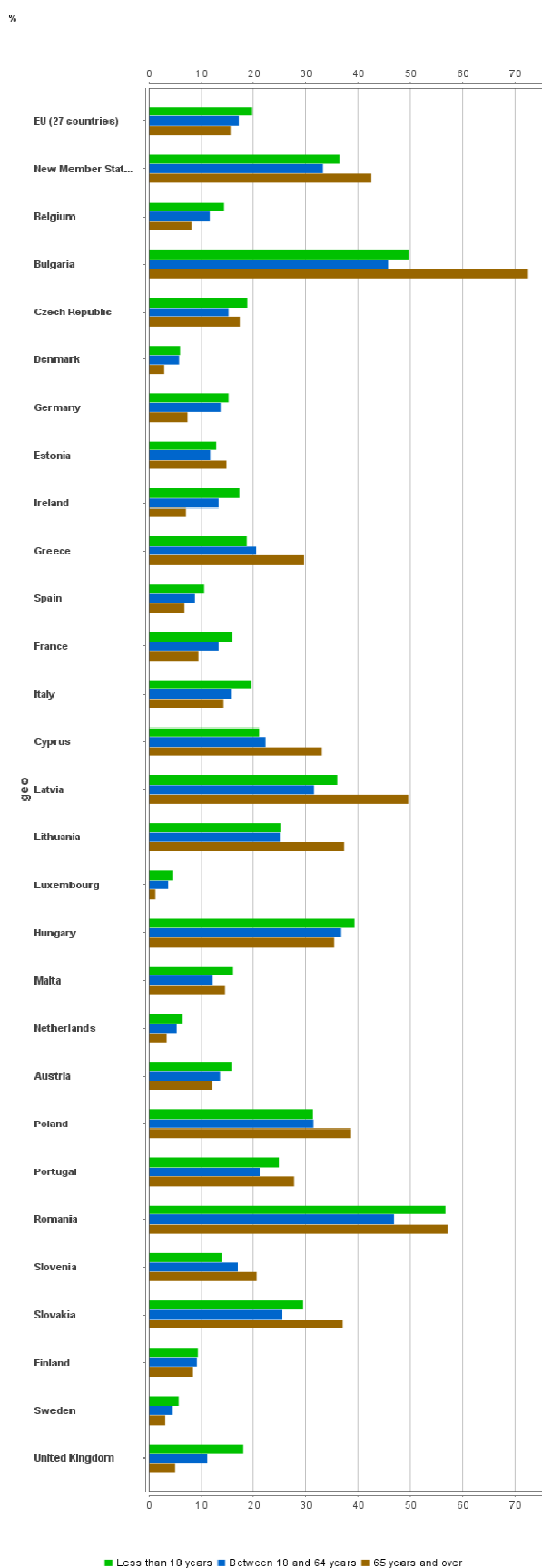
---

O Comité de Protecção Social (Sub-grupo dos Indicadores) definiu recentemente um indicador não monetário de condições de vida como forma de medir a exclusão social. Este indicador é definido como “a ausência de pelo menos 3 dos 9 itens que a seguir se apresentam: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio”.

Assim, 17,4% da população da UE 27 (2007) é considerada como estando em situação de privação material. Uma vez mais as diferenças entre os Estados-Membros é notória: as taxas oscilam entre os 3.5% no Luxemburgo e os 50.3% na Roménia. Em Portugal, 23% da população encontra-se numa situação de privação material.

As crianças são também dos grupos que possuem a taxa de privação material mais elevada por comparação com o total da população. Na UE27, cerca de 20% das crianças e jovens com menos de 18 anos são afectados pela privação material. Esta percentagem desce para 17% e 15.6% quando nos referimos a população com idade entre os 18 e os 64 anos e aos idosos respectivamente. Refira-se, no entanto, que para Portugal são os mais velhos que possuem uma maior privação material (27.7%), sendo seguido das crianças e jovens (24,8%). O mesmo acontece em outros Estados-Membros sendo a Bulgária o país onde se verifica uma maior diferença entre a privação material sentida pela população idosa e as outras faixas etárias.

## Taxa da Privação Material por Grupos Etários na UE (%), 2007



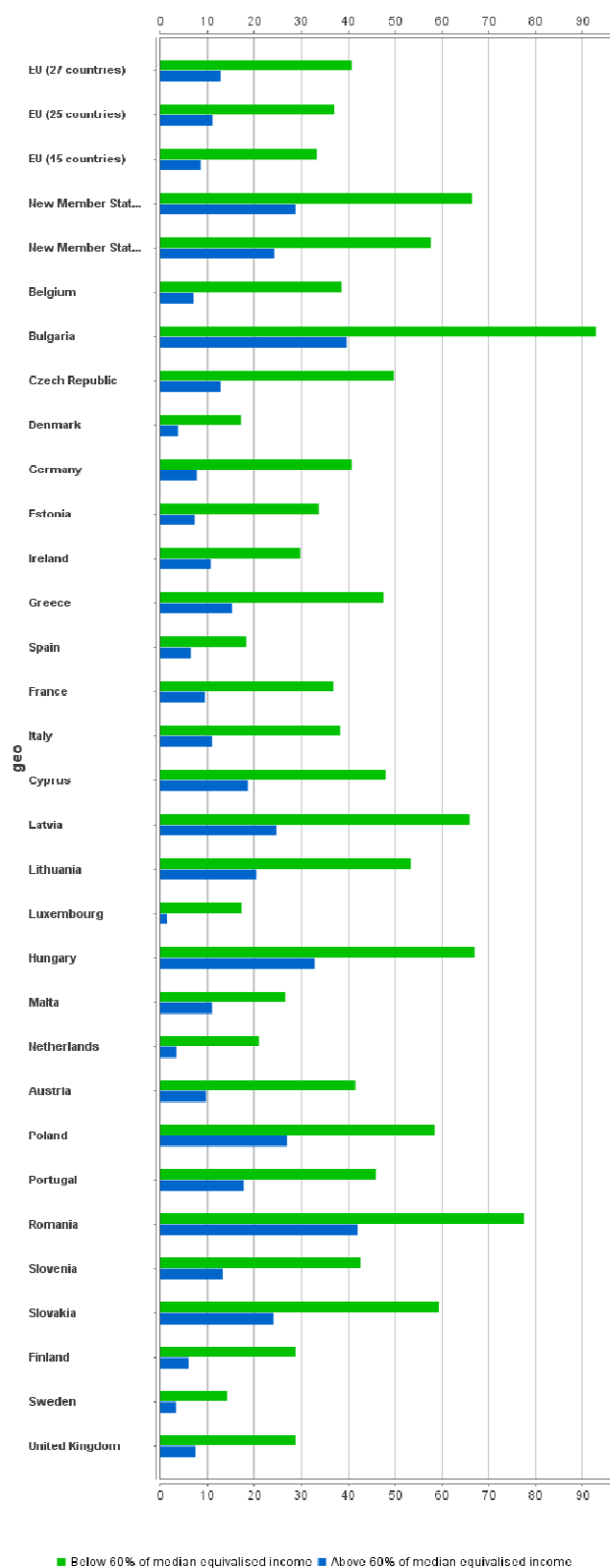
Fonte: SILC 2008



Esta taxa é significativamente alta para a população que vive em situação de pobreza. Cerca de 41% das pessoas em risco de pobreza (UE27) encontram-se em situação de privação material. Esta percentagem desce para aproximadamente 13% quando nos referimos a população que se encontra acima do limiar de pobreza. Esta privação material é maior junto dos 12 novos Estados Membros, onde 66,5% das pessoas em risco de pobreza e cerca de 29% das pessoas que se encontram acima do limiar de pobreza encontram-se em situação de privação material.

Em Portugal, cerca de 46% das pessoas em risco de pobreza consideram que não conseguem aceder a pelo menos 3 dos 9 itens identificados neste indicador. É igualmente significativo que aproximadamente 18% da população que se encontra acima do limiar de pobreza também se encontre numa situação de privação material. A tabela que a seguir se apresenta compara a taxa de privação material entre a população em risco de pobreza e a população que está acima do limiar da pobreza.

## Taxa da Privação Material por situação de Pobreza na UE (%), 2007



Fonte: SILC 2008

## Desemprego

Segundo dados do Eurostat<sup>38</sup> o desemprego continuou o seu caminho ascendente em virtude da crise económica.

Em Julho de 2010 a Taxa de Desemprego para a Zona Euro (EA 16) foi de 10.0% (15 833 milhões de pessoas) e para a UE 27 foi de 9.6% (23 057 milhões de pessoas). Comparando com Junho de 2009 verificou-se, para ambas as taxas, um crescimento, respectivamente 9.6% (EA16) e 9.1% (UE27). No mesmo sentido, o emprego também tem verificado um decréscimo ao longo destes anos, sendo que no 2º quadrimestre de 2010, e por comparação ao ano anterior, o emprego caiu 0.6% quer na Zona Euro, quer na UE27.

Fazendo uma análise pelos Estados Membros e comparando com Julho de 2009, verificou-se uma baixa da taxa de desemprego em 3 dos países da UE: Áustria (5.1% para 3.8%), Malta (7.3% para 6.5%) e Alemanha (7.6% para 6.9%). No entanto, na generalidade dos países verificou-se um aumento dessa taxa.

No que diz respeito ao período em análise (Julho 2010) os países que verificaram um maior aumento foram a Espanha (20.3%), Letónia (20.1% para o 1º quadrimestre de 2010) e a Estónia (18.6%); por sua vez, os países que tiveram a mais baixa taxa de desemprego foram a Áustria (3.8%), e a Holanda (4.4% em Junho de 2010).

### Desemprego (%) em Julho de 2010 – por ordem ascendente

L	LU	MT	SI	DK	DE	CY	CZ	RO	UK	IT	FI
4 (Jun/10)	5.3	6.5	6.8	6.9	6.9	7.1	7.3	7.4 (Q1_2010)	7.8 (Maggio/10)	8.4	8.5
27	BG	EA16	FR	HU	PT	EL	IE	SK	LT	EE	LV
6	9.7	10.0	10.0	10.3	10.8	11.0 (Q1_2010)	13.6	15.0	17.3 (Q1_2010)	18.6 (Q2_2010)	20.1 (Q1_2010)

**Fonte:** *Euro-Indicators*, Eurostat, 125/2010

<sup>38</sup> *Euro-Indicators*, Eurostat, 125/2010 (31 Agosto 2010).

## Taxa de desemprego por género/idade<sup>39</sup>

---

A taxa de desemprego nos homens aumentou, entre Julho de 2009 e Julho de 2010, de 9.5% para 9.8% na Zona Euro e de 9.2% para 9.6% na UE27. Relativamente à taxa de desemprego feminino assistiu-se também a um aumento em igual período (9.8% para 10.3%) para a Zona Euro e de 9.0% para 9.6% para a UE27.

Verifica-se uma situação mais estável quando se faz uma leitura da taxa de desemprego tendo por base a idade. Assim, em Julho de 2010 a Taxa de desemprego juvenil (abaixo de 25 anos) foi de 19.6% para a zona euro, e 20.2% para a UE27, sendo que em Julho de 2009 foi de 19.8% e 20.1% respectivamente. As taxas mais baixas foram verificadas na Holanda (8.1% em Junho de 2010) e as mais altas na Espanha (41.5%) na Letónia (39.5% para o 1º quadrimestre de 2010) e na Estónia (37.2% no 2º quadrimestre de 2010).

Segundo o último relatório *Situação Social na União Europeia*<sup>40</sup>, a presente década assistiu a um decréscimo da taxa de emprego, tendo-se verificado nos países mais afectados uma descida entre 1 a 1.5 pontos percentuais (mais marcante entre 2001 e 2004). Em termos de idades as pessoas com idades entre os 15 e os 24 anos foram as mais afectadas pela descida desta taxa e foi ao nível dos empregos temporários que mais se assistiu a este declínio.

Mais recentemente, 2009, e tendo em conta a actual recessão, a descida da taxa de emprego entre as pessoas com idades até aos 25 anos foi bastante significativa. Segundo o relatório, os efeitos negativos ao nível da taxa de emprego devem-se muito mais ao aumento do desemprego do que ao aumento da inactividade, ou seja, houve uma tendência para as pessoas mais jovens manterem-se activas na procura de emprego, do que em retornarem à formação e ensino em geral. Portugal, juntamente com a Bulgária, Alemanha, Eslovénia e Eslováquia foram excepção a esta regra, ou seja, nestes casos o declínio na taxa

---

<sup>39</sup> *Euro-Indicators*, Eurostat, 125/2010 (31 Agosto 2010).

<sup>40</sup> *The Social Situation in the European Union 2009*, European Commission, Fevereiro 2010.

de emprego ficou a dever-se em grande parte ao aumento da inactividade e não do desemprego.

### **Risco de pobreza de pessoas empregadas (in-work poverty)<sup>41</sup>**

---

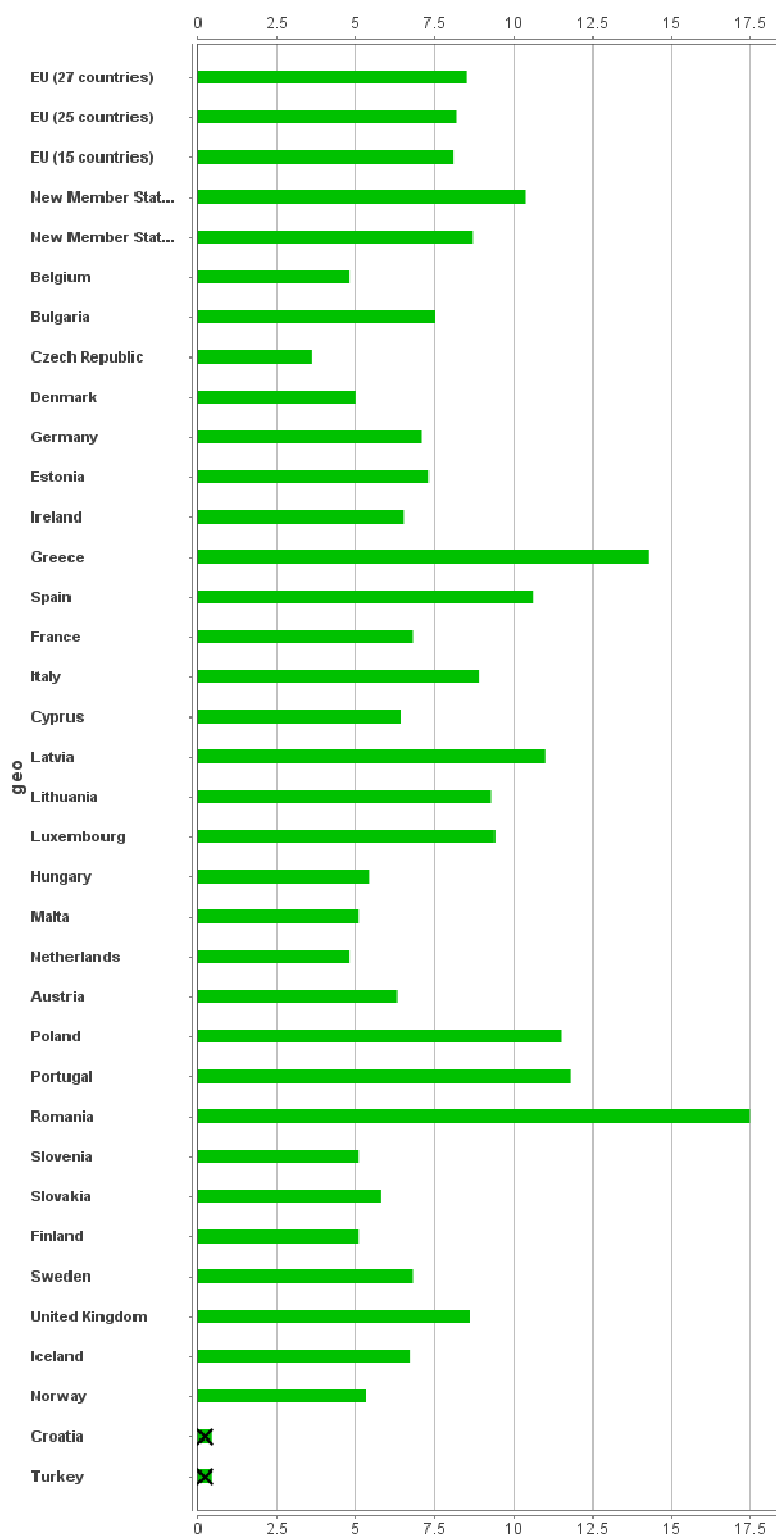
Ter um emprego nem sempre protege as pessoas do risco de pobreza. A taxa de risco de pobreza é relativamente elevada para aqueles que têm um trabalho (*In-work Poverty*). Segundo o Eurostat este risco está bastante ligado a situações de emprego mal pago, pouco qualificado, emprego precário, trabalho em *part-time* involuntário e ao tipo de agregado onde os trabalhadores vivem, assim como da condição económica dos restantes membros do agregado.

Em 2006, cerca de 8% da população empregada na UE27 detinha um rendimento abaixo da linha da pobreza, por comparação com os 42% da população desempregada. No entanto, mesmo que a população empregada esteja menos exposta ao risco de pobreza do que os restantes grupos, ela representa uma grande parte daqueles que estão em risco de pobreza, uma vez que uma grande parte da população adulta está a trabalhar (65% na UE27). Em 2007, a taxa de risco de pobreza junto dos trabalhadores aumentou para 8,5%, valor semelhante ao verificado em 2006.

---

<sup>41</sup> Eurostat, *Statistics in Focus 46/2009* de 15 de Junho de 2009.

## Taxa de risco de pobreza de pessoas empregadas na UE (%), 2007



Fonte: EU -SILC<sup>42</sup>

<sup>42</sup> <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&plugin=1&language=en&pcode=tesov110>

Os países com maiores taxas de trabalhadores pobres são a Roménia (17.5%), Grécia (14.3%) e Portugal. Por outro lado, é na República Checa (3.6%), Bélgica e Holanda (4.8% cada) que se encontram menores proporções de trabalhadores em situação de vulnerabilidade à pobreza.

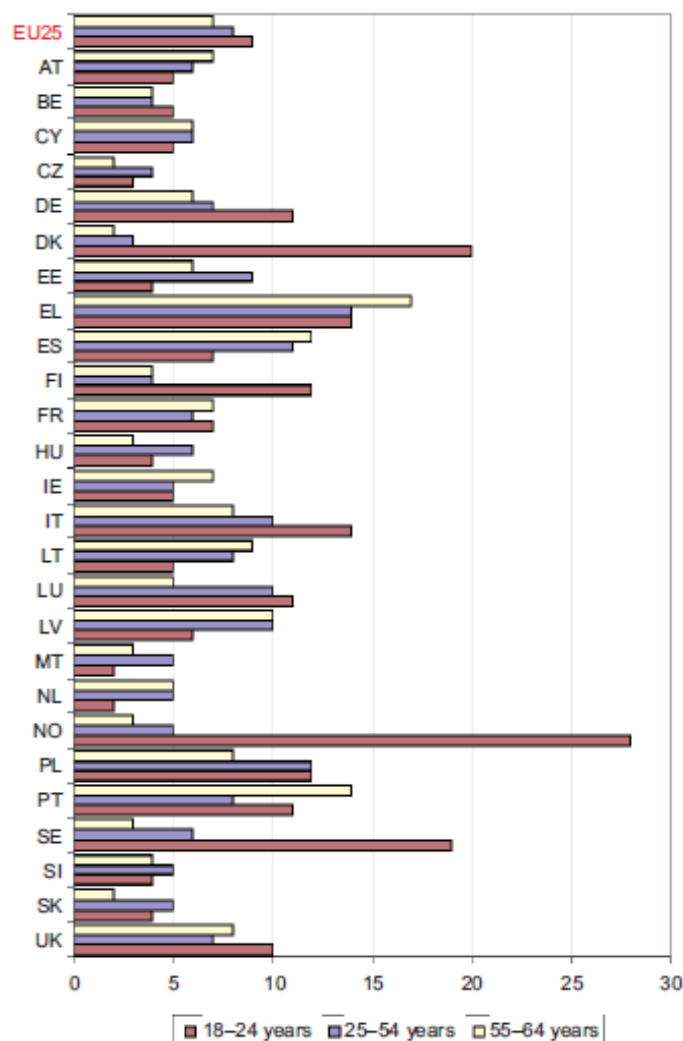
Uma melhor compreensão deste fenómeno é possível através de uma análise cruzada com outros indicadores, tais como género, idade, nível de escolaridade, tipo de agregado familiar, etc. No entanto, esta análise mais profunda recorrendo aos dados disponíveis 2006 (EU-SILC 2007)<sup>43</sup>.

Assim, tendo em conta as diferentes categorias etárias, verificou-se uma diminuição do risco de pobreza junto dos trabalhadores mais velhos. Em 2006, eram os trabalhadores mais jovens (menos de 25 anos) que possuíam um maior risco de pobreza (9% - UE25), sendo seguido dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (8% - UE25) e, por fim, os que possuem 55 anos ou mais (7% - EU25). No entanto, verificam-se diferenças substanciais nos diferentes países da União Europeia. Assim, se o risco de pobreza é maior junto dos trabalhadores mais jovens em Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Noruega e Suécia, esta não é a realidade em países com Áustria, Grécia, Irlanda, Lituânia, Portugal e Espanha. Nestes últimos seis países são os trabalhadores mais velhos que enfrentam um maior risco de pobreza. Esta diferença pode ser explicada pela saída tardia da casa dos pais por parte dos jovens de países do Sul da Europa. Por outro lado, nos novos Estados Membros (República Checa, Estónia, Hungria, Malta, Eslováquia e Eslovénia) são os trabalhadores com idades entre os 25 e os 54 anos os que possuem um maior risco de pobreza.

---

<sup>43</sup> Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Ireland

**Taxa de risco de pobreza da população empregada por grupos etários na UE (%),  
2006**



**Fonte:** EU -SILC

2007 <sup>44</sup>

O nível de escolaridade possui igualmente um impacto importante na maior ou menor vulnerabilidade à pobreza por parte dos trabalhadores. São os trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos os que possuem um maior risco de pobreza (14%). Esta taxa de pobreza desce para 8% quando nos referimos a trabalhadores com um nível de escolaridade médio e para 3% um nível de escolaridade elevado. Para Portugal, estes valores descem para 12% quando nos referimos a trabalhadores com baixa escolaridade, 3% para os trabalhadores com um nível de escolaridade médio e 0% para os trabalhadores com escolaridade elevada.

<sup>44</sup> Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Ireland



**Taxa de risco de pobreza da população empregada por níveis de educação na UE  
(%), 2006**

	Low	Medium	High
<b>EU25</b>	14	8	3
<b>EU15</b>	14	7	4
<b>NMS10</b>	20	9	2
<b>AT</b>	9	6	4
<b>BE</b>	7	5	2
<b>BG</b>	:	:	:
<b>CY</b>	10	7	3
<b>CZ</b>	9	3	1
<b>DE</b>	14	7	5
<b>DK</b>	5	4	3
<b>EE</b>	10	10	4
<b>EL</b>	26	11	5
<b>ES</b>	16	11	5
<b>FI</b>	7	7	2
<b>FR</b>	8	7	3
<b>HU</b>	14	6	1
<b>IE</b>	10	5	2
<b>IT</b>	16	7	2
<b>LT</b>	16	11	2
<b>LU</b>	19	6	2
<b>LV</b>	20	10	3
<b>MT</b>	6	2	1
<b>NL</b>	6	6	2
<b>PL</b>	28	13	2
<b>PT</b>	12	3	0
<b>RO</b>	:	:	:
<b>SE</b>	6	7	6
<b>SI</b>	10	5	1
<b>SK</b>	14	5	3
<b>UK</b>	16	8	4
<b>NO</b>	9	6	4

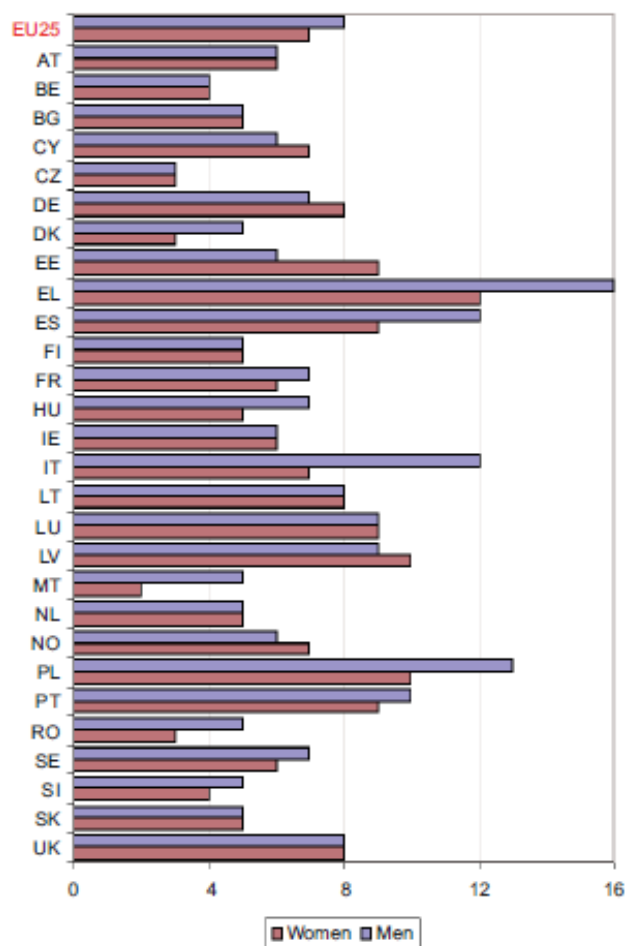
**Fonte:** EU -SILC 2007 <sup>45</sup>

Verifica-se que, apesar das mulheres terem um maior risco de pobreza, esta vulnerabilidade à pobreza junto das trabalhadoras é menor à da população masculina que se encontra empregada. Em 2006, 7% das mulheres trabalhadoras da UE-25 estavam em risco de pobreza, enquanto ao nível dos

<sup>45</sup> Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Ireland

homens essa taxa era de 8%. Refira-se ainda que Portugal era, em 2006, um dos 12 países da EU25 onde os trabalhadores do sexo masculino se encontravam numa situação de maior risco de pobreza face às do sexo feminino. Para compreender este fenómeno deve-se ter em conta que na base destes valores está o cálculo do rendimento do agregado familiar e não uma remuneração individual. Assim, com uma maior taxa de actividade ao nível da população masculina, o menor risco de pobreza junto das mulheres poderá ser explicado pela maior probabilidade de se encontrarem num agregado familiar onde existem dois adultos inseridos no mercado de trabalho.

### Taxa de risco de pobreza da população empregada por sexo na UE (%), 2006



Fonte: EU -SILC 2007<sup>46</sup>

<sup>46</sup> Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Ireland

Efectivamente, as características do agregado familiar têm um impacto importante na taxa de risco de pobreza da população empregada. Se cerca de 8% dos trabalhadores da União Europeia, em 2006, encontravam-se em risco de pobreza, este valor sobe para 18% quando nos referimos a trabalhadores incluídos num agregado familiar monoparental e para 10% ao nível dos trabalhadores que vivem sozinhos ou que se encontram em agregados familiares com filhos dependentes. Refira-se, no entanto, que a taxa de risco de pobreza junto de trabalhadores monoparentais, em 2006, era superior a 20% em 11 Estados-Membros da UE25, sendo que a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores monoparentais no Luxemburgo era de 39%. Em Portugal, são igualmente os trabalhadores monoparentais e os que vivem sozinhos os que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade à pobreza (19% e 15% respectivamente). No entanto, enquanto, ao nível da UE15, os trabalhadores que se encontram em agregados familiares sem filhos dependentes possuem um menor risco de pobreza, em Portugal a taxa de risco de pobreza é semelhante para os trabalhadores em agregados com filhos dependentes e nos agregados sem filhos dependentes (10% em ambos os tipos de agregados).

### **Desigualdade em matéria de distribuição do rendimento**

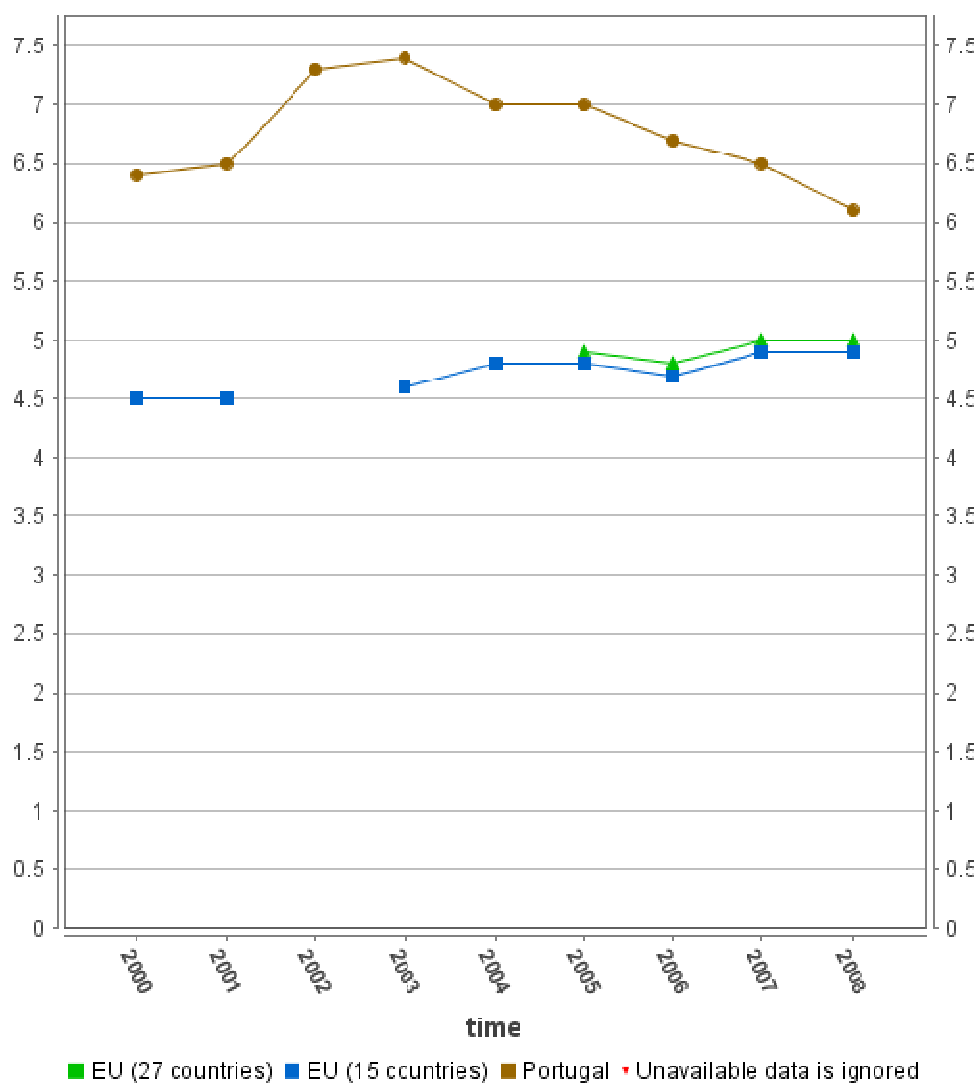
---

A desigualdade em matéria de distribuição do rendimento é bastante significativa em Portugal. Os dados da EU-SILC 2008 do Eurostat refere que para a UE27 o rácio entre os 20% da população com os rendimentos mais elevados e os 20% com os rendimentos mais baixos foi de 5%, ou seja, o *quintil* mais rico detinha 5 vezes mais do que o rendimento mais pobre. Os rácios variam entre os 3.4 na Eslovénia, Eslováquia e República Checa e os 7.3 na Letónia.

Analisando a evolução deste indicador desde EU-SILC 2000 verifica-se que enquanto ao nível da média da União Europeia (UE15 e UE27 com dados desde 2004) a desigualdade de distribuição do rendimento tem vindo a aumentar, para Portugal verificou-se um período de forte aumento dos níveis de desigualdade, entre 2000 e 2003, seguido de uma diminuição desta desigualdade. Desta

forma, verificamos uma ligeira diminuição (0.3 pontos percentuais) da desigualdade de distribuição de rendimento nos dados apresentados pelo Eurostat entre 2000 e 2008.

**Desigualdade de distribuição de rendimento (S80/S20) na UE (%), (ÊU-SILC 2000 e 2007)**



**Fonte: EU -SILC**

No último inquérito do Eurobarómetro acerca da percepção dos europeus relativamente à pobreza e à exclusão social<sup>47</sup> verificou-se que cerca de 24% das pessoas consideravam pobres aqueles que detêm recursos tão limitados que os impedem de participar plenamente nos vários sectores da sociedade. Cerca de 22% encara a pobreza como a impossibilidade de não ser capaz de garantir os meios necessários básicos para viver (em Portugal cerca de 32% das pessoas entrevistadas apontaram esta razão) e 21% vê a pobreza como estando dependente da caridade ou de subsídios públicos. Apenas 18% considera que as pessoas são pobres quando têm menos do que é considerado ao nível do limiar da pobreza.

Na generalidade dos países as pessoas consideram que a pobreza está a aumentar dentro do seu próprio país. Portugal está em 5º lugar nesta lista, sendo que 88% das pessoas considera que a pobreza tem aumentado.

Quando questionados sobre *quais os dois dos factores sociais listados podem melhor explicar o porquê das pessoas serem pobres*, as respostas centraram-se na sua maioria no facto de haver *muito desemprego* (52%) e nos *baixos salários e rendimentos* para se fazer face às despesas (49%). Face à questão – *pensando nos próprios pobres, na sua opinião, quais as duas razões, das listadas, melhor explicam o porquê deles estarem em pobreza?* – as razões mais apontadas centraram-se em âmbitos mais pessoais, como os *baixos níveis de educação, de formação e de competências* (37%), o facto de *terem nascido em famílias pobres* (25%) e as *dependências como a droga, álcool e outras* (23%). A Pobreza é um problema central e visível pelas pessoas, no entanto ainda é um problema muito atribuído a causas pessoais. No caso dos países da Europa do Sul, onde está Portugal, verifica-se que a falta de apoio por parte da família e de outras redes pessoais ainda é considerada como factor determinante para a permanência das pessoas na pobreza.

---

<sup>47</sup> Pobreza e Exclusão Social, Eurobarómetro 321, Fevereiro de 2010. O inquérito foi aplicado entre Agosto e Setembro de 2009.

No que diz respeito aos grupos em maior situação de pobreza, 56% das pessoas inquiridas consideram que são os desempregados (para Portugal a percentagem foi de 67%), logo seguido das pessoas idosas (41%), e, com 31% as pessoas com baixos níveis de escolaridade e formação.

A forma de encarar a vida e o futuro é também influenciada pela pobreza. Cerca de 61% dos europeus considera-se optimista face ao seu futuro. No entanto aqueles que estão mais vulneráveis financeiramente encaram o futuro de um modo mais negativo. Em Portugal cerca de 52% dos respondentes consideram-se optimistas face ao seu futuro.

Relativamente às implicações da pobreza na vida das pessoas, 87% dos inquiridos considera que a pobreza limita as possibilidades de acederem a uma habitação digna (para Portugal a percentagem foi de 92%); 80% considera que limita o acesso a uma melhor e maior educação/formação e 74% considera que tem sérias implicações no acesso ao emprego. Outras implicações foram apontadas como o acesso ao ensino básico (60%) e a capacidade de estabelecer uma rede de amigos e conhecidos (54%).

Pensando nas soluções, cerca de 89% dos europeus considera que a Pobreza é um problema nacional que precisa de uma intervenção urgente por parte do Governo e a riqueza precisa de ser melhor distribuída (82%), assim como assegurar o pagamento de mais impostos, por parte daqueles que possuem maiores rendimentos de modo a que o Governo tenha recursos para combater a pobreza (75%). A percepção dos inquiridos face ao impacto das políticas públicas nacionais e os vários programas dirigidos para a melhoria das condições dos grupos mais vulneráveis é bastante negativo (64%). Ou seja, uma grande maioria dos europeus considera que as políticas existentes não têm impacto na redução da pobreza. Em Portugal, 14% considera que as políticas existentes melhoram a vida destas pessoas, 60% considera que não e 12% considera mesmo que torna as coisas piores.

Quando questionados sobre a melhor abordagem para resolver os problemas económicos e sociais, cerca de 63% dos respondentes considerou que se deveria ser garantido um maior nível de cuidados de saúde, educação e gastos sociais, mesmo que isso implicasse um aumento de impostos. Cerca de 62% considerou

a existência de um salário mínimo mais elevado, mesmo que isso implicasse uma menor disponibilidade de empregos e 60% consideraram que a educação deveria ser totalmente gratuita, mesmo que significasse uma menor qualidade da mesma. A garantia de mais empregos para os desempregados também foi apontada como importante por parte de 54% das pessoas.

Já relativamente às pessoas que deveriam receber assistência social, 65% dos europeus considera que, em primeiro lugar, essas pessoas deveriam ser as crianças, logo seguidos dos deficientes e dos idosos (55% para os dois). Foram igualmente identificadas as famílias monoparentais (49%), os desempregados (47%), os sem-abrigo (46%) e, com percentagens muito mais reduzidas, os imigrantes (14%), os jovens delinquentes (15%) e os dependentes de drogas.

Um último apontamento interessante do inquérito prende-se com a identificação daqueles que detêm mais capacidade, ou são mais fiáveis, para combater a pobreza. 63% dos europeus deposita essa confiança nas acções das Organizações Não Governamentais e das entidades de caridade, logo seguido da própria actuação dos cidadãos (57%), as instituições religiosas (51%) e as autoridades regionais/locais (50%). No campo mais político, a União Europeia reuniu mais “votos” (45%) do que os Governos nacionais (36%). No entanto, apesar da confiança ser reduzida, os europeus consideram que deve caber ao Governo a responsabilidade por reduzir e prevenir a pobreza (53%) e que essa acção deve ser urgente, logo seguido os cidadãos (13%), as autoridades regionais e locais e as ONG (7%), as empresas (3%) e as entidades religiosas (2%).

## **2 - ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL**

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma directa ou indirecta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

### **Taxa de Risco de Pobreza<sup>48</sup>**

---

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida – 2009, com dados referentes aos rendimentos de 2008) cerca de 18% da população portuguesa encontrava-se, em 2008, abaixo do limiar da pobreza, valor que se mantém com pequenas variações desde 2005 (EU-SILC-2006). Assim, verifica-se uma diminuição de 0.6 p.p. (pontos percentuais) entre 2007 e 2008 (EU-SILC2008 e 2009), mas uma diminuição de apenas 0.2 p.p. quando comparado com os dados referentes a 2006 (EU-SILC2007). No entanto, sublinhe-se que, ao contrário dos anos anteriores, na apresentação dos resultados do último inquérito às Condições de Vida e Rendimento, o INE deixa de apresentar valores arredondados. Por outro lado, o Eurostat efectuou alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, nomeadamente através da introdução das pensões de planos individuais privados. Como consequência desta alteração, os valores dos anos anteriores foram recalculados, o que teve um efeito residual nos resultados. Esta alteração poderá explicar o facto da Taxa de Risco de Pobreza em 2005 e em 2007 (EU-SILC 2006 e 2008) terem sido oficialmente apresentadas como 18% e serem agora apresentadas como 18.5% (com o arredondamento a taxa de pobreza seria 19%).

---

<sup>48</sup> Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010



A taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento médio mensal por adulto equivalente. Em 2008 o limiar de pobreza correspondia a 414 euros por mês (4 969 euros anuais) um valor superior face ao ano anterior (406 euros mensais e 4 878 euros anuais).<sup>49</sup> Se incluirmos na análise outras dimensões, verificamos que persiste uma maior vulnerabilidade por parte das mulheres 18,4% face aos homens (17,3%) e das pessoas com mais de 65 anos (20,1%) e das pessoas com menos de 18 anos (22,9%). No entanto, comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma descida da taxa de pobreza junto das mulheres (menos 0.7 p.p.) e das pessoas com mais de 65 anos (2,2 p.p.). Efectivamente, é junto da população mais idosa que verificamos a maior evolução positiva da taxa de pobreza ao longo dos anos. Entre 2005 e 2008 (EU-SILC2006 e 2009), esta taxa desceu cerca de 6 pontos percentuais. Esta forte diminuição da taxa de risco de pobreza junto das pessoas com mais de 65 anos poderá ser explicada pela aplicação da medida Complemento Solidário para Idosos. Ao nível da pobreza infantil, por outro lado, a taxa de pobreza mantém-se estável face ao último ano (aumento de apenas 0.1 p.p.).

**Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, (2004-2009)  
(INE)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20%	19%	18% (18,5%)	18% (18,1%)	18% (18,5%)	17,9%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19%	19%	18% (17,7%)	17% (17,2%)	18% (17,9%)	17,3%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	22%	20%	19% (19,1%)	19% (19,0%)	19% (19,1%)	18,4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (<	25%	24%	21% (20,8%)	21% (20,9%)	23% (22,8%)	22,9%

<sup>49</sup> O limiar da pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes nacional.

ou =17 anos)						
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17%	16%	16% (15,7%)	15% (15,2%)	16% (16,3%)	15,8%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	29%	28%	26% 26,1%)	26% (25,5%)	22% (22,3%)	20,1%
<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008 (Po)</b>

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

**Nota:** Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

A evolução dos dados sobre a pobreza no último ano é também significativa quando nos referimos aos diferentes tipos de agregados familiares. Se, em 2005, os agregados familiares sem crianças dependentes possuíam uma taxa de risco de pobreza superior a média nacional (19%), em 2008 (EU-SILC 2009) esta taxa é três pontos percentuais inferiores a média nacional (14.9%). No entanto, dentro desta categoria de “agregados familiares sem crianças dependentes” encontram-se situações heterogéneas. Se apenas 16.6% dos agregados constituídos por 2 adultos com menos de 65 anos (sem crianças) encontram-se em risco de pobreza, 28% das famílias unipessoais (constituídas por apenas um adulto) encontram-se abaixo do limiar de pobreza. Dentro deste tipo de agregado, são nas famílias constituídas por apenas uma mulher e as constituídas por uma pessoa com mais de 65 anos que se encontram mais vulneráveis a pobreza (30.1% e 32.7% respectivamente). Refira-se ainda uma diminuição generalizada na taxa de risco de pobreza junto dos diferentes agregados familiares sem filhos. A diminuição mais significativa ocorreu junto dos agregados compostos por um adulto com menos de 65 anos, sem crianças, com uma diminuição de 4.9 p.p. face ao último ano.

Os agregados familiares com crianças dependentes, por outro lado, tiveram um aumento da taxa de risco de pobreza em 0.2 percentuais face aos rendimentos de 2007, passando, em 2008, para 20.6%. Neste tipo de agregado familiar, as tipologias mais vulneráveis à pobreza são as famílias monoparentais, ou seja, um adulto e pelo menos uma criança, e as famílias numerosas (compostas por dois adultos de três ou mais crianças), com taxas de risco de pobreza de 38.8% e 42.8% respectivamente. Sublinhe-se que, entre os rendimentos de 2007 e de 2008, verificou-se um forte aumento da taxa de pobreza junto das famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças, 10.9 p.p, regredindo a uma taxa de risco de pobreza próxima da que se verificava nos rendimentos de 2006 (EU-SILC2007).

**Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)**

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
<b>Total sem crianças dependentes</b>	<b>20%</b>	<b>19%</b>	<b>19%</b> <b>(18,9%)</b>	<b>19%</b> <b>(18,7%)</b>	<b>16%</b> <b>(16,1%)</b>	<b>14,9%</b>
1 Adulto sem crianças	35%	37%	35% (34,9%)	33% (33,0%)	31% (31,0%)	28,0%
1 adulto sexo masculino, sem crianças	32%	34%	28% (28,3%)	26% (26,4%)	26% (26,2%)	23,6%
1 adulto sexo feminino, sem crianças	37%	39%	38% (38,2%)	36% (36,1%)	33% (33,1%)	30,1%
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	26%	28%	26% (26,3%)	27% (27,3%)	25% (25,0%)	20,1%
1 adulto com	41%	42%	40%	37%	34%	32,7%

65 + anos, sem crianças			(39,8%)	(36,6%)	(34,5%)	
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16%	15%	19% (18,3%)	18% (17,6%)	17% (16,5%)	16,6%
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30%	28%	26% (25,8%)	26% (26,4%)	22% (21,7%)	18,8%
Outros agregados, sem crianças	12%	8%	10% (9,5%)	9% (9,3%)	7% (7,4%)	8,0%
<b>Total, com crianças dependentes</b>	<b>21%</b>	<b>20%</b>	<b>18% (18,1%)</b>	<b>18% (17,7%)</b>	<b>20% (20,4%)</b>	<b>20,6%</b>
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	32%	30%	41% (41,2%)	34% (33,6%)	39% (38,9%)	38,8%
2 Adultos com 1 criança	13%	14%	12% (12,1%)	12% (12,2%)	16% (16,7%)	14,8%
2 Adultos com 2 crianças	24%	23%	19% (18,6%)	17% (17,0%)	21% (20,6%)	20,7%
2 Adultos com 3 + crianças	38%	42%	38% (37,8%)	43% (43,3%)	32% (31,9%)	42,8%
Outros agregados, com crianças	19%	16%	16% (15,8%)	16% (16,3%)	18% (18,0%)	18,8%
<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008(Po)</b>

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

**Nota1:** No contexto deste inquérito, até 2006 foram consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre 16 e 24 anos economicamente dependentes. A partir do EU-SILC 2007 são consideradas “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

**Nota2:** Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os

indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

O emprego ou a sua ausência tem um impacto importante ao nível da taxa de risco de pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de cerca 10%, esta taxa aumenta para aproximadamente 24% quando temos em atenção a população sem emprego residente em Portugal (EU-SILC 2008). Entre a população sem emprego, verificam-se taxas ainda mais elevadas junto dos desempregados (37%) e dos outros inactivos (aproximadamente 30%).

A taxa de risco de pobreza dos trabalhadores diminuiu 1.5 pontos percentuais face aos rendimentos de 2007 (EU-SILC 2008), aproximando-se assim do valor da taxa de risco de pobreza existente em 2006 (EU-SILC 2007). Ao nível da população sem emprego, houve uma diminuição significativa da taxa de risco de pobreza junto dos reformados (menos 2.7 p.p., passando para 17.4%). Efectivamente, o risco de pobreza junto desta população tem vindo a diminuir de forma constante desde 2003 (EU-SILC 2004) quando esta taxa era de 26%. No entanto, este risco de pobreza tem vindo a aumentar quando nos referimos a população desempregada (aumento de 2.4 p.p. no último ano) e de outros inactivos (1.6 p.p.). Refira-se que em 2003 (EU-SILC 2004) o risco de pobreza junto dos desempregados era de 32% e, em 2004, (EU-SILC 2005) era de 28%.

**Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC2004  
- EU-SILC2009)  
(INE)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
<b>Total com emprego</b>	<b>12%</b>	<b>12%</b>	<b>11%</b> <b>(11,2%)</b>	<b>10%</b> <b>(9,7%)</b>	<b>12%</b> <b>(11,8%)</b>	<b>10,3%</b>
Em emprego por conta de outrem	8%	8%	6%	X	X	X
Em emprego por conta própria	29%	28%	29%	X	X	X
<b>Total sem emprego</b>	<b>28%</b>	<b>27%</b>	<b>26%</b> <b>(26,3%)</b>	<b>27%</b> <b>(26,9%)</b>	<b>25%</b> <b>(24,8%)</b>	<b>24,4%</b>
Desempregado	32%	28%	31% (31,1%)	32% (32,2%)	35% (34,6%)	37,0%
Reformado	26%	25%	23% (22,9%)	23% (23,1%)	20% (20,1%)	17,4%
Outros inactivos	29%	28%	29% (29,0%)	30% (30,2%)	28% (28,3%)	29,9%
<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008(Po)</b>

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

**Nota1:** nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

**Nota2:** Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

Tendo em conta o regime de ocupação, é junto dos arrendatários que se verifica uma taxa mais elevada de risco de pobreza – 21.8%. Esta taxa de risco de pobreza diminuiu 2.4 p.p. face à 2007 (EU-SILC 2008). Refira-se ainda que em 2003 (EU-SILC 2004), 26% dos arrendatários possuíam rendimentos abaixo do limiar de pobreza.

**Taxa de Risco de Pobreza segundo o regime de ocupação (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)**  
**(INE)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
<b>Total</b>	<b>20%</b>	<b>19%</b>	<b>18%</b> <b>(18,5%)</b>	<b>18%</b> <b>(18,1%)</b>	<b>18%</b> <b>(18,5%)</b>	<b>17,9%</b>
Proprietário ou cedido gratuitamente	19%	17%	17% (17,1%)	16% (15,9%)	17% (17,4%)	17,1%
Arrendatário	26%	29%	26% (25,5%)	28% (28,4%)	24% (24,2%)	21,8%
<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008(Po)</b>

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

**Nota:** Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores). Esta poderá ser a explicação para o facto da Taxa de Risco de Pobreza em 2005 e em 2007 (EU-SILC 2006 e 2008) terem sido oficialmente apresentadas como 18% e serem agora apresentadas como 18.5% (com o arredondamento a taxa de pobreza seria 19%)

### **Dispersão do limiar do risco de pobreza<sup>50</sup>**

Na União Europeia, a pobreza é medida através da linha de pobreza monetária. O limiar estabelecido para contabilizar a população em risco de pobreza corresponde a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país. No entanto, é possível verificar a dispersão em torno do limiar da pobreza e a assimetria de rendimentos. Se o limiar escolhido fosse, por exemplo, 70% ou 50% a taxa de risco de pobreza seria significativamente diferente. Assim,

<sup>50</sup> Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

25.6% da população portuguesa estariam em situação de risco de pobreza caso este limiar tivesse como base 70% da mediana, ou seja, um acréscimo de 7.7 pontos percentuais face a taxa de risco de pobreza calculada com base num limiar de pobreza de 60% da mediana.

É importante sublinhar que 6.4% da população auferem menos de 40% da mediana do rendimento por adulto equivalente. Sublinhe-se, no entanto, que esta percentagem apenas diminuiu um ponto percentual entre 2003 (EU-SILC 2004) e 2008 (EU-SILC 2009).

**Dispersão do limiar do risco de pobreza (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)**  
(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Após transferência sociais (70% da mediana)	28%	27%	26% (25,8%)	26% (25,6%)	27% (27,2%)	25,6%
Após transferência sociais (60% da mediana)	20%	19%	18% (18,5%)	18% (18,1%)	18% (18,5%)	17,9%
Após transferência sociais (50% da mediana)	13%	13%	11% (11,2%)	12% (11,5%)	12% (11,9%)	10,8%
Após transferência sociais (40% da mediana)	7%	7%	6% (6,5%)	6% (6,3%)	6% (5,7%)	6,4%
<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008(Po)</b>

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

**Nota1:** nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

**Nota2:** Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados



actuais e dos anos anteriores). Esta poderá ser a explicação para o facto da Taxa de Risco de Pobreza em 2005 e em 2007 (EU-SILC 2006 e 2008) terem sido oficialmente apresentadas como 18% e serem agora apresentadas como 18.5% (com o arredondamento a taxa de pobreza seria 19%)

## Intensidade da Pobreza<sup>51</sup>

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza (4 969 euros anuais, em 2008) e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. O aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

A taxa de risco de pobreza, em 2008 (EU-SILC 2009), era de 23,6% um valor semelhante ao que se verificava em 2005 (EU-SILC 2006) e ligeiramente superior a taxa de intensidade da pobreza de 2007 (EU-SILC 2008). A análise deste indicador por sexo permite verificar que, em 2008 (EU-SILC 2009) a intensidade da pobreza agravou-se junto da população masculina (um acréscimo de cerca de 2,4 p.p.) e diminuiu ligeiramente junto da população feminina (menos 0.6 p.p.). Desta forma, ao contrário do que ocorreu em 2007, a intensidade da pobreza em 2008 foi superior nos homens.

### Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC2004 - EU-SILC2009) (INE)

	2006	2007	2008	2009(Po)
Total	23,5%	24,3%	23,2%	23,6%
Homens	22,4%	24,3%	22,5%	24,9%
Mulheres	23,9%	24,2%	23,6%	23,0%
<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008(Po)</b>

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

<sup>51</sup> Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

## **Desigualdade na distribuição do rendimento<sup>52</sup>**

---

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2008 (EU-SILC 2009), 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferia 10,3 vezes o rendimento dos 10% mais pobres. A diminuição da taxa de risco de pobreza entre 2003 e 2008 (EU-SILC 2004 e 2009) foi acompanhada nos últimos anos por uma diminuição das desigualdades. Tendo por base os rendimentos de 2003, houve uma diminuição de 0.9 pontos percentuais quando nos referimos ao indicador S80/S20 e 2 pontos percentuais quando nos referimos ao indicador S90/S10. Tendo em conta apenas os valores referentes a 2007 e 2008, verifica-se uma ligeira diminuição no indicador S80/S20 (menos 0,1), mas um agravamento na distância entre 10% da população mais rica e 10% mais pobre (mais 0,3).

Simultaneamente é possível verificar a forte desigualdade na distribuição dos rendimentos através do coeficiente de Gini que em Portugal, em 2008 (EU-SILC 2009), era de 35.4%<sup>53</sup>. Verifica-se igualmente a este nível uma diminuição das desigualdades, com um decréscimo de cerca de 2.3 ponto percentual face aos dados da EU-SILC 2006 e menos 0.4 pontos percentuais face aos dados da EU-SILC 2008.

### **Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2004 - EU-SILC2009) (INE)**

---

<sup>52</sup> Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

<sup>53</sup> A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Coeficiente de <i>Gini</i>	38	38	38 37,7	37 36,8	36 35,8	35,4
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	6,9	6,9	6,7	6,5	6,1	6,0
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	12,3	12,2	11,9	10,8	10,0	10,3
<b>Ano de referência do rendimento</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008(Po)</b>

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

**Nota:** Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

### **Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza<sup>54</sup>**

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 24.3% se apenas considerássemos as transferências relativas a pensões e de 41.5% se não considerássemos qualquer transferência social.

Através destes dados é possível verificar que a taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social manteve-se sem alterações entre 2007 (EU-SILC 2008) e 2008 (EU-SILC 2009). No entanto, a taxa de risco de pobreza após as transferências relativas a pensões tem vindo a diminuir. Verificou-se um decréscimo de cerca de 0.8 p.p. entre 2005 (EU-SILC 2006) e 2008 (EU-SILC 2009) e menos 0.6 p.p no último ano.

<sup>54</sup> Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

**Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Pobreza (EU-SILC 2004 -  
EU-SILC2009)  
(INE)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41%	41%	40% (40,2%)	40% (40,0%)	41% (41,5%)	41,5%
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	27%	26%	25% (25,1%)	24% (24,2%)	25% (24,9%)	24,3%
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20%	19%	18% (18,5%)	18% (18,1%)	18% (18,5%)	17,9%
<b>Ano de referência do rendimento</b>	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

**Nota:** Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores). Esta poderá ser a explicação para o facto da Taxa de Risco de Pobreza antes de qualquer transferência social em 2007 (EU-SILC 2008) ter sido oficialmente apresentadas como 418% e serem agora apresentadas como 41.5% (com o arredondamento seria 42%)

### **Emprego/ desemprego<sup>55</sup>**

Segundo as estatísticas do INE, no 2º trimestre de 2010 a taxa de desemprego foi de 10.6%. Após um período de decréscimo da taxa de desemprego entre o 1º trimestre de 2007 e o 2º trimestre de 2008 (passando de 8.4% para 7.3%), a taxa de desemprego teve a partir desse período um aumento significativo e constante (1.8 pontos percentuais (p.p.) em 2009 e 1.5 p.p. em 2010), sendo

<sup>55</sup> INE, *Destaque – Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2009*, 14 de Agosto de 2009.

assim visível o impacto do actual contexto de crise económica. Efectivamente, no 2º trimestre de 2009, a taxa de desemprego alcançou um valor bastante significativo, alcançando as duas casas decimais. Este aumento é ainda mais significativo quando comparamos com os dados dos últimos 10 anos. Sublinhe-se que em 2001 a taxa de desemprego para o período homólogo era 3.8%.

A taxa de desemprego, em 2010, sobe para 11.5% quando nos referimos às mulheres e desce para 9.7% junto da população masculina. Apesar de se verificar um aumento da taxa de pobreza junto destes dois grupos, este aumento foi mais intenso junto das mulheres do que dos homens. Enquanto a taxa de desemprego aumentou 1 pp ao nível da população do sexo masculino, esta taxa sofreu um aumento de 2 p.p. ao nível das mulheres.

No que se refere aos grupos etários, em 2010, verifica-se uma maior taxa de desemprego nos grupos mais jovens, nomeadamente entre os 15 e os 24 anos (20.3%) e entre os 25 e os 34 anos (12.6%). Ao nível da evolução recente desta taxa, verifica-se um aumento da taxa de desemprego em todos os grupos etários face ao período homólogo de 2009, tendência diferente da verificada em 2009 quando existiu uma diminuição da taxa de desemprego junto dos grupos etários mais velhos

A alteração da taxa de desemprego é igualmente importante quando se analisam aos níveis de escolaridade. É ao nível da população com o 3º Ciclo do Ensino Básico, com 2º Ciclo do Ensino Básico e com o ensino secundário e pós-secundário que se verificam taxas de desemprego mais elevadas (13%, 12.8% e 10.6% respectivamente, em 2010). Refira-se, no entanto, que essa maior intensidade da taxa de desemprego junto destes níveis de escolaridade já se verificava em 2009 e em 2001. Por seu lado, o grupo com menor taxa de desemprego, em 2010, é a população com ensino superior – 6.3%.

Quanto a evolução da taxa de desemprego face o nível de escolaridade entre 2009 e 2010 (para o período homólogo), verifica-se um aumento da taxa de pobreza em todos os níveis de escolaridade. É, no entanto, importante sublinhar que a intensidade deste aumento foi muito diferente consoante os vários níveis de escolaridade. Assim, enquanto o um aumento da taxa de desemprego foi de superior a 2 p.p. junto das pessoas sem qualquer nível de escolaridade (2.8

p.p.), da população com o 2º Ciclo do Ensino Básico (2.6 p.p) e da população com o 3º Ciclo de (2.3 p.p.), o aumento foi inferior a 1 p.p. nos restantes níveis de escolaridade (0.9 p.p. ao nível da população com ensino pós-secundário; 0.8 p.p. ao nível da população com o 1º Ciclo; e 0.4 p.p. ao nível da população com ensino superior).

**Taxa de Desemprego por Sexo, Grupo Etário e Nível de escolaridade mais elevado (2º Trimestre) <sup>56</sup>**  
(INE)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Taxa de Desemprego</b>	<b>3.8%</b>	<b>4.5%</b>	<b>6.1%</b>	<b>6.3%</b>	<b>7.2%</b>	<b>7.3%</b>	<b>7.9%</b>	<b>7.3%</b>	<b>9.1%</b>	<b>10.6%</b>
<b>Grupo Etário</b>										
15-24 anos	8.9%	10.4%	13.4%	14%	15.3%	14.8%	15.3%	14.3%	18.7%	20.3%
25-34 anos	3.9%	4.7%	7.5%	6.9%	8.1%	8.7%	9.9%	8.1%	10.8%	12.6%
35-44 anos	3.2%	3.9%	5.1%	5.1%	6.3%	6.1%	6.7%	6.8%	8.0%	10.2%
45-64 anos	2.9%	3.3%	4.3%	5.4%	5.9%	6%	6.5%	6.4%	7.7%	8.9%
65 e mais anos	0.3%	-	0.2%	0.3%	0.2%	-	0.2%	0.2%	0.3%	0.7%
<b>Sexo</b>										
Homens	2.9%	3.8%	5.2%	5.6%	6.5%	6.4%	6.5%	6.3%	8.7%	9.7%
Mulheres	4.9%	5.3%	7.2%	7.2%	8.1%	8.3%	9.4%	8.4%	9.5%	11.5%
<b>Nível de escolaridade mais elevado completo</b>										
Nenhum	2.3%	2%	3.3%	3.3%	4.3%	5.2%	4.6%	5.5%	6.6%	9.4%
Básico – 1º Ciclo	3.5%	3.9%	5.5%	6.1%	6.8%	7.1%	7.3%	6.8%	9.0%	9.8%
Básico – 2º Ciclo	3.9%	5.2%	7.1%	7.5%	8.6%	8.6%	9.3%	7.1%	10.2%	12.8%
Básico – 3º Ciclo	5.7%	5.7%	7.5%	8.1%	9.2%	7.4%	9.1%	9.2%	10.7%	13%
Secundário e pós-secundário	4.4%	5.3%	6.7%	6.4%	7.5%	8.1%	8.1%	7.7%	9.7%	10.6%
Superior	2.6%	3.9%	5.3%	4.4%	4.3%	5.4%	6.5%	5.8%	5.9%	6.3%

Inquérito ao Emprego

<sup>56</sup> INE, Inquérito ao Emprego

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000593&selTab=tab0](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000593&selTab=tab0)

---

## FONTES

- *Destaque – Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2009*, INE, 14 de Agosto de 2009
- *Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006*, INE, Março de 2008
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006*, INE, Janeiro de 2008
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008*, INE, Julho de 2009
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009*, INE, Julho de 2010
- Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Irland
- *Euro-Indicators*, Eurostat, 125/2010 (31 Agosto 2010)
- *The Social Situation in the European Union 2009*, European Commission, Fevereiro 2010